



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA,
LICENCIATURA
(Edital 66/2021 SEB/MEC)**

COMISSÃO ELABORADORA

Profa. Dra. Ana Paula Solino Bastos
Profa. Dra. Lílían Kelly de Almeida Figueiredo Voss
Prof. Dr. Rodrigo Pereira
Lucineide Maria de Souza
Rogério Brilhante Gonçalves

Delmiro Gouveia - AL, outubro de 2021.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA,
LICENCIATURA
(Edital 66/2021 SEB/MEC)**

Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia, Licenciatura, elaborado de acordo com a Resolução CNE/CP 02/2019 e Edital nº 66/2021 SEB/MEC- Programa institucional de fomento e indução da inovação da formação inicial continuada de professores e diretores escolares.

Delmiro Gouveia - AL, outubro de 2021

Reitor da Ufal

Prof. Dr. Josealdo Tonholo

Vice-Reitora

Profa. Dra. Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Amauri da Silva Barros

Corpo Técnico Prograd

Lucineide Maria de Souza

Prof. Dr. Willamys Cristiano Soares Silva

Diretores do Campus do Sertão

Prof. Dr. Agnaldo José dos Santos – Diretor Geral

Prof. Dr. Thiago Trindade Matias – Diretor Acadêmico

Corpo Técnico do Campuss do Sertão

Rogério Brilhante Gonçalves

Comissão de Elaboração

Profa. Dra. Ana Paula Solino Bastos

Profa. Dra. Lílían Kelly de Almeida Figueiredo Voss

Prof. Dr. Rodrigo Pereira

Docentes do curso

Ana Paula Solino Bastos

Arnaldo Tenório da Cunha Júnior

Débora Raquel Hettwer Massmann

Denson André Pereira da Silva Sobral

Fernando Silvio Cavalcante Pimentel

Hermani Magalhães Olivense do Carmo

Humberto Meira de Araújo Neto

Ismar Inácio dos Santos Filho

José Ivamilson da Silva Barbalho

Júlio Bispo dos Santos Júnior

Lílían Kelly de Almeida Figueiredo Voss

Márcio Ferreira da Silva

Maria Danielle de Araújo Mota

Marilza Pavezi

Moreno Pereira Bonutti

Rodrigo Pereira

Delmiro Gouveia - AL, outubro de 2021.

SUMÁRIO

1	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	6
2	DADOS DO CURSO	7
2.1	PÚBLICO-ALVO	7
2.2	FORMAS DE INGRESSO AO CURSO	8
3	CONTEXTUALIZAÇÃO	8
3.1	SITUANDO O CONTEXTO DA UFAL/CAMPUS DO SERTÃO: A REALIDADE DO SEMIÁRIDO ALAGOANO	10
4	CONTEXTUALIZANDO O NOVO CURSO DE PEDAGOGIA, LICENCIATURA	18
4.1	A PROPOSTA PEDAGÓGICA	22
5	PERFIL E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DA/DO EGRESSA/O	27
6	CAMPO DE ATUAÇÃO	29
7	JUSTIFICATIVA DO CURSO	29
8	OBJETIVOS DO CURSO	31
8.1	OBJETIVO GERAL	31
8.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	31
9	ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	32
10	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	33
10.1	PROPOSTA CURRICULAR	34
10.2	ORDENAMENTO CURRICULAR	45
10.3	EMENTAS	51
10.3.1	Ementário dos Componentes Curriculares do 1º semestre	51
10.3.2	Ementário dos Componentes Curriculares do 2º semestre	54
10.3.3	Ementário dos Componentes Curriculares do 3º semestre	57
10.3.4	Ementário dos Componentes Curriculares do 4º semestre	61
10.3.5	Ementário dos Componentes Curriculares do 5º semestre	64
10.3.6	Ementário dos Componentes Curriculares do 6º semestre	67
10.3.7	Ementário dos Componentes Curriculares do 7º semestre	71
10.3.8	Ementário dos Componentes Curriculares do 8º semestre	74
11	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS ELETIVAS	76
12	SOBRE AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	79
13	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	81
14	APOIO AO DISCENTE	84
15	GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO	85
16	ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	87
16.1	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	88
16.1.1	Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar (100 horas)	89

16.1.2	Estágio Supervisionado II – Educação Infantil (160 horas)	89
16.1.3	Estágio Supervisionado III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (140 horas)	89
16.1.4	Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica	91
16.1.5	Estágio Curricular Não Obrigatório	92
17	RESIDÊNCIA DOCENTE	93
18	ATIVIDADES DE EXTENSÃO:	93
18.1	INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	100
19	SOBRE A BRINQUEDOTECA	101
20	ARTICULANDO O CURSO COM A PÓS-GRADUAÇÃO	102
21	METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	102
22	DA APRENDIZAGEM E ACOMPANHAMENTO DOS DISCENTES	104
23	USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM	106
24	AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	107
25	OUTRAS AVALIAÇÕES	109
26	DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	110
27	MATERIAL DIDÁTICO	110
28	DAS FERRAMENTAS DE INTERAÇÃO	111
29	MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHODISCENTE	111
30	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE	113
31	ATIVIDADES DE TUTORIA/MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA	113
31.1	ATIVIDADES DE TUTORIA: CONHECIMENTOS E HABILIDADES	114
31.2	CAPACITAÇÃO DE INSTRUTORES(AS)	115
32	CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO	116
33	INFRAESTRUTURA	116
34	REFERÊNCIAS	116

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

✓ **INSTITUIÇÃO:**

Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

✓ **CÓDIGO:**

577

✓ **LEI DE CRIAÇÃO:**

Lei nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961.

✓ **UNIDADE ACADÊMICA:**

Campus do Sertão

✓ **MUNICÍPIO – SEDE:**

Delmiro Gouveia

✓ **ESTADO:**

Alagoas

✓ **REGIÃO:**

Nordeste

✓ **ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO:**

Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849

CEP: 57072-970

Bairro: Cidade Universitária – Delmiro Gouveia/AL.

Telefone comercial: 82 3214-1919

Portal Eletrônico: www.campusdosertao.ufal.br

2 DADOS DO CURSO

✓ **MANTENEDOR:**

Ministério da Educação (MEC)

✓ **MUNICÍPIO SEDE:**

Brasília - DF

✓ **CURSO:**

Pedagogia

✓ **MODALIDADE:**

Licenciatura Presencial

✓ **TÍTULO OFERTADO:**

Pedagogo/a

✓ **TURNO:**

Noturno

✓ **CARGA HORÁRIA:**

3.718 horas

✓ **DURAÇÃO:**

4 anos (8 semestres)

✓ **VAGAS:**

60 vagas, de acordo com o Edital nº 66/2021 – MEC/SEB, de 30 de setembro de 2021.

2.1 Público-alvo

Conforme o Edital 66/2021, tópico 5.3-b - as vagas destinadas serão ofertadas aos alunos com bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), estes terão o compromisso de realizarem 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa, e para os professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino

Médio e da Educação de Jovens e Adultos, sem qualificação adequada, priorizando os que não possuem curso superior.

2.2 Formas de Ingresso ao Curso

O ingresso da/o discente no curso de Pedagogia, Licenciatura é efetivado por meio de processo seletivo - Enem e a inscrição pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), respeitando os critérios de cota em vigor, adotado pela Universidade desde 2009, com a normatização da Resolução nº 32/2009 Consuni/Ufal, de 21 de maio de 2009. A Ufal pode ainda, adotar outros processos de seleção, simplificados ou não, para o preenchimento de vagas ociosas ou em casos de convênios firmados no interesse público, por exemplo, aqueles que dizem respeito à formação de professores que atuam na rede pública de ensino e a formação de gestores. Em todos os casos, a igualdade de oportunidade de acesso é garantida por meio de editais.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Ufal, instalada no Campus A. C. Simões, localizada na Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos Martins, CEP: 57.072-900, Maceió/AL, foi fundada em 1961, pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro. Atualmente, ela possui dois Campi, quais sejam: o Campus Arapiraca e suas unidades em Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios eo Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia e unidade em Santana do Ipanema.

A base legal, além da Lei supracitada, compõe-se do Regimento Interno e Estatuto, cujas finalidades são assegurar seu funcionamento normativo, atualmente possui aproximadamente cerca de 26 mil alunas/os matriculadas/os nos 84 cursos de graduação, distribuídos em 23 Unidades Acadêmicas, na capital (53), e nos Campi de Arapiraca (19) e do Sertão (8). Na modalidade de pós-graduação, são 39 programas *strictu sensu* oferecidos, sendo 30 mestrados e 09 doutorados, que contam com 2.312 alunas/os, e 13 especializações¹.

Na Educação a Distância (EaD), há aproximadamente quatro mil graduandas/os e com relação ao quadro de pessoal, são aproximadamente 1.698 servidores técnico-administrativos e 1.394 docentes, dos quais 690 são doutoras/es².

A estrutura organizacional da Ufal conta com o Conselho Universitário (Consuni), o Conselho dos Curadores (Cura), a Reitoria e as Pró-Reitorias de Extensão, de Graduação, de

1 Fonte: www.ufal.br

2 Fonte: www.ufal.br

Pesquisa e Pós-graduação, Estudantil, de Gestão de Pessoas e do Trabalho e de Gestão Institucional, órgãos de apoio: a) **Acadêmicos:** o Biotério Central foi fundado em 07 de Maio de 1990 pela Resolução nº 014/90 do Conselho Superior Universitário – Consuni, uma Biblioteca Central e sete setoriais, além das pertinentes aos Campi, a Coordenadoria Institucional de Educação à Distância (Cied), a Editora Universitária (Edufal), o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), o Núcleo de Acessibilidade, Restaurante Universitário e Hospital Universitário; b) **Administrativo:** Auditoria Geral (AG), Departamento de Administração de Pessoal (Dap), Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), Núcleo Executivo de Processos Seletivos (Neps), Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), Superintendência de Infraestrutura (Sinfra); e, c) **Assessoramento:** Assessoria de Comunicação (Ascom), Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública (AEDHSP), Assessoria e Intercâmbio Internacional (Asi), Procuradoria Educacional Institucional (Pei), Procuradoria Geral Federal da Ufal (PGF), Ouvidoria Geral (OG), Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores (SECS).

A Ufal tem como missão produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum³. Seu objetivo é tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade, principalmente da sociedade alagoana.

Essa demanda específica em torno de Alagoas é efetivada pelos índices socioeconômicos e educacionais do estado, cuja expressão é preocupante, uma vez que, representa o descompasso significativo em relação a outros estados brasileiros, pois, expõe, lamentavelmente, processos de desigualdade e pobreza.

Conforme dados do MEC, a economia alagoana tem sido tradicionalmente baseada na agricultura, tendo como principal produto a cana-de-açúcar. O setor industrial é constituído por usinas açucareiras, fábricas de beneficiamento de algodão e sisal e fábricas de tecidos, apresentando desenvolvimento relativamente pequeno.

A indústria açucareira alagoana existe desde o início do século XX, com várias plantas industriais já instaladas em 1932. A indústria têxtil também se destacou naquela época, mas, perdeu competitividade nos anos de 1950. Nos anos de 1970, o Proálcool e os investimentos

3 Fonte: www.ufal.br

dele decorrentes, foram elementos impulsionadores da economia estadual.

Nos anos de 1980, na esteira do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), importante volume de investimentos direcionados à exploração de recursos naturais foram aplicados no Estado. Esses investimentos viabilizaram o complexo cloro-álcool-químico de Maceió, dando novo impulso à economia alagoana.

Nas fases de implantação e expansão do Proálcool, as usinas se mantiveram e ocorreu o crescimento no número de destilarias, colocando o Estado na posição de segundo maior produtor de açúcar e álcool do país. A indústria de transformação foi beneficiada com a criação de várias atividades. Nos anos de 1990, com a forte redução dos incentivos, o setor entrou em estagnação e as dificuldades decorrentes da crise do setor sucroalcooleiro somou-se a não concretização das expectativas relativas ao polo cloro-álcool-químico; do projeto sobreviveu apenas a empresa Trikem, ex-Salgema S.A, atualmente Braskem.

Entretanto, a despeito da crise do setor e dos esforços para diversificação econômica, a economia alagoana continua girando em torno da cultura canavieira. Alagoas é o maior produtor de cana-de-açúcar do Nordeste, sendo que as atividades econômicas do estado provêm da cultura canavieira, engenhos e usinas. Estas atividades representam mais de 90% na balança comercial e aproximadamente 85% do emprego industrial (CARVALHO, 2008).

Sua economia é auxiliada muito mais pelo Estado do que pela livre concorrência nos parâmetros capitalistas, não possibilita mudanças dentro das contradições do sistema, de modo que haja alguma forma de desenvolvimento mesmo nos limites dele. Assim, é comum a realidade alagoana apresentar traços do ruralismo urbano, fomentando relações próprias do patronato usineiro, configurada no patrimonialismo, famulagem, familismo, etc, (VERÇOSA, 2006). Para a educação, essa realidade traz o grande desafio de possibilitar processos democráticos, nos quais as/os estudantes se reconheçam sujeitos históricos e culturais.

3.1 Situando o contexto da Ufal/Campus do Sertão: a realidade do semiárido alagoano

Na realidade do semiárido alagoano, cuja relações econômicas giram em torno muito mais das atividades engendradas pelo Estado por meio das prefeituras, dos pequenos agricultores e comerciantes (lojas, serviços e feiras), além do traço acima mencionado, vive-se sob o estigma injusto da seca. Muitos estudos têm apontado as consequências negativas do estigma da seca tanto para os nordestinos que vivem no semiárido, como para o próprio país.

Dentre eles, há apontamentos da ideia de que a seca é um problema com pouca ou

nenhuma solução, o que desencadeia preconceitos quanto à situação da região e dos próprios sertanejos, ao mesmo tempo em que isenta o Estado de ações para além do assistencialismo. É nesse contexto que a Ufal/Campus do Sertão, vem se afirmar com os objetivos e metas relacionados ao desenvolvimento da região sertaneja, articulando, no caso do curso de Pedagogia, licenciatura, a necessária valorização da região, através também da contextualização dos conhecimentos científicos na área de educação aos problemas, características e necessidades da região.

O Estado de Alagoas está localizado na região nordeste do Brasil, fazendo divisa com os estados de Pernambuco ao norte, Sergipe ao sul, Bahia a oeste e com o Oceano Atlântico a Leste. Abaixo segue o mapa político-administrativo que mostra essa organização.

Figura 1 – Mapa Político-administrativo de Alagoas (2015)



Fonte: Alagoas em mapas (2015)⁴⁵ Governo do Estado de Alagoas.

De acordo com Pavezi (2018), os dados do IBGE⁶⁷ informam que o Estado de Alagoas possui uma área de 27.848,003 km², divididos em 102 municípios. Em 2010 sua população era de 3.120.494 habitantes, e a estimativa para 2017 era de chegar a 3.375.823. Em 2016 a renda *per capita* foi de R\$ 662,00. Sua capital é a cidade de Maceió, localizada no litoral do estado.

A origem do Estado de Alagoas, que se tornou autônomo em 1817, se deu a partir das capitanias hereditárias. Pavezi (2018) esclarece que neste sistema os donatários exerciam total poder sobre o território e as pessoas. Com a proclamação da república, esta forma de poder passou a se manifestar no coronelismo, sendo que os grandes proprietários de terra se tornaram

4 Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/d8f3ac16-6441-4f45-8c69-a2fc5a4ff8a6/resource/840632e2-97cc-4e8c-a6f0-69e929e69c21/download/mapapoliticoadministrativo2015final.png> Acesso em: 11 set. 2017

5 Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama> Acesso em: 30 jan. 2018.

6 Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/10070/62922> Acesso em: 30 jan. 2021.

7 Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/10070/62922> Acesso em: 30 jan. 2021.

os donatários com poder sobre as propriedades e pessoas. Para Verçosa(2006), o coronelismo permanece como marca cultural profunda da sociedade alagoana.

Na realidade do semiárido alagoano, cuja relações econômicas giram em torno muito mais das atividades engendradas pelo Estado por meio das prefeituras, dos pequenos agricultores e comerciantes (lojas, serviços e feiras), além do traço acima mencionado, vive-se sob o estigma injusto da seca. Muitos estudos tem apontado as consequências negativas do estigma da seca tanto para os nordestinos que vivem no semiárido, como para o próprio país.

Dentre eles, há apontamentos da ideia de que a seca é um problema com pouca ou nenhuma solução, o que desencadeia preconceitos quanto à situação da região e dos próprios sertanejos, ao mesmo tempo em que isenta o Estado de ações para além do assistencialismo.

Os Planos Estaduais de Educação (PEE), mais recentes, apontam os cenários, sociale econômico, do Estado de Alagoas como fatores de grande interferência na escolarização da população (ALAGOAS, 2006, 2016).

Resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2016 ⁸ revelaram que entre os jovens de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo era de 19,4%, e esta taxa era de 46,1% dos alagoanos com mais de 60 anos, sendo as mais elevadas do Brasil. A dimensão econômica do Estado de Alagoas tem pouca autonomia, que resulta do desenvolvimento industrial lento. De acordo com Andrade, et al. (2010):

No ano de 2003, Alagoas tinha 57,90% de seus domicílios considerados pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior à linha da pobreza. Além disso, o índice de Gini⁹ do Estado era de 0,608, o que sinalizava uma alta concentração de renda na região. No entanto, pode-se verificar que, a partir de 2004, esses indicadores vêm gradativamente melhorando mostrando uma redução da pobreza no Estado e uma evolução na distribuição de renda (ANDRADE, et al., 2010, p.06).

A evolução na distribuição de renda em Alagoas foi percebida a partir do lançamento do Programa Bolsa Família (PBF), que transfere renda diretamente às famílias (ANDRADE, et al., 2010), que em 2021, o PBF foi substituído pelo Auxílio Brasil. É neste cenário que se insere a análise da oferta de Ensino Superior em Alagoas.

A primeira instituição pública a oferecer Ensino Superior no estado foi a Ufal, em 1961. A partir de 1970, a Fundação Educacional do Agreste Alagoano, como instituição privada, que em 2006 foi reestruturada e tornou-se a Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), priorizando

⁸ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/10070/62922> Acesso em: 30 jan. 2021

⁹ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.” Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23 Acesso em: 05 jun. 2021.

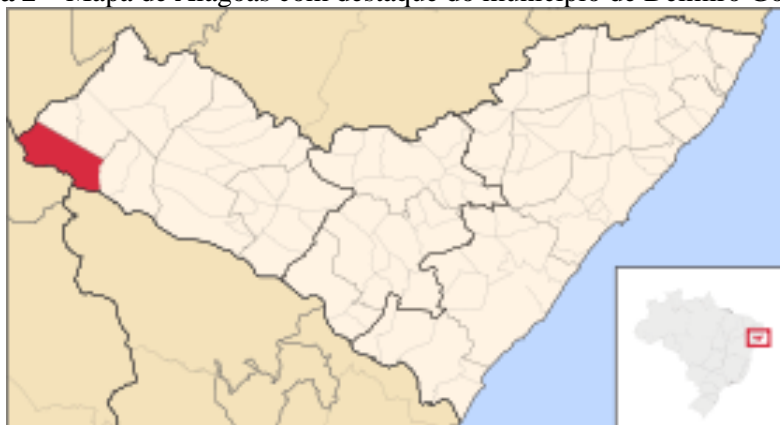
à época as demandas da capital e do agreste respectivamente.

No município de Delmiro Gouveia-AL, o Ensino Superior era prerrogativa exclusiva de algumas instituições privadas que ofereciam e ainda oferecem cursos de graduação e de especialização na modalidade à distância.

Em 2010, a Ufal, através do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), inaugurou um Campus em Delmiro Gouveia, com uma Unidade em Santana do Ipanema, sendo esta a primeira iniciativa do setor público em relação à oferta de Ensino Superior no sertão de Alagoas. O município de Delmiro Gouveia se emancipou politicamente em 1952, por meio da Lei n.º 1623 de 16 de junho de 1952. Segundo estudos de Nascimento (2014), o nome foi uma homenagem ao industriário cearense que promoveu o desenvolvimento da região no início do século XX.

O município está localizado ao extremo oeste do Estado, a 295 km da capital Maceió. Faz divisa com os municípios alagoanos de Olho D'água do Casado, Pariconha e Água Branca. Os limites entre Delmiro Gouveia e os estados de Sergipe, Bahia e Pernambuco são marcados pelo leito do Rio São Francisco. O clima é semiárido e a vegetação predominante é a caatinga. Pavezi (2018) verificou na página do IBGE¹⁰ que a população do município era de 48.096 habitantes em 2010, e a estimativa para 2017 era de 52.597 habitantes, o que resulta na densidade demográfica de 82,97 hab./km².

Figura 2 – Mapa de Alagoas com destaque do município de Delmiro Gouveia (2016)



Fonte: Blog Liderança Caminho do Sucesso¹¹ (2016)

¹⁰ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=2702405> Acesso em: 12 set. 2020.

¹¹ Disponível em <http://www.lideranca.blog.br/lideranca-de-delmiro-gouveia/> Acesso em: 14 mar. 2021.

As características do município de Delmiro Gouveia (econômicas, sociais e educacionais), se aproximam muito das características do Estado de Alagoas como um todo. Em seus levantamentos, Pavezi (2018) informou que:

O PIB do município resulta principalmente de atividades no setor de serviços, seguido pelo setor de administração e serviços públicos, indústria e agropecuária. Em 2015 10% da população encorava-se ocupada com renda média de 1,7 salários mínimos. No entanto, 46,8% da população tinha rendimento mensal de até meio salário mínimo. Em 2015 seu PIB per capita foi de R\$ 9.330,46 ocupando a 33.^a posição no Estado e 3.877.^a no país. O índice de desenvolvimento humano — IDH em 2010 foi de 0,612, considerado médio, e a taxa de mortalidade infantil de 15,05 óbitos para cada 1000 nascidos vivos. O orçamento em 2015 era composto por 94,7% de recursos de fontes externas, ou seja, aqueles advindos da União e do Estado, entre eles: a) Fundo de Participação dos Municípios — FPM; b) Sistema Único de Saúde — SUS; c) Cota-Parte da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos — CFURH; d) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB; e) Cota-Parte Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICMS; f) Cota-Parte do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor — IPVA. Esta composição orçamentária confere ao município de Delmiro Gouveia a 21.^a posição no Estado e 960.^a no país no que se refere ao percentual de receitas oriundas de fontes externas (PAVEZI, 2018, p. 24).

A autora destaca que a CFURH representa um incremento no orçamento do município, o qual não se encontra disponível para a maioria dos outros municípios brasileiros, conforme dados mencionados na Tabela 1.

Tabela 1 – Participação da CFURH na composição da receita do município de Delmiro Gouveia (2012-2016)

ANO	RECEITA TOTAL	CFURH	% SOBRE A RECEITA TOTAL
2012	85.653.896	9.436.243	11,02
2013	88.678.910	7.401.564	8,35
2014	92.658.019	5.617.535	6,61
2015	98.546.526	5.235.765	5,31
2016	103.837.277	4.221.357	4,06

Fonte: LDO (2013-2018) e ANEEL (2012-2018), elaborado pela autora (2018), (PAVEZI, 2018, p. 25).

A participação da CFURH na receita do município vem diminuindo porque outros municípios, banhados pelo Rio São Francisco que estão localizados próximo à Usina Hidroelétrica da Chesf, vem sendo contemplados com estes recursos por meio de decisão judicial. Pavezi (2018) alerta para a ausência de demonstrativos da aplicação destes recursos pela gestão municipal.

Quanto a situação da saúde no município, Pavezi (2018) consultou os dados do

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), sintetizados na publicação Perfil Municipal – Delmiro Gouveia (ALAGOAS, 2014). De acordo com o Datasus, até 2012, Delmiro Gouveia contava com: 1 centro de atenção psicossocial; 13 unidades básicas de saúde; 1 clínica especializada privada; 1 clínica especializada municipal; 5 consultórios isolados privados; 1 unidade mista de atendimento 24 h internação/urgência municipal; 1 farmácia popular municipal; 1 policlínica municipal; 12 postos de saúde; 1 secretaria de saúde; 1 unidade móvel pré-hospitalar estadual; 1 unidade móvel terrestre municipal; 1 unidade de serviço de apoio, diagnose e terapia municipal e 2 privadas (ALAGOAS, 2014). Em 2014, foi inaugurada uma Unidade de Pronto Atendimento (Upa) e em 2021, foi inaugurado o Hospital Regional do Alto Sertão (HRAS).

O município apresenta alguns problemas e fragilidades na área da saúde, como: a) descarte irregular de resíduos sólidos, o que resultou em multa pelo Instituto do Meio Ambiente (Ima), em R\$ 258 mil reais¹²; b) quantidade insuficiente de equipes de saúde; c) falta de medicamentos de uso contínuo; d) número reduzido de exames de ultrassonografia; e) problemas com parasitose; f) alto índice de infestação predial acarretando no aumento dos casos de dengue; g) condições inadequadas de trabalho dos agentes de endemia; h) contratos temporários, etc. Problemas estes, destacados pelos membros do Conselho Municipal de Saúde em 2014, durante audiência com representantes do MP de Alagoas¹³.

A educação no município de Delmiro Gouveia foi marcada por avanços e retrocessos. Os estudos de Nascimento (2014) revelaram que há registros de informações e dados sobre a educação no município que datam do início do século XX. O autor observou uma taxa de matrícula de quase 100% da população em idade escolar, no período entre 1911 e 1926. Estas taxas se referem ao perímetro do núcleo fabril da Vila da Pedra e arredores e contrastava com as taxas em torno de 1% de matrículas em outras regiões do Estado de Alagoas. Nascimento (2014) atribui o investimento na educação daquela parcela da população às necessidade da produção.

Os levantamentos de Pavezi (2018) identificaram uma lacuna no registro das informações sobre a educação em Delmiro Gouveia no período entre 1930 e 1990. Os dados

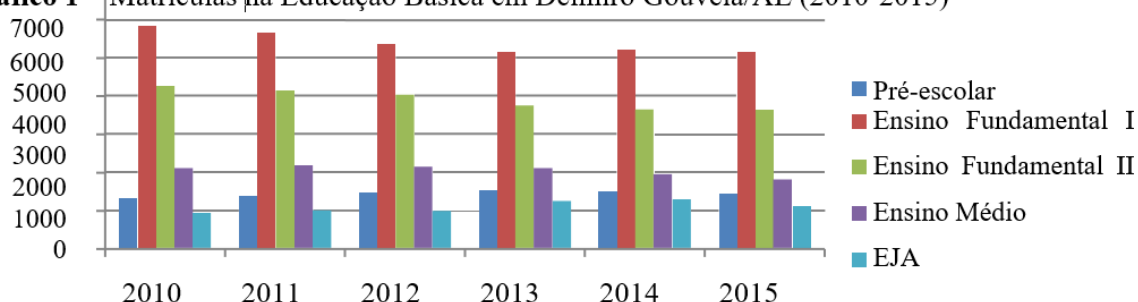
12 Disponível em http://www.mpal.mp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3208:fpi-multa-em-r-258-mil-a-prefeitura-de-delmiro-gouveia-por-manter-lixao-na-cidade&catid=58:noticias-fpi&Itemid=6 Acesso em: 18 set. 2021.

13 Disponível em http://www.mpal.mp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3208:fpi-multa-em-r-258-mil-a-prefeitura-de-delmiro-gouveia-por-manter-lixao-na-cidade&catid=58:noticias-fpi&Itemid=6 Acesso em: 18 set. 2021.

sobre a matrícula na Educação Básica estão disponíveis à partir do ano de 1997 e podem ser acessados na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), enquanto os dados populacionais podem ser acessados na página do IBGE a partir do ano 2000.

O gráfico 1 e a tabela 3 abaixo, elaborados por Pavezi (2018), apresentam respectivamente: a) dados gerais da matrícula na Educação Básica no município de Delmiro Gouveia, no período de 2010 a 2015; e, b) dados educacionais da rede estadual de ensino de Alagoas e da rede municipal de ensino de Delmiro Gouveia.

Gráfico 1 – Matrículas na Educação Básica em Delmiro Gouveia/AL (2010-2015)



Fonte: INEP (2010-2015), elaborado pela autora (PAVEZI, 2018, p. 28).

Tabela 3 – Dados gerais sobre: Matrículas, Docentes e Escolas – Estado de Alagoas –Município de Delmiro Gouveia (2015)

		ALAGOAS		DELMIRO GOUVEIA		
		Geral	Rede Estadual	Geral	Rede Municipal	Rede Estadual
Matrícula	Creche	34.465	3	0	0	0
	Pré-escola	80.644	319	1.434	1.327	0
	Ensino Fund. I	284.584	10.624	5.169	4.379	178
	Ensino Fund. II	226.306	47.812	3.634	2.731	450
	Ensino Médio	117.015	98.005	1.816	0	1.637
	Ed. Profissional	22.529	4.816	0	0	0
	EJA Ens. Fund.	91.728	13.776	964	748	216
	EJA Ens. Médio	19.252	18.627	154	0	154
Total de Matrículas		876.523	193.982	13.326	8.569	2.280
Total de Docentes		33.432	6.701	477	334	103
Total de Escolas		3.145	306	39	31	4

Fonte: INEP (2015), elaborado pela autora (PAVEZI, 2018, p. 75).

A autora observou que ocorreram algumas oscilações, destacando a redução de matrículas no Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio, e um pequeno avanço nas matrículas da pré-escola e da Educação de Jovens e Adultos.

Desde 2010, que a Ufal/Campus do Sertão vem ofertando o curso de Pedagogia, licenciatura (presencial) e tem como proposta formar docentes capazes de fomentar mudanças significativas no modelo de educação do Estado de Alagoas, em especial do alto sertão alagoano, transformando positivamente os dados estatísticos referentes a educação. Este curso já faz parte da realidade sertaneja desde 2010, com a própria fundação do Campus do Sertão. Ele tem constituído uma perspectiva de formação superadora da fragmentação dos processos educativos imposta pela própria dinâmica das relações sociais brasileiras, cujos preconceitos em torno do semiárido escamoteiam a riqueza cultural e socioeconômica dessa região. O curso se consolida como um *locus* de ressignificação e afirmação do semiárido nos vários contextos educativos, com mais força na formação voltada à educação formal escolar.

Seu compromisso é possibilitar o fortalecimento da formação humana em todas as suas nuances, a saber, na cultura, na sociabilidade, na historicidade, etc, enfim, em todas as possibilidades alcançadas pela educação formal, buscando proporcionar uma integração de conhecimentos científico-acadêmicos a essas nuances de modo que, as/os egressas/os extrapolem o senso comum em sua formação inicial e profissionalização e contribuam para modificações na realidade escolar e conseqüentemente nos rumos contextuais direta e indiretamente.

Importa ressaltar que o curso de Pedagogia que é ofertado desde 2010, no Sertão de Alagoas foi uma política do Reuni, instituído pelo MEC desde 2008. Apesar das problemáticas presentes nesse Programa, principalmente, na forma como a expansão se deu na prática, não podemos nos esquivar de sua relevância no alcance de regiões necessitadas da ação universitária em várias frentes. Há, de fato, esse reconhecimento quando se verifica, na realidade do semiárido alagoano, a presença de profissionais da educação preocupados em modificar os processos educativos, principalmente nas escolas públicas da região e buscando no curso de Pedagogia da Ufal a formação adequada para tanto.

O debate sobre o papel da/opedagoga/o na atualidade, tem se direcionado a uma ação humanizadora para além das necessidades mercantis tão presentes na formação aligeirada e basicamente técnica que alguns cursos têm apresentado no contexto brasileiro, cuja tendência também é, por vezes, defendida por intelectuais e estudiosos preocupados com os níveis de analfabetismo e dificuldades de aprendizagem. Percebe-se a valorização de processos

pedagógicos pontuais e práticos, desarticulados com a totalidade da vida das/dos estudantes das escolas públicas, cujos sentidos denotam aspectos afetivos, cognitivos, sociais e culturais diversos.

Além desse aspecto, há uma tendência cultural e política de perceber a/o pedagoga/o como profissional apenas da docência no âmbito escolar, sem uma discussão sobre a ação desse profissional também em outros processos educativos, a saber, na gestão, nos movimentos sociais, na organização de grupos comunitários etc., enfim, em todos os campos sem que a educação precise ser sistematizada significativamente (LIBÂNEO, 2013).

Nestes 11 anos de história e oferta do curso de Pedagogia no campus do Sertão, nota-se a sua contribuição na formação de profissionais da educação no entorno sertanejo, minimizando uma parcela do déficit educacional existente.

No entanto, embora seja visível os avanços na educação com a consolidação da Ufal na região sertaneja, assim como a contribuição do curso de Pedagogia, compreendemos que há necessidades de repensar a formação de novos pedagogos/as no sentido de acompanhar as exigências formativas do MEC, tendo em vista as mudanças curriculares previstas pela Base Nacional Comum Curricular e a BNC-Formação. Além disso, entendemos a necessidade de construir uma formação qualificada que se apoie, sobretudo, na relação teoria e prática desde o início do curso, tendo como eixos estruturantes o conhecimento, a prática e o engajamento profissional.

Comumente, entendemos que a Ufal/Campus do Sertão, assim como o contexto regional na qual se situa, oferece espaço para a construção de novos projetos formativos que atenda, em especial, profissionais que já atuam na educação básica e que não tiveram a oportunidade de ingressarem no ensino superior. É nesse cenário que a Ufal/Campus do Sertão, vem se afirmar com os objetivos e metas relacionados ao desenvolvimento da região sertaneja, articulando, no caso do novo curso de Pedagogia, licenciatura, a necessária valorização da região, através também da contextualização dos conhecimentos científicos na área de educação aos problemas, características e necessidades da região.

4 CONTEXTUALIZANDO O NOVO CURSO DE PEDAGOGIA, LICENCIATURA

O objetivo desse documento é apresentar a Proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia, licenciatura, elaborada para atender as especificidades designadas pelo Edital 66/2021 MEC/SEB. Nesse sentido, busca-se através dele, expor a forma organizacional de seu funcionamento, conforme suas bases legais e as discussões e deliberações coletivas dos

segmentos integrantes do Curso. Deste modo, apresenta-se a contextualização deste novo Curso de Pedagogia, Licenciatura, com a intenção de aprofundar a compreensão de seus sentidos e relevância para a região do semiárido alagoano.

O Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares é uma ação do MEC/SEB, que visa atender às finalidades da Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), especificamente as Metas 1, 4, 5, 7, 12 e 15 e das Estratégias 1.8, 1.9, 4.3, 5.6, 7.5, 7.26, 12.4, 15.1, 15.4, 15.5, 15.8 e 15.9; do Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016; e do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação, com referência ao artigo 11, inciso IV, alínea a e artigo 13, incisos I e II, que estabelecem as competências da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (Difor/SEB).

A regulamentação do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares está estabelecida na Portaria MEC/SEB nº. 412, de 17 de junho de 2021. São objetivos do programa:

- ✓ Induzir a oferta de cursos de licenciaturas inovadoras, que atendam às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nessa etapa de ensino;
- ✓ Promover a adequação da Pedagogia e das Licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aos currículos e às matrizes estabelecidas pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de Educação Básica e à BNC-Formação Inicial;
- ✓ Contribuir para o alcance da Meta 15 do PNE, oferecendo, aos professores em serviço na rede pública, oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
- ✓ Prestar apoio técnico e financeiro, em caráter suplementar, às Instituições de Ensino Superior (IES), a fim de promover a formação inicial de qualidade para o exercício da docência na Educação Básica;
- ✓ Incentivar o desenvolvimento de propostas formativas inovadoras, que considerem as especificidades da formação em serviço para professores da Educação Básica, por meio do uso pedagógico das tecnologias, das metodologias ativas, de ensinamentos híbridos e de empreendedorismo;

- ✓ Estimular a articulação das Instituições de Ensino Superior (pós-graduação, pedagogia e licenciaturas) com as Redes de Ensino, visando ao desenvolvimento da atuação prática de pedagogos e licenciandos, por meio do estágio e disciplinas práticas; e
- ✓ Estimular o desenvolvimento e a oferta de novos formatos de curso de formação de professores, visando promover licenciaturas interdisciplinares, em rede e com ênfase na vivência prática na escola básica, buscando preencher as lacunas acadêmicas no que concerne à formação interdisciplinar dos professores da Educação Básica.

Considerando esta oportunidade e o déficit educacional ainda existente na região, o Campus do Sertão concorreu ao Edital 66/2021, por meio da criação de um novo curso de Pedagogia, licenciatura, e, de mais dois novos cursos (Ciências e Letras), tendo duração de 4 anos (8 semestres) cada, conforme disposto no Edital. Os recursos financeiros são provenientes do orçamento da SEB/MEC, na Ação Orçamentária 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica, de acordo com o limite orçamentário fixado para o Programa.

Afim de garantir o alcance dos objetivos do programa foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 32658/2021, celebrado entre a Ufal e as Prefeituras municipais de: Água Branca, Delmiro Gouveia, Inhapi, Olho d'água do casado, Pariconha. O termo estabeleceu as condições de cooperação mútua, tendo como objeto a garantia, por parte das convenientes, no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2025, as seguintes ações:

- ✓ a) dispensa, sem prejuízos financeiros, dos servidores efetivos da educação municipal, aprovados via edital da Copeve, para cursar licenciatura do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares/Ufal, em dias e horários com atividades acadêmicas, e/ou relacionadas a matrícula, previstas no calendário oficial;
- ✓ b) transporte gratuito para o deslocamento destes servidores, do centro da cidade até a sede da Ufal Campus do Sertão, em Delmiro Gouveia, conforme calendário acadêmico;
- ✓ c) dispensa dos servidores para realização de estágio obrigatório, conforme calendário acadêmico, sem ônus para os mesmos;
- ✓ d) recepção de servidores/cursistas, da própria rede de ensino, bem como das demais redes municipais de ensino envolvidas no programa para a realização de estágio.

O curso será realizado na modalidade presencial, sendo que as atividades didáticos-pedagógicas se pautarão pela Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que no Art. 2º permite que as IES introduzam a oferta de carga horária na modalidade de EaD, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso. As legislações pautadas para estruturar o curso são:

- ✓ I. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 9.394/96);
- ✓ II. Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro de 2019, que orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);
- ✓ III. A Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);
- ✓ IV. Resolução CNE/CP nº. 1, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.
- ✓ V. Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2005, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- ✓ VI. Decreto Nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- ✓ VII. Resolução CNE/CP nº. 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- ✓ VIII. Resolução CNE/CP nº. 01, de 17 de junho de 2004, e Parecer CNE/CP 03/2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- ✓ IX. Resolução CNE/CP nº. 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- ✓ X. Resolução Nº 95/2019-Consuni/Ufal, de 10 de dezembro de 2019, que disciplina os estágios curriculares supervisionados dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação da UFAL;
- ✓ XI. Instrução Normativa Prograd Nº 5, de 16 de dezembro de 2019, que disciplina e orienta os processos de aproveitamento de atividades laborais, para fins de dispensa

parcial da carga horária dos estágios obrigatórios nos cursos de Pedagogia e licenciaturas;

- ✓ XII. Resolução Nº 52/2012-Consuni/Ufal, de 05 de novembro de 2012, que institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de graduação da Ufal;
- ✓ RESOLUÇÃO Nº 114/2023-CONSUNI/UFAL, de 05 de dezembro de 2023, regulamenta o regime acadêmico dos cursos de graduação da ufal.
- ✓ XIV. Resolução Nº 06/2018-Consuni/Ufal, de 19 de fevereiro de 2018, que define os componentes curriculares comuns aos cursos de graduação de formação de professores para a educação básica, no âmbito da Ufal.
- ✓ XIV. PORTARIA Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que no Art. 2º permite que as IES introduzam a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.
- ✓ XV. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018.

4.1 A proposta pedagógica

O Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia, licenciatura (PPC) é um documento público que tem por finalidade apresentar sua forma organizacional e estrutural. O PPC - Pedagogia foi construído a partir de discussões e debates acerca de seus princípios, objetivos e metas, bem como da atenção ao cumprimento da legislação nacional e institucional como norteadora e materializadora do Projeto, a fim de atender o disposto no Edital 66/2021 MEC/SEB. A construção do PPC-Pedagogia foi elaborada a partir de uma comissão interna de docentes e técnicos em assuntos educacionais da Ufal/Campus do Sertão em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e demais docentes vinculados a instituição, os quais direcionaram as ações para possibilitar a efetivação deste projeto.

Importa considerar que este PPC fundamenta-se no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Desta feita, firmamos a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, expandindo o conhecimento no processo ensino-aprendizagem à sua dimensão investigativa, abrindo-o ao meio externo (PDI, 2017, p. 34). Sua característica significativa consiste na consolidação de uma articulação, mesmo não absoluta, entre os campos de saberes e as atividades desenvolvidas pelas/os docentes e

discentes, primando pela melhoria da região do semiárido alagoano.

Além dos princípios acima, o PPC Pedagogia, licenciatura também busca atrelar-se à legalidade do Ensino Superior, se organizando a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia que preza pela formação intelectual, científica, técnica e pedagógica das/dos discentes (Resolução. n. 01/2006), seguindo as normatizações mais recentes, constantes na Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019.

O novo curso de Pedagogia, licenciatura será ofertado no horário noturno e se consolida a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, bem como todas as outras legislações exigidas pelo Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE), a saber, obedecendo a carga horária total de 3718 horas com integralização de 04 (quatro) anos, distribuídos em 08 (oito) semestres, conforme apresentado em seu ordenamento curricular.

Ainda obedecendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, o curso de Pedagogia dispõe de componentes curriculares nessas áreas, especificamente nos processos de valorização e afirmação das etnias e culturas presentes na realidade brasileira, assim como na área dos Direitos Humanos, prezando pelo que está regulamentado no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012, os quais prezam pela articulação entre as práticas pedagógicas à dignidade humana, valorização das diversidades, igualdades de direitos e sustentabilidade; além da afirmação de valores, atitudes e práticas que expressem a cultura dos direitos humanos.

No que tange à Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o curso prima pela possibilidade de atendimentos pedagógico às crianças autistas, de modo a levar a/o egressa/o a uma compreensão de sua situação e peculiaridades. Com relação ao atendimento de discentes com TEA, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, incluso no instrumento de avaliação dos cursos de graduação do Inep, de junho de 2015, a Ufal, nesse momento fomenta estudos e debates no intuito de constituir uma política institucional que explicita ações neste âmbito e que fundamente os cursos de graduação desta instituição em metodologias e ações atitudinais que visem a inclusão de pessoas com este transtorno. As/os discentes com TEA também serão atendidos pelo Núcleo de Assistência ao Estudante (NAE).

O curso prioriza ainda, a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, na Lei N° 13.146/2015, nos Decretos N° 5.296/2004, N°6.949/2009, N°

7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003. A Ufal possui um Núcleo de Acessibilidade (NAC), criado em outubro de 2013, no campus sede, dando cumprimento ao disposto no Art. 5º, § 2º, inciso VII do Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, o qual estabelece, entre as ações a receberem apoio técnico e financeiro da União, a fim de ampliar a oferta de atendimento educacional especializado (AEE), a “estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior”.

O direito educacional das pessoas com deficiência no Brasil foi reforçado com a promulgação da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 - LBI, que tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), tendo incorporado seu conteúdo na íntegra. Esta convenção foi elaborada e proposta pelos Estados Partes da Organização das Nações Unidas (ONU), com o propósito de assegurar equitativamente o exercício pleno de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência, a fim de promover o respeito à sua dignidade. Esta é a primeira convenção internacional que adquire força de emenda constitucional nos termos do § 3º do artigo 5º da CF 1988¹⁴.

Em seu Art. 28 incisos XIII e XIV, a LBI apresenta ações de responsabilidade do poder público para com a efetivação da inclusão educacional das pessoas com deficiência no Ensino Superior:

- XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento; (BRASIL, 2015).

Considerando que a Ufal/Campus do Sertão possui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e Núcleo de Acessibilidade (NAC), estes possuem ações que visam garantir os direitos educacionais das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação, as quais vem sendo desenvolvidas por diversos órgãos institucionais, a partir das especificidades de suas atribuições, como: Pró-Reitoria Estudantil (Proest); Prograd; DRCA; com ênfase às ações desenvolvidas pelo NAE. O NAE atua com uma equipe multiprofissional que conta com assistente social, psicóloga, dentre outros.

A estrutura física da Ufal/Campus do Sertão atende às exigências de acessibilidade arquitetônica, e vem atuando no sentido de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, quais sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de

14 § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais (BRASIL, 1988).

informação e de comunicação. A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 9394/96, que afirma: “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

Para tal atendimento, a Ufal assume o compromisso de prestar atendimento especializado as/aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação sempre que for diagnosticada sua necessidade. Compreende-se, desta forma, não apenas garantir o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a assegurar sua permanência com qualidade atendendo as singularidades.

Quanto ao ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras), de acordo com o Artigo 3º e seus incisos do Decreto nº5.626, de 22 de dezembro de 2005, o componente curricular Libras é obrigatório em todos os cursos de formação de professoras/es do país, incluindo o curso de Pedagogia. Na maioria dos cursos de graduação, a disciplina Libras é ofertada como eletiva. No curso de Pedagogia, busca-se, não apenas ensinar a língua dos surdos, como também possibilitar formas de valorização e inclusão desses sujeitos na realidade e nos processos pedagógicos.

Quanto a políticas de educação ambiental, o curso se fundamenta na Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental – Resolução CNE/CP Nº 2/2012. Contudo, considera a historicidade da luta pela valorização das questões ambientais entendendo que desde os anos de 1970, estamos envolvidos em transformações sem precedentes nas esferas econômica, política, sociocultural e ambiental. Essas transformações, configuradas pela reestruturação produtiva do processo capitalista, encerradas no pensamento neoliberal e do processo de globalização, desestruturam conquistas sociais importantes e tornam ainda mais evidentes quão frágeis são a economia, a política e a organização social da maioria dos estados nacionais do Planeta.

Mediante o contexto acima, o curso de Pedagogia, licenciatura aprovado pelo Edital 66/2021 MEC/SEB, visa construir sua ação político-pedagógica através desse PPC, conforme destaca Veiga (2004, p. 25),

O projeto político-pedagógico é mais do que uma formalidade instituída: é uma reflexão sobre a educação superior, sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o aluno e o professor e a prática pedagógica que se realiza na universidade. O projeto político-pedagógico é uma aproximação maior entre o que se institui e o que se transforma em instituinte. Assim, a articulação do instituído com o instituinte possibilita a ampliação dos saberes.

Destarte, a contribuição desse documento é possibilitar, institucionalmente, as ações que garantam a qualificação mais ampla e integral de gestores e professores da educação básica em sua formação inicial e o planejamento articulado e participativos das/dos docentes discentes que compõem o curso de Pedagogia, licenciatura.

Pensar no processo de ensino e de aprendizagem do Curso de Pedagogia, licenciatura implica definir os fins, os meios, os conteúdos, o papel do professor, o que é aprendizagem, e as formas de avaliação, resgatando a abordagem de ensino que este Projeto Pedagógico se orienta. O ensino e a aprendizagem estão fundamentados na racionalidade pedagógica prática e reflexiva, portanto, no princípio teórico-metodológico da reflexão na ação, reflexão sobre a ação e a reflexão sobre e na ação.

O referido curso apresentará uma estrutura curricular flexível, contemplando conhecimentos articulados, pela via da interdisciplinaridade e contextualização. Os alunos terão momentos pedagógicos comuns através do núcleo de conteúdos didático-pedagógicos e do núcleo de conteúdos específicos de experiências, práticas e engajamento profissionais. A estrutura do curso objetiva propiciar, ao profissional da educação básica (gestores e/ou professores), uma série de procedimentos didáticos, que possam ser utilizados no cotidiano da escola, buscando garantir uma formação ampla e generalizada.

A partir do entendimento de princípio como proposição básica que fundamenta a formação do pedagogo/a em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006), são levados em consideração neste PPC os seguintes princípios: interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Além das DCN, a Base Nacional Comum Curricular-BNCC (Resolução CNE/CP nº 2, de 22/12/2017) define as aprendizagens essenciais necessárias aos estudantes ao longo das etapas da Educação Básica, constituída por conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e a capacidade de mobilizá-los e integrá-los. Nesse sentido, os princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial são: unidade teoria-prática, sólida formação teórica e interdisciplinar, trabalho coletivo e interdisciplinar, e valorização do profissional da educação, gestão democrática, avaliação e regulação dos cursos de formação.

Sobre a relação teoria-prática esta constituirá unidade integrada ao longo do curso, enfatizando-se no cotidiano escolar as dimensões ética, humana, política, social e estética (BNCC, 2017). Adotando-se este princípio, a prática pedagógica como componente curricular estará presente nos 13 componentes curriculares, conforme será demonstrado mais adiante na

seção 10.1. A ênfase na prática docente, como base da formação, é fonte dessa unidade teoria-prática, assumindo o estudo das metodologias para o ensino dos conteúdos curriculares na escola básica e, ainda, o uso do estudo e pesquisa como meio de produção do conhecimento e engajamento na prática social.

Com base nessas discussões e buscando atender as exigências da Resolução 02/2019, a proposta deste curso visa expandir o perfil profissional, tornando-o mais atraente e com mais qualidade. Além disso, tem por objetivo assegurar às novas exigências do mercado de trabalho e uma formação consistente, seguindo os objetivos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sendo assim, busca-se atender às atuais carências de formação de professores do Ensino Fundamental, principalmente em regiões distantes dos grandes centros, visando formar profissionais aptos a executar com eficiência a nova configuração curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental adotado pelo país em 2017, tendo como base os campos de experiências e os direitos de aprendizagens previsto para a Educação Infantil e as competências e habilidades previstas para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais (BNCC, 2017).

5 PERFIL E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DA/DO EGRESSA/O

As/os licenciada/os em Pedagogia podem exercer funções da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a partir de conhecimentos acerca do desenvolvimento da aprendizagem sócio-histórica, cultural, psíquica e afetiva, primando pelas relações humanas em sua diversidade étnica, sexual e de gênero.

Podem atuar na Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como, em atividades de organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação, principalmente a partir do fomento dos princípios e organização da gestão democrática.

Sua atuação se volta também à produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo dos processos educacionais em contextos diversos. Portanto, as/os graduandas/os são formadas/os para as competências e habilidades cujos alicerces estão nas Diretrizes Curriculares Nacionais dispostas na Resolução CNE/CP de 02 de dezembro de 2019, nas Diretrizes Nacionais do Curso de Pedagogia.

O processo de formação envolve a capacidade de aprimoramento da prática pedagógica, com atividades que contribuem para o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho

em equipe. Orienta-se de modo a permitir que a/o pedagoga/o possua uma postura profissional de aperfeiçoamento de sua prática por meio de processos investigativos dos problemas educacionais contemporâneos, atuando a partir de valores éticos e visão multimodal e interdisciplinar das crianças e adolescentes com os quais venha a interagir/socializar no exercício do magistério.

Segundo o que apresentam as Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia, como síntese final do que estabelecem, à guisa de explicitação das categorias empregadas no desenho do perfil desejável da/do nova/o pedagoga/o e das suas próprias bases, seguem algumas especificidades:

- ✓ o curso de Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social;
- ✓ a docência compreende atividades pedagógicas inerentes a processos de ensino e de aprendizagens, além daquelas próprias da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da educação;
- ✓ os processos de ensinar e de aprender dão-se, em meios ambiental ecológicos, em duplo sentido, isto é, tanto professoras/es como alunas/os ensinam e aprendem, uns com os outros e que:
- ✓ as/os professoras/es são agentes de (re)educação das relações sociais e étnico-raciais, de redimensionamentos das funções pedagógicas e de gestão da escola.

Assim sendo, a/o egressa/o do curso de Pedagogia do Campus do Sertão da UFAL, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2, de 2 de dezembro de 2019, deve ao final do curso desenvolver as seguintes competências docentes:

- a) conhecimento profissional articulado à prática profissional e ao engajamento profissional.
- b) dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- c) demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- d) reconhecer os contextos de vida dos estudantes e conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.
- f) planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;

- g) criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- h) avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades;
- i) comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- j) comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- k) participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos;
- l) engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Logo, a/o egressa/o, assim já pedagoga/o, está em busca de sua posição na sociedade, entendendo que o sistema educacional brasileiro passa por análises e reflexões constantes, assim como busca encontrar propostas de soluções para os problemas existentes na educação, necessita de um profissional que tenha diversas aptidões, seja responsável, comprometido e, sobretudo, enfatize conhecimentos que abranjam fontes diferentes e destaque ao “que” e ao “como” fazer no exercício da profissão.

6 CAMPO DE ATUAÇÃO

O/A Licenciado/a tem como mercado de trabalho o ensino na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, atuando predominantemente no ensino básico, com possibilidade de ingresso na carreira acadêmica (ensino superior), após realizar curso de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado (Art. 66 da LDB, BRASIL, 1996). O professor formado em Pedagogia deve ter plena convicção do poder da educação como instrumento de transformação social. Nestes termos, procura-se assegurar, na medida do possível, a formação de um profissional na área de educação capaz de exercer a sua função com êxito.

7 JUSTIFICATIVA DO CURSO

Conforme já mencionado, o Curso de Pedagogia, licenciatura será ofertado em Delmiro Gouveia, município do alto sertão alagoano. Segundo o site do Sistema de Informações Territoriais (SIT):

O Território do Alto Sertão de Alagoas abrange uma área de 3.935,20 Km², abrangendo

14,06% do território do Estado de Alagoas. É composto por 8 municípios: Inhapi, Canapi, Mata Grande, Água Branca, Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado, Pariconha e Piranhas, todos inseridos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, segundo classificação da Agência Nacional de Águas¹⁵.

A região do semiárido conta com problemas há muito tempo debatidos no meio acadêmico-educacional, a saber: a) a necessidade de processo de valorização da profissão docente, uma vez que os municípios da região possuem políticas de valorização defasadas em relação ao proposto pela Resolução nº 02/2015 e aos estudos e pesquisas que apontam tal necessidade; b) um percentual significativo de municípios que não possuem gestão democrática em seus sistemas educacionais. Em 2018 o curso de Pedagogia da Ufal – Campus do Sertão atendeu a uma demanda realizando o curso de Aperfeiçoamento em Gestão Democrática, para aproximadamente 400 profissionais da educação do município de Delmiro Gouveia/AL.

Portanto, a formação de novas/os pedagogas/os, no curso, também se orienta a modificar tal realidade, uma vez que desde à década de 1980, com a consolidação de processos democráticos, a Constituição Federal/1988 e a própria LDB/96, instituem esta forma de gestão como normatização nacional. É perceptível, no contato com estas realidades, relações de familismo, famulagem e apadriamentos preocupantes e que se refletem na profissão da/do pedagoga/o com níveis significativos de desvalorização (salários abaixo do piso nacional, submissão a interesses de grupos políticos que desconsideram o valor público da escola, condições de trabalhos precárias para docentes e demais profissionais da educação, formas de gestão baseadas em indicações político-partidárias, etc).

Todas essas questões apresentam-se como definidoras das ações pedagógicas e políticas do curso de Pedagogia, já que a/o discente de Pedagogia é levado a discutir essas problemáticas em sua formação inicial com vistas a construção de meios concretas de contraposição a elas. Por esta razão, o curso de Pedagogia se propõe à busca de formas concretas de melhoramento da profissionalidade docente, as circunstâncias de sua proposição, considerando o universo e o contexto educacional em que o curso está inserido, a partir de discussões vinculadas a prática docente, que evidenciam a relação teoria-prática.

Cabe sinalizar que um dos objetivos do edital 66/2021, o qual este novo Curso de Pedagogia, licenciatura está submetido, tem como intuito estimular o desenvolvimento de propostas inovadoras que considerem as especificidades da formação de professores já em serviço e que não possuem qualificação para tal. Conforme já mencionado, na região há ainda

¹⁵ Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra040.pdf> Acesso em: 11 fev 2021.

um grande quantitativo de profissionais da educação que não possuem formação para atuar na educação básica e por isso este curso vem no sentido de atender a essa demanda, buscando contribuir com a melhoria da educação sertaneja.

8 OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Pedagogia, licenciatura submetido ao Edital 66/2021 MEC/SEB estabelece uma relação entre o perfil profissional da/do egressa/o, a estrutura curricular do curso e o contexto sócio educacional, nesse sentido, o curso tem como:

8.1 Objetivo Geral

Formar profissionais para atuação no magistério da Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos os conhecimentos pedagógicos, oportunizando também aos profissionais que atuam na educação da rede pública o acesso à formação em Pedagogia.

8.2 Objetivos Específicos

- ✓ Instruir profissionais para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem com sólida formação teórica e prática e que estejam preparadas/os não só para o ensino, mas para a atuação social, fazendo uso das tecnologias digitais;
- ✓ Preparar profissionais para trabalhar com inovação e empreendedorismo na escola, adotando metodologias ativas que estimulem o senso crítico e o desenvolvimento de habilidades nos estudantes;
- ✓ Possibilitar a constituição da/do professor/a como um/uma cidadão/ã intelectual, crítico/a e transformador/a, pelo exercício sistematizado de reflexão sobre a sua práxis pedagógica, orientado pela unidade teoria/prática e por conhecimentos didáticos-pedagógicos apropriados e diversos;
- ✓ Formar profissionais para o aprendizado da dimensão teórico-prática do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para os estudantes da Educação Básica, de acordo com as orientações previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- ✓ Desenvolver a autonomia docente e para a qualidade do ensino na Educação Básica

e outros processos educativos presentes na sociedade do semiárido alagoano;

- ✓ Desenvolver na/no discente habilidades e competências necessárias à atuação nos processos de gestão democrática, considerando práticas criativas e inovadoras, de organização administrativa e trabalho em equipe multiprofissional;
- ✓ Capacitar profissionais para resolução de problemas e conflitos no ambiente escolar, propondo alternativas viáveis e criativas, a partir do uso de plataformas digitais e recursos tecnológicos.
- ✓ Formar profissionais engajados com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

9 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

O Curso de Pedagogia conta com suporte do Conselho do Campus, da Direção Geral do Campus, Direção Acadêmica e Coordenações afins: de Ensino, Pesquisa e Extensão. Além disso, é composto pelo Colegiado, o NDE e o Centro Acadêmico. O curso é composto por docentes cuja titulação é de 11 (onze) doutoras/es, 01 (um) mestre, com formação em áreas diversas, tais como: Psicologia, Filosofia, Letras, Biologia, Matemática, Pedagogia, entre outros. O perfil dessas e desses docentes apresenta qualificação em suas áreas de ensino, pesquisa e extensão, cuja produção se consolida em atividades de circulação de conhecimentos, em Grupos de Estudos e Pesquisas, em Núcleos de Estudos, Pesquisa e Extensão e nas atividades de extensão na região, conforme Quadros 1 e 2.

Quadro 1: Nomes dos docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia

DOCENTE	TITULAÇÃO	C.H	E-MAIL INSTITUCIONAL
Ana Paula Solino	Pós-Doutora	DE	ana.solino@delmiro.ufal.br
Arnaldo Tenório da Cunha Júnior	Doutor	DE	arnaldo.junior@arapiraca.ufal.br
Débora Raquel Hettwer Massmann	Pós-Doutora	DE	debora.massmann@delmiro.ufal.br
Denson André Pereira da SilvaSobral	Doutor	DE	denson.sobral@delmiro.ufal.br
Fernando Silvio Cavalcante Pimentel	Pós-Doutor	DE	fernando.pimentel@cedu.ufal.br
Hermani Magalhães Olivensedo Carmo	Mestre	DE	hermani.carmo@santana.ufal.br
Humberto Meira de Araújo Neto	Doutor	DE	arnaldo.junior@arapiraca.ufal.br
Ismar Inácio dos Santos Filho	Doutor	DE	ismarinacio@yahoo.com.br

José Ivamilson da Silva Barbalho	Doutor	DE	jose.barbalho@delmiro.ufal.br
Júlio Bispo dos Santos Júnior	Doutor	DE	julio.junior@delmiro.ufal.br
Lilian Kelly de Almeida Figueiredo Voss	Pós-Doutora	DE	lilian.figueiredo@arapiraca.ufal.br
Márcio Ferreira da Silva	Doutor	DE	marcio.silva@delmiro.ufal.br
Maria Danielle de Araújo Mota	Doutora	DE	danielle.araujo@icbs.ufal.br
Moreno Pereira Bonutti	Doutor	DE	moreno.bonutti@arapiraca.ufal.br
Marilza Pavezi	Doutora	DE	marilza.pavezi@delmiro.ufal.br
Rodrigo Pereira	Doutor	DE	rodrigo.pereira2@delmiro.ufal.br

Quadro 2: Nomes dos técnicos-administrativos que atendem ao curso.

TÉCNICO/A	FUNÇÃO	E-MAIL INSTITUCIONAL
Rogério Brilhante Gonçalves	Técnico em Assuntos Educacionais	rogerio.brilhante@delmiro.ufal.br
Lucineide Maria de Souza	Pedagoga	lucineide.souza@prograd.ufal.br

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Pedagogia, licenciatura busca atender o caráter inovador das propostas educacionais contidas na Resolução CNE/CP 02/2019 que define as competências docentes com base na BNCC – Educação Básica. O curso disponibilizará de entrada única, de acordo com o Edital nº 66/2021 SEB/MEC. A duração para a integralização é de 8 semestres. A carga horária total corresponde a 3.718 horas, sendo que a carga horária mínima semestral é de 378 horas e a máxima de 514 horas.

Todas as disciplinas ofertadas foram pensadas a partir da necessidade da formação de profissionais que possam atuar na educação básica compreendendo fenômenos locais e globais a partir de uma formação teórico-prática significativa. A oferta das disciplinas será desenvolvida na modalidade presencial, havendo possibilidades da realização de até 40% da carga horária híbrida; contudo, as avaliações serão, obrigatoriamente, presenciais. As atividades realizadas a distância deverão estar descritas no Plano de Ensino de cada docente.

10.1 Proposta Curricular

A matriz curricular e proposta do curso de Pedagogia, licenciatura estão em consonância com os objetivos e perfil profissional da/do egressa/o. Sua organização curricular, está embasada na Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), assim como em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. De acordo com a BNC-Formação, os Cursos de Formação de Professores devem se organizar em torno de três grupos:

Grupo I – corresponde a base comum de conteúdos, que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. Neste grupo, a carga horária deve ser de no mínimo 800 horas distribuídas a partir do 1º ano do curso, tendo como integração curricular as três dimensões das competências profissionais docentes, tais como: o conhecimento, a prática e o engajamento profissional.

Grupo II – corresponde ao aprofundamento dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, assim como o domínio pedagógico desses conteúdos, previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A carga horária deste grupo é de no mínimo 1.600 horas e deve efetivar-se a partir do 2º ao 4º ano do curso.

De acordo com a BNC-Formação, para os Cursos de Pedagogia, licenciatura voltado para a formação de docentes para atuação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as 1.600 horas devem contemplar as especificidades das escolas de Educação Infantil, seus modos de organização, gestão e rotinas, assim como as particularidades do processo de aprendizagem das crianças nas faixas etárias da creche e pré-escola; os princípios didáticos de planejamento, encaminhamento e avaliação de propostas pedagógicas que tenham como referência os eixos estruturantes de brincadeiras e interações das DCNs da Educação Infantil e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC. Assim como também deve contemplar o aprendizado da dimensão prática do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para os estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e as áreas e os componentes, previstos na BNCC, seus conteúdos, unidades temáticas e objetos de conhecimento.

Grupo III – compreende as atividades de prática como componente curricular

(400 horas), as quais estarão distribuídos ao longo do curso desde o seu início entre as disciplinas dos Grupos I e II, bem como os estágios supervisionados (400 horas) em ambientes de ensino e aprendizagem.

A proposta curricular pretende combinar uma formação de sólida base teórico-metodológica, humanista e prática, associada às demandas e especializações necessárias ao exercício de atividades no mercado de trabalho. Dessa forma, os Grupos (I, II e III) procuram conjugar os conhecimentos teóricos e práticos que permitam a construção de trajetórias alternativas e individualizadas, porém afinadas às demandas e interesses globais da sociedade brasileira, e, especificamente, alagoana.

Além disso, buscando atender as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia apresentamos subsídios que também contemplam a proposta do curso, quais sejam:

Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - De acordo com o Artigo 3º e seus incisos do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o componente curricular Libras é obrigatório em todos os cursos de formação de professores do país, incluindo o curso de Pedagogia. Nos demais cursos de graduação, a disciplina Libras é ofertada como eletiva. Nesse caso, o curso de Pedagogia, licenciatura oferece essa disciplina como obrigatória no 5º período.

Prática pedagógica como um ato transdisciplinar- Hoje, mas que nunca, ferve uma necessidade pedagógica transdisciplinar: unir diferentes saberes na busca de um bem conviver geral, superando estranhamentos, exclusões, intolerâncias, perversões e destrutividades. A consciência atual de reconstruirmos ecossistemas educativos, emerge de apelos a favor da defesa da vida, proteção do planeta, respeito às diversidades, lutas contra os racismos, direitos humanos, autonomia pedagógica e educação libertadora. O Pril Pedagogia do Campus do Sertão, sensível a essas pautas, compreende que a formação cidadã/acadêmica dos estudantes está entrelaçada nas tensões e potencialidades que atravessam esses temas (proteção do planeta e humanização da sociedade), no campo da formação de professor/a.

A região Sertão ainda abriga um modelo de divisão social excludente, uma fração pequena da população desfruta de vantagens em detrimento dos que amargam penosamente uma sobrevivência de misérias e injustiças. Por isso envia esforços quanto ao acesso e permanência à formação Superior é tão necessário a fim de mudar indicadores sociais. O Pril Pedagogia defende em sua matriz curricular o diálogo interdisciplinar e a interligação de saberes enquanto proposta pedagógica que fortaleça o dinamismo das identidades regionais.

Com base nessas premissas, outras questões necessárias apresentam-se em algumas das

disciplinas da Matriz Curricular do Curso: Educação e relações étnico-raciais e Direitos Humanos; Fundamentos socioantropológicos da educação; Educação ambiental e sustentabilidade; Educação do Campo; Organização e gestão dos processos educativos etc., e, a partir delas, objetivos, estratégias pedagógicas, formação teórica e vivências práticas estão interseccionadas. Destaca-se, no âmbito da formação acadêmica:

- Reconhecer que todos os seres vivos são interdependentes e que cada forma de vida tem seu valor intrínseco, independentemente de sua utilidade para os seres humanos;
- Contribuir com a reforma do pensamento atual em relação aos recursos naturais da Terra, a noção de cidadania planetária, superação dos extremismos e outras percepções necessárias;
- Promover estudos, seminários e pesquisas em consonância com uma ética de vida, interculturalidade, direitos humanos e desenvolvimento sustentável;
- Favorecer ações pedagógicas de caráter formativo, de modo consequente e contínuo, sobre temas e problemas afins às áreas amparadas pelo PPC;
- Apresentar estudos de Conclusão de Curso que promovam uma cultura de tolerância, da não-violência, da democracia, do equilíbrio ambiental, de práticas inclusivas e potencializadoras na esfera educação escolar.

PARCERIAS: O Pril Pedagogia busca parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais e entidades com idoneidade reconhecida, de fomento, apoio, incentivo, assessoria técnica, cujo alcance venha fortalecer a formação acadêmica dos estudantes. Entende que não haverá futuro para a universidade se não sentir-se solidária com a causa das escolas e dos setores menos favorecidos da sociedade. Universidades e escolas unidas abrirão caminhos para uma nova economia social, e a extensão solidária fará enorme diferença, na construção de envolvimento comunitários duradouros. Essas parcerias se manifestam através das aulas regulares, dos estágios curriculares, oficinas e seminários temáticos diversos (Educação Ecológica; Economia Solidária; Cultura Popular. Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais, Cultura e Identidades. Práticas de Educação Infantil).

Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) - Além de cumprir com as exigências normativas educacionais brasileiras, a proposta de uma Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), incorporada aos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado desta instituição de ensino superior, por meio dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), estimula a integração entre saberes étnicos constitutivos de nossa cultura brasileira (branco, indígena, negro e cigano), em destaque a nossa cultura alagoana, além de possibilitar a produção

de novos conhecimentos científico, cultural, tecnológico e artístico, ou a revisão dos conhecimentos existentes, de modo a promover condutas e políticas de formação profissional que valorizem as diversidades étnico-raciais. Em decorrência dessa proposta, referendar-se-á o compromisso firmado pela Ufal, dentre outros, de aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas, dos cursos de graduação à pós-graduação, implementadas, oficialmente, desde 11 de novembro de 2003, por meio da Resolução Consuni/Ufal nº 33, que aprovou o Programa Ações Afirmativas para Afro-descendentes (PAAF) nesta instituição, com o empenho do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab-Ufal), criado em 1981, inicialmente Centro de Estudos Afro-brasileiros (CEAB), que atua tanto internamente à Ufal, com o papel de promover cursos de formação/capacitação, debates, disponibilização de acervo (documental e bibliográfico) para consulta e coordenação geral de editais sobre EREER; quanto externamente, em parceria com outras instituições educacionais do estado, do país e/ou outros países, e com os movimentos sociais.

O componente curricular Educação e Relações Étnico-raciais e Direitos Humanos, atendendo o Parecer CNE/CP nº 03/2004 e a Resolução CNE/CP nº 01/2004, será ministrado no segundo semestre do curso. O atendimento ao que determina a LDBEN (9394/96) remete à reflexão sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, o que implica em repensar os conteúdos escolares, os livros didáticos e as abordagens teórico-metodológicas. Comumente os livros didáticos¹⁶ trazem no aspecto quantitativo menos páginas dedicadas a esta temática em relação ao estudo da Europa, por exemplo. E no âmbito qualitativo, geralmente se referem à África como um lugar tribal, pobre e pouco civilizado, e aos povos indígenas como sendo selvagens, sem fazer alusão à riqueza cultural que os caracterizam. Com referenciais didáticos carregados por conotações depreciativas, acostadas por uma representação social negativa – tanto dos negros, quanto dos índios – as/os educandas/os geralmente não se sentem pertencentes e acabam por não se identificarem com suas raízes.

Deste modo, não basta incluir o conteúdo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo. É fundamental que os educadores promovam uma representação social positivada no estudo desta história e cultura, abordando – além de temas como escravidão, diáspora e genocídio entre outros –, assuntos como lutas, resistência, participação social etc. É necessário, antes de tudo, conhecer a visão de mundo desses povos, sua racionalidade, conjunto

¹⁶ Estudo realizados pela UNB revelam tais constatações. Mesmo após a aprovação da lei 10.639/03, observam-se poucas mudanças no conteúdo dos livros.

de crenças, para além dos estereótipos e de padrões euro-normativos de conhecimento. Entender a diversidade de produção científica e cultural em função de seu caráter de complementariedade, como algo que se soma, e não algo que se exclui. A diferença junto com a igualdade, compõem a identidade. A totalidade social é fruto dessa complementação.

Reconhecer e valorizar a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena implica em reconhecer seu valor epistêmico, sua primazia para a formação social do país e sua importância para afirmação identitária dos educandos. O processo pedagógico se fortalece mais e mais à medida em que relações étnico raciais respeitadas, plurais e dialógicas se fazem presentes de modo integral em todos os aspectos do currículo: conteúdos, materiais didáticos e abordagens teórico- metodológicas em cumprimento às diretrizes curriculares preconizadas pela Resolução nº 01/2004 do Conselho Nacional de Educação, a qual, dentre outras coisas determina como princípio fundamental da educação nacional a promoção de uma educação multicultural e pluriétnica, que se funda em relações étnico- sociais positivas.

Por fim, o curso de Pedagogia, licenciatura se compromete em respeitar os direitos legais das/dos educandas/os por meio da valorização de sua identidade, visando a consolidação da democracia brasileira, o que se fundamenta em uma educação antirracista e tornou obrigatória a disciplina Educação e Relações Étnico-raciais e direitos humanos que será ministrada no 3º período do curso.

Educação em Direitos Humanos - A Educação em Direitos Humanos na Ufal adequa-se à Resolução CNE/CP nº. 01/2012. Sua inserção nos PPC dos cursos deve ocorrer: I) pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II) como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III) de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. Sendo assim, no novo Curso de Pedagogia, licenciatura as discussões sobre Educação em Direitos Humanos deverá ser contemplada de forma transversal ao longo de todo o curso, além disso, optou-se por mantê-la como disciplina ao ser inserida no componente curricular Educação e Relações Étnico-raciais e direitos humanos. Compreendemos que tal discussão poderá ser melhor explorada desde o primeiro semestre, pois, entendemos que a formação de professoras/es, em especial pedagogas/os, perpassa pelo processo de formação humana.

Os Direitos Humanos independem de nacionalidade, orientação sexual, posição de classe, raça/etnia, cultura ou credo. Constitui-se como direito inalienável, pois em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (1948)

anuncia que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência, e devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Assim sendo, o curso de formação de pedagogas/os tornou-se local privilegiado para a discussão/ação em torno de uma sociedade mais justa e respeitosa entre cidadãos e cidadãs.

Desse modo, enquanto instituição de ensino, propomos problematizar e contextualizar histórica e politicamente a criação e a manutenção de direitos humanos como promotor de ideias de justiça, igualdade e liberdade. O curso de Pedagogia, licenciatura – promove uma educação em direitos humanos que atenta para a valorização da diversidade, do respeito ao outro e do entendimento sobre a educação enquanto veículo transformador da sociedade.

Educação ambiental - Com o intuito de impulsionar o desenvolvimento de uma consciência crítica transformadora que enfrente os desafios impostos pela crescente disseminação de problemas ambientais, o curso de Pedagogia, licenciatura, da Universidade Federal de Alagoas tem empreendido esforços para dotar seus discentes de ferramentas analíticas que subsidiem uma interpretação sociopolítica das múltiplas dimensões que compõem a questão ambiental. Assim, o curso dirige esforços no sentido de estabelecer um tratamento transversal para os conteúdos relacionados à exploração econômica da natureza, e, conseqüentemente, para os conflitos e problemas relacionados aos usos e apropriações dos recursos naturais. Resgata-se de Carvalho (2002), a ideia de que toda educação é ambiental, pois se a Educação não vier acompanhada pela dimensão ambiental, “perde sua essência e pouco pode contribuir para a continuidade da vida humana” (p. 36).

Assim, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. As DCNs de Educação Ambiental (Resolução CNE/CP Nº2/2012) destacam que “o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social”. Isso posto, nota-se a necessidade de inserir no processo educativo do curso de Pedagogia, licenciatura, as discussões de educação ambiental, na visão transversal e interdisciplinar. Isso significa que esse tema formativo é abordado transversal e interdisciplinarmente em disciplinas

do quadro obrigatório e eletivo do curso.

O trabalho interdisciplinar de educação ambiental se caracteriza pela ampliação do espaço social e visa a disseminação crítica dos conhecimentos socioambientais, culturais e políticos, articulando-os à realidade local, nacional e global, com a formação cidadã e ética. Busca-se superar a mera ideia de *ecologizar* o processo educativo, pois o trabalho de educação ambiental não se limita ao acúmulo de conceitos de ecologia ou ao trabalho com problemas ambientais.

Com base nesse entendimento, propõem-se inserir a temática da educação ambiental no contexto das disciplinas de Educação Ambiental e Sustentabilidade, Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências I e II, de modo a apresentar discussões mais específicas sobre as questões socioambientais no currículo do curso de Pedagogia, articulando com a formação do perfil profissional da/do pedagoga/o. Cabe ainda ressaltar que o Campus Sertão se encontra inserido no Programa de Expansão e de Reestruturação da Ufal, cujo projeto visa um modelo de desenvolvimento regional pautado no compromisso socioambiental entre a sociedade acadêmica e a região sertaneja, fator este que pode fortalecer as discussões de sustentabilidade no referido curso.

Incluir a educação ambiental nas referidas disciplinas não invalida a possibilidade de articulá-la aos outros componentes curriculares do curso. Tal proposta justifica-se por compreendermos a necessidade de trabalhar ações de forma mais sistemática envolvendo as questões ambientais a partir de debates científicos, políticos, econômicos e sociais. Além disso, pretende-se possibilitar ao futuro educador compreender as relações complexas existentes entre a Ciência, Tecnologia, Sociedade e Meio Ambiente, assim como refletir criticamente acerca das suas implicações nas esferas locais, regionais e globais.

Compreende-se ainda que é cada vez mais urgente a necessidade de construirmos uma sociedade mais justa e humana diante dos problemas socioambientais que vivemos, e, para isso, consideramos importante propor ações educativas que visam superar as concepções sobre o ambiente numa dimensão estritamente biológica para uma dimensão mais ampla, a partir da inserção da temática educação ambiental nas disciplinas anteriormente mencionadas. Cabe sinalizar que o curso de Pedagogia tem como objetivo contribuir para a formação de sujeitos críticos e capazes de organizar e implementar processos educativos que transformem consciências, comportamentos, hábitos, valores e atitudes de uma determinada sociedade, visando a formação de cidadãos e cidadãos éticos e comprometidos com a construção de uma realidade socioambiental sustentável. Isso posto, destaca-se ainda que a UFAL possui um

Núcleo de Educação Ambiental(NEA), ligado ao Centro de Educação e que está aberto a apoiar o trabalho de educação ambiental em diversos cursos, inclusive de outros campi. O NEA desenvolve atividades com o Coletivo Jovem, cursos de formação para professores e estudantes sobre Educação Ambiental e curso de especialização em Educação Ambiental (2012).

Prática como componente curricular (PCC) - O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, licenciatura, desenvolverá as atividades referentes as 400 horas de prática como componente curricular (PCC) obedecendo o que determina a Resolução CNE/CPnº 02/2019 e a Resolução 6/2018-Consuni/Ufal, de 19 de fevereiro de 2018. Essas práticas curriculares estão distribuídas nos seguintes componentes curriculares: Profissão Docente; Didática; Gestão da Educação e do trabalho escolar; Avaliação Educacional; Educação Infantil e propostas pedagógicas (0 ao 5 anos); Ensino Fundamental e propostas pedagógicas (6 a 10 anos); Empreendedorismo e projetos investigativos na educação; Metodologias da Educação Infantil; Saberes e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa II; Saberes e Metodologias do Ensino da Matemática II; Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências II; Saberes e Metodologias do Ensino de História II; Saberes e Metodologia do Ensino de Geografia II, totalizando 409 horas de prática como componente curricular.

Compreendemos que a prática como componente curricular se difere do estágio, sendo mais abrangente, pois estabelece o “conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência” (Pareceres CNE/CP 2/2015 e CNE/CES 15/2005), e devem ser realizados como ações interdisciplinares.

Atividades Curriculares de Extensão (ACE) – O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, licenciatura, desenvolverá as atividades curriculares de extensão contemplando o mínimo de 10% da carga horária total do curso, obedecendo o que determina a Resolução 7/2018-MEC, de 18 de dezembro de 2018 e a Resolução 6/2018-Consuni/Ufal, de 19 de fevereiro de 2018.

De acordo com Brasil (2018), a extensão no ensino superior é compreendida como uma atividade que se integra de forma interdisciplinar à matriz curricular, a qual tem como objetivo promover a interação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Considera-se atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante,

de iniciativa da própria Ufal ou em parceria com outras instituições.

As ações de extensão estão ofertadas ao longo da graduação, a partir das cargas horárias reservadas nos módulos do Programa de Extensão desse Curso, constantes na Matriz Curricular.

Em atendimento aos ditames da Resolução 04/2018/Consuni/Ufal e a Instrução Normativa nº 01/2021/Proex/Ufal, em anexo a esse PPC, segue o Programa Integralizado de Extensão (Piex), a partir do qual, serão ofertadas as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ao longo da oferta dos outros componentes curriculares desta graduação.

Essas ações, de natureza curricular, deverão ser previamente planejadas pelo docente responsável tendo como ponto de partida as linhas temáticas indicadas no quadro 3 e validadas pelo colegiado do curso, conjuntamente com a Coordenação de Extensão da Unidade/Campus para que assim possam ser cadastradas no SIGAA e executadas. Cabe ressaltar que as atividades deverão ser registradas na Pró-Reitoria de Extensão (Proex/Ufal) pelo Coordenador da ação, com a concordância da Unidade Acadêmica/ Campus Fora de Sede.

Quadro 3: Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no Curso de Licenciatura em Pedagogia

PIEX/ MÓDULOS	ATIVIDADE DE EXTENSÃO/ MODALIDADES	LINHA(S) DE EXTENSÃO	DESCRIÇÕES NORTEADORAS
PIEx 01 e 02	Projeto 01	Formação de professores Metodologias e estratégias de ensino/aprendi- zagem	Desenvolvimento de um projeto formativo para profissionais da educação do alto sertão alagoano com o intuito de discutir processos de formação na docência, envolvendo fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico e gestão da sala de aula, tendo em vista o aprimoramento profissional. Desenvolvimento de cursos, projetos e/ou oficinas formativas para profissionais da educação do alto sertão alagoano, a partir de projetos de extensão, visando a construção de saberes e práticas focadas em metodologias e estratégias didático-pedagógicas inovadoras a partir dos usos das tecnologias digitais, da noção de ensino

			híbrido e metodologias ativas, como subsídio para produção de materiais didáticos específicos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais).
PIEx 03 e 04	Projeto 02	Formação de professores Alfabetização, leitura e escrita	<p>Desenvolvimento de projeto de caráter formativo e interdisciplinar para profissionais da educação do alto sertão alagoano e comunidade local voltados para a discussão teórico-prática sobre temáticas relativas a planejamento curricular nas escolas; orientações para a escrita dos projetos políticos pedagógicos; avaliação dos projetos políticos pedagógicos; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área, dentre outros relacionados e que possam ser oriundos de práxis educativas.</p> <p>Desenvolvimento de projeto de caráter formativo para profissionais da educação do alto sertão alagoano, estudantes da educação básica e comunidade geral que possibilitem discussões sobre práticas de alfabetização e letramento de crianças, de jovens e adultos; sobre formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas, dentre outros que relacionados a práxis de letramentos diversos, principalmente de leitura e escrita.</p>
PIEx 05 e	Eventos	Divulgação	Essa ação será conduzida de forma

06		científica e tecnologia e técnicas em Educação	<p>interdisciplinar, envolvendo docentes de áreas científicas-acadêmicas de graduações como Pedagogia e Letras no desenvolvimento da atividade de extensão do Curso.</p> <p>Realização de eventos voltados para a comunidade acadêmica em geral e demais setores da sociedade vinculados à área de educação, com o intuito de divulgar as atividades extensionistas desenvolvidas ao longo do curso bem como práxis e vivências pedagógicas a partir de atividades de Estágio obrigatório e/ou extracurricular.</p> <p>Essa ação deverá ser desenvolvida com apoio interinstitucional com as universidades-parceiras vinculadas ao Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares submetidas ao edital 66/2021 conjuntamente com a UFAL.</p>
----	--	--	---

O registro das ACE no sistema acadêmico vigente utilizado pela Proex, deve contemplar dimensões como: carga horária; objetivos; metodologia de natureza extensionista; áreas temáticas e linhas de extensão a que está vinculada a ACE, instrumentos e indicadores de avaliação; público com o qual pretende-se trabalhar; referências e cronograma de ações. Considera-se como público alvo das atividades de extensão do Curso de Pedagogia, licenciatura, os profissionais que atuam na educação básica, bem como estudantes das escolas públicas e comunidade local do alto sertão alagoano.

As atividades curriculares de extensão serão iniciadas a partir do 3º semestre e organizadas no formato de projetos, cursos, oficinas e/ou eventos. A elaboração das atividades de extensão deverá seguir as orientações previstas na Resolução nº 65/2014 – Consuni/Ufal de 3 de novembro de 2014; Resolução nº. 04/2018 – Consuni/Ufal, de 19 de fevereiro de 2018. Instrução normativa Proex nº 01/2021/Proex/Ufal e o Manual da Curricularização da Extensão/Proex/Ufal. Ao final de cada atividade de extensão desenvolvida, estas deverão ser

avaliadas e monitoradas regularmente pelo colegiado e NDE, a partir de formulários construídos ao longo do curso, visando identificar os impactos das ações na comunidade em geral.

10.2 Ordenamento Curricular

Quadro 4. Ordenamento curricular do curso de Pedagogia, licenciatura.

1º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Profissão Docente	Sim	03	40	14	54
Didática	Sim	04	60	12	72
Metodologia do trabalho científico	Sim	04	62	10	72
Fundamentos socioantropológicos da educação	Sim	03	54	-	54
Política organizacional da educação básica do Brasil	Sim	04	72	-	72
Tecnologias digitais aplicadas à educação I	Sim	03	40	14	54
Total		21	328	50	378
2º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Fundamentos filosóficos do conhecimento	Sim	03	54	-	54
Desenvolvimento e aprendizagem	Sim	04	64	08	72
Gestão da educação e do trabalho escolar	Sim	04	52	20	72
História da Educação	Sim	03	48	06	54
Matemática Instrumental	Sim	04	52	20	72
Tecnologias digitais aplicadas à educação II	Sim	03	40	14	54
Avaliação Educacional	Sim	03	47	07	54
Total		24	357	75	432
3º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Currículo	Sim	03	37	17	54
Educação infantil e propostas pedagógicas - 0 a 5 anos	Sim	04	60	12	72
Leitura e produção de texto	Sim	03	37	17	54

Educação e relações étnico-raciais e direitos humanos	Sim	03	46	08	54
Estatística educacional	Sim	03	37	17	54
Tópicos de Educação Especial	Sim	03	47	07	54
PIEX 1	Sim	03	40	14	54
Total		22	304	92	396
4º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Educação ambiental e sustentabilidade	Sim	03	47	07	54
Alfabetização e letramento	Sim	03	47	07	54
Fundamentos do empreendedorismo e inovações em educação	Sim	03	47	07	54
Eletiva I	Sim	03	20	34	54
Ensino fundamental e propostas pedagógicas (6 a 10 anos)	Sim	04	60	12	72
Libras	Sim	03	47	07	54
PIEX 2	Sim	04	40	14	54
Total		23	308	106	396
5º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Literatura infantil	Sim	03	47	07	54
Organização e gestão dos processos educativos	Sim	03	47	07	54
Empreendedorismo e projetos investigativos na educação	Sim	03	20	34	54
Eletiva II	Sim	03	37	17	54
Pesquisa educacional	Sim	03	37	17	54
Metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem aplicada a Educação Básica	Sim	03	37	17	54
PIEX 3	Sim	04	18	54	72
Educação do Campo	Sim	03	47	07	54
Total		25	290	160	450
6º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Metodologias da educação infantil	Sim	04	44	28	72
Saberes e metodologias da língua portuguesa I	Sim	03	47	07	54
Saberes e metodologias do ensino da matemática I	Sim	03	47	07	54

Saberes e metodologias do ensino religioso	Sim	03	47	07	54
Saberes e metodologias do ensino de artes	Sim	03	47	07	54
Saberes e metodologias da educação física	sim	03	47	07	54
Estágio supervisionado I (gestão)	Sim	06	20	80	100
PIEX 4	Sim	04	28	44	72
Total		29	327	187	514
7º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Saberes e metodologias da Língua Portuguesa II	Sim	03	-	54	54
Saberes e metodologias do ensino da matemática II	Sim	03	-	54	54
Saberes e metodologias do ensino de geografia I	Sim	03	47	07	54
Saberes e metodologias do ensino de ciências I	Sim	03	47	07	54
Saberes e metodologias do ensino de história I	Sim	03	47	07	54
Estágio supervisionado II em educação infantil	Sim	09	40	120	160
PIEX 5	Sim	03	30	24	54
Total		27	228	256	484
8º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Saberes e metodologias do ensino de ciências II	Sim	03	-	54	54
Saberes e metodologias do ensino de geografia II	Sim	03	-	54	54
Saberes e metodologias do ensino de história II	Sim	03	-	54	54
Estágio supervisionado III em ensino fundamental (anos iniciais)	Sim	08	40	100	140
Fundamentos da EJA	Sim	03	30	24	54
PIEX 6	Sim	03	18	54	72
Total		23	86	324	428
Total de Carga Horária (Disciplinas + Estágios)		193	2.228	1.250	3.478
Atividades Acadêmico-Científico-Cultural (AACC)					200
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)					40
Carga Horária de Integralização Curricular (CHIC)					3.718

Quadro 5. Quadro das Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO ACADÊMICO	AULAS SEMANAIS	CARGA HORÁRIA		
			TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
PIEX/MÓDULO/01	3	03	40	14	54
PIEX/MÓDULO/02	4	03	40	14	54
PIEX/MÓDULO/03	5	03	18	54	72
PIEX/MÓDULO/04	6	03	28	44	72
PIEX/MÓDULO/05	7	03	30	24	54
PIEX/MÓDULO/06	8	03	18	54	72
Total			174	204	378

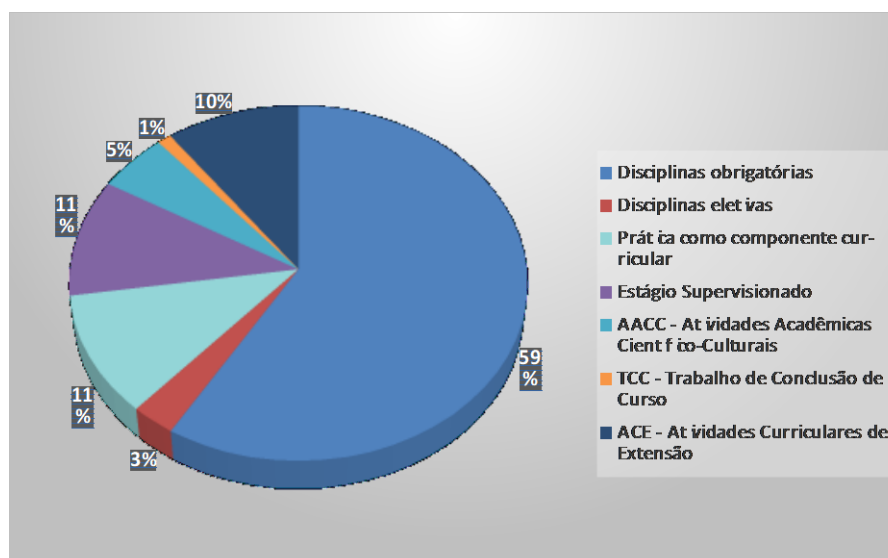
Quadro 6. Quadro de disciplinas eletivas

Disciplinas eletivas	Carga horária			
	Aulas Semanais	Teórica	Prática	Total
Corporeidade e movimento	03	47	07	54
Educação a Distância, mídias e Didática online	03	47	07	54
Educação em Espaços não-formais	03	47	07	54
Educação gênero e sexualidade	03	47	07	54
Jogos Recreação e Brincadeiras	03	47	07	54
Introdução a Escrita Acadêmica	03	47	07	54

Quadro 7. Resumo da Carga Horária dos temas curriculares

Componentes Curriculares	Carga Horária
Disciplinas obrigatórias	2.183
Disciplinas eletivas	108
Prática como Componente Curricular	409
Estágio Supervisionado	400
AACC - Atividades Acadêmicas Científico-Culturais	200
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso	40
ACE - Atividades Curriculares de Extensão	378
Carga horária total	3.718

Gráfico 2: Distribuição percentual dos Componentes Curriculares



No que se refere a natureza das disciplinas/atividades e suas respectivas finalidades para a formação dos estudantes, segundo os grupos formativos (I, II e III) da BNC-Formação, o curso está organizado da maneira a seguir:

Quadro 8. Distribuição do componente curricular por Grupo da BNC- Formação

Grupo I – Base comum: conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos	
Componente curricular	
Profissão Docente	
Didática	
Fundamentos socioantropológicos da educação	
Política organizacional da educação básica do Brasil	
Tecnologias digitais aplicadas à educação I	
Fundamentos filosóficos do conhecimento	
Desenvolvimento e aprendizagem	
Gestão da educação e do trabalho escolar	
História da Educação	
Avaliação Educacional	
Currículo	
Educação e relações étnico-raciais e direitos humanos	
Tópicos de Educação Especial	
Libras	

Grupo II – Conteúdos específicos da área	
Componente curricular	
Metodologia do trabalho científico	
Matemática Instrumental	
Tecnologias digitais aplicadas à educação II	
Educação infantil e propostas pedagógicas - 0 a 5 anos	
Leitura e produção de texto	
Estatística educacional	
Educação ambiental e sustentabilidade	
Alfabetização e letramento	
Fundamentos do empreendedorismo e inovações em educação	
Eletiva I	
Ensino fundamental e propostas pedagógicas (6 a 10 anos)	
Literatura infantil	
Organização e gestão dos processos educativos	
Eletiva II	
Pesquisa educacional	
Metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem aplicada a Educação Básica	
Educação do Campo	
Metodologias da educação infantil	
Saberes e metodologias da língua portuguesa I	
Saberes e metodologias do ensino da matemática I	
Saberes e metodologias do ensino religioso	
Saberes e metodologias do ensino de artes	
Saberes e metodologias da educação física	
Saberes e metodologias do ensino de geografia I	
Saberes e metodologias do ensino de ciências I	
Saberes e metodologias do ensino de história I	
Fundamentos da EJA	
Grupo III – Prática Pedagógica e Estágios Supervisionados	
Componente curricular	
Profissão Docente	
Didática	
Gestão da educação e do trabalho escolar	
Avaliação Educacional	
Educação infantil e propostas pedagógicas - 0 a 5 anos	
Ensino fundamental e propostas pedagógicas (6 a 10 anos)	
Empreendedorismo e projetos investigativos na educação	
Metodologias da educação infantil	
Saberes e metodologias da Língua Portuguesa II	
Saberes e metodologias do ensino da matemática II	
Saberes e metodologias do ensino de ciências II	
Saberes e metodologias do ensino de geografia II	
Saberes e metodologias do ensino de história II	
Estágio supervisionado I (gestão)	

Estágio supervisionado II em educação infantil
Estágio supervisionado III em ensino fundamental (anos iniciais)

10.3 Ementas

10.3.1 Ementário dos Componentes Curriculares do 1º semestre

1º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Profissão Docente	Sim	03	40	14	54
Didática	Sim	04	60	12	72
Metodologia do trabalho científico	Sim	04	62	10	72
Fundamentos socioantropológicos da educação	Sim	03	54	-	54
Política organizacional da educação básica do Brasil	Sim	04	72	-	72
Tecnologias digitais aplicadas à educação I	Sim	03	40	14	54
Total		21	328	50	378

Componente Curricular: Profissão Docente		Carga horária semestral – 54 horas
1º sem.	<p>Ementa: Estudo da constituição histórico-social da docência, da relação entre o professorado e o Estado no Brasil, apreendendo o processo de feminização e profissionalização docente, bem como as influências do mundo do trabalho sobre a formação e o processo de trabalho docente. Reconhecimento dos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas da região.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> COSTA, Áurea (org.). A proletarização do professor: neoliberalismo na educação. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sudermann, 2009. FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? São Paulo: Autores Associados, 2004. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, pra quê? São Paulo: Cortez, 2010. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. A constituição histórica do processo de trabalhdocente. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008. NÓVOA, Antonio (org.). Vidas de professores. Porto: Portugal, 2000. TARDIF, M. Saberes docentes: Formação profissional. São Paulo: Vozes, 2006. 	

Componente Curricular: Didática		Carga horária semestral – 72 horas
1º sem.	<p>Ementa: Estudo da prática pedagógica vigente e dos fundamentos da docência, considerando a evolução da didática na perspectiva sócio- histórica e metodológica. Abordagens contemporâneas da Didática e sua problematização a partir do cotidiano da sala de aula como espaço para ensinar e aprender.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> CANDAU, V. M. A didática em questão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. 	

	<ul style="list-style-type: none"> LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1985. VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Repensando a Didática. São Paulo, Papirus: 1996.
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> ANDRÉ, M. E. Alternativas no ensino de didática. Campinas, SP: Papirus, 1997. CANDAU, V. M. Rumo a uma nova didática. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. CAMBI, F. (1999). História da pedagogia. São Paulo: Unesp.

Componente Curricular: Metodologia do trabalho científico		Carga horária semestral – 72 horas
1º sem.	<p>Ementa: Conceitos básicos de metodologia científica. Linguagem científica. Fundamentos da investigação científica. Tipos de Pesquisa. Estruturas formais e funcionais do discurso científico tecnológico. Subsídios para a produção e a interpretação de textos científicos: resumo, resenha, relatório, projetos de pesquisa, a partir da mediação tecnológica.</p>	
	<p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte, MG: Ed. da UFMG, 1999. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010; 	
	<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> BECKER, Howard S. Segredos e truques da pesquisa / Howard S. Becker; tradução, MariaLuiza X. de A. Borges; revisão técnica, Karina Kuschnir. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007; KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. Trad. de Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006; SANTOS, Edméa. Pesquisa-formação na cibercultura. Teresina: EDUFPI, 2019. 	

Componente Curricular: Fundamentos socioantropológicos da educação		Carga horária semestral – 54 horas
1º sem.	<p>Ementa: Estudo das tendências teórico-metodológicas da Sociologia, analisando a relação entre educação e a dinâmica da sociedade no Brasil, perpassando as interações Educação-Estado. Movimentos Sociais. Introdução aos estudos Antropológicos da Educação, suas relações com a sociedade, suas dimensões étnico-raciais e culturais, acompanhando as tendências teórico-metodológicas contemporâneas.</p>	
	<p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> CANDAU, Vera Maria. Cultura(s) e Educação: entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005 DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 11 ed., São Paulo: Melhoramentos; [Rio de Janeiro]: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978. ROCHA, Everardo P. Guimarães. O que é etnocentrismo. 10 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros passos, n. 124. 	
	<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005 	

	<ul style="list-style-type: none"> • GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2007. • HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. • MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez, 1997.
--	---

Componente Curricular: Política organizacional da educação básica do Brasil		Carga horária semestral – 72 horas
1º sem.	<p>Ementa: Estudo da organização escolar brasileira, nos diversos níveis e modalidades da Educação Básica, no contexto histórico, político, cultural e socioeconômico da sociedade brasileira.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. • SANTOMÉ, Jurjo Torres. A educação em tempos de neoliberalismo. Porto Alegre:ATMED, 2003. • LIBÂNIO, José C. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2006. • NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1999. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AZEVEDO LINS, M. J. A educação como política pública. 3ª ed. Campinas/São Paulo:Autores Associados, 2004. • SAVIANI, D. Educação brasileira: estrutura e sistema. São Paulo: Autores Associados,2008. • _____. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2008. • TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana. Ijuí: UNIJUÍ, 2005. 	

Componente Curricular: Tecnologias digitais aplicadas à educação I		Carga horária semestral – 54 horas
1º sem.	<p>Ementa: Estudo das mídias e recursos tecnológicos digitais na educação e suas representações no âmbito escolar e na sociedade contemporânea; Compreensão sobre a utilização das TDIC; papel na formação humana e os impactos causados na atual geração designada de “nativos digitais”. Observar as deficiências com leitura, compreensão e escrita, sobretudo a alteração na forma de comunicação e dependência digital, dificultando a maneira de expressar-se.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Berwig, Aldemir. Compreensões sobre tecnologias, ensino e aprendizagem na formação humana. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6883 Acesso em 12 novembro de 2019. • CARLSSON, Ulla.; Feilitzen, Cecilia Von. (Orgs). A criança e a mídia: imagem, educação e participação. São Paulo: Cortez, 2002. CARTAXO, • HEIDE, A. e STILBORNG, L. Guia do professor para a Internet. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • GIRAFFA, Lúcia. Recursos digitais na escola. Joaçaba: Editora Unoesc, 2021. • MARA, Sandra.; CORDEIRO, Sandro. Mídia, infância e prática pedagógica 	

	(recurso eletrônico). Natal: SEDIS-UFRN, 2019. <ul style="list-style-type: none"> • SANTOS, Edméa. O livro na cibercultura. Santos, Editora Universitária Leopoldianum, 2019. • VELETSIANOS, George. Emergência e inovação na aprendizagem digital: fundamentos e aplicações. 1ª ed. São Paulo: Artesanato Educacional, 2021. • YOUNG, Kimberly.; ABREU, Cristiano Nabuco. (orgs). Dependência de internet em crianças e adolescentes: fatores de risco, avaliação e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2019.
--	---

10.3.2 Ementário dos Componentes Curriculares do 2º semestre

2º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Fundamentos filosóficos do conhecimento	Sim	03	54	-	54
Desenvolvimento e aprendizagem	Sim	04	64	08	72
Gestão da educação e do trabalho escolar	Sim	04	52	20	72
História da Educação	Sim	03	48	06	54
Matemática Instrumental	Sim	04	52	20	72
Tecnologias digitais aplicadas à educação II	Sim	03	40	14	54
Avaliação Educacional	Sim	03	47	07	54
Total		24	357	75	432

Componente Curricular: Fundamentos Filosóficos do Conhecimento		Carga horária semestral – 54 horas
2º sem.	<p>Ementa: Reflexões sobre ciência e filosofia; os fundamentos sociológicos antropológicos do conhecimento; a produção do conhecimento na arte e na religião; a relevância dos saberes locais e tradicionais; racionalismo e empirismo; a questão da neutralidade na ciência e o exame de seus aspectos objetivos e subjetivos.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CHAUI, M. Convite a Filosofia. São Paulo: Ática, 2005. • CYRULNIK, Boris; MORIN Edgar. Diálogo sobre a natureza humana. Lisboa: Instituto Piaget, 2004 • FOUREZ, Gérard. A construção das ciências: as lógicas das invenções científicas. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BOMBASSARO, L. C. As fronteiras da epistemologia: Como se produz o conhecimento. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. • CALMERS, A. F. O Que é Ciência, Afinal? Trad. De Raul Fiker. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997. • DUTRA, L. H. A. Introdução à teoria da ciência. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. • HUME, D. Investigação sobre o entendimento humano. São Paulo: Escala Educacional, 2006. 151 p. • MORIN, E. Introdução ao Pensamento Complexo. Porto Alegre: Sulina; 2006 	

Componente Curricular: Desenvolvimento e aprendizagem		Carga horária semestral – 72 horas
2º sem.	Ementa: Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias clássicas da Psicologia do Desenvolvimento e as atuais ciências do desenvolvimento na perspectiva dos ciclos de vida. O desenvolvimento humano frente à diversidade cultural, social e étnica dos múltiplos contextos de desenvolvimento.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> ● COSTA JÚNIOR, Á. L.; DESSEN, M. A. (Orgs.). A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005. ● PIAGET, J. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. ● VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> ● LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. ● SALVADOR, C.C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Vol.2, Ed. Artmed, 2004. ● WALLON, H. A evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 	

Componente Curricular: Gestão da educação e do trabalho escolar		Carga horária semestral – 72 horas
2º sem.	Ementa: Estudo da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo os pressupostos teóricos e legais vigentes, na perspectiva do planejamento participativo com foco no Projeto Político Pedagógico que contemple a diversidade para que o mesmo seja inclusivo.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> ● LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 5ª ed (ver e amp.) Goiânia: Alternativa, 2004. ● VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2001. ● VEIGA, I. P. A. e RESENDE, L. M. G. (orgs.). Escola: espaço do Projeto Político- Pedagógico. São Paulo: Papirus, 1998. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> ● CRUZ NETO, Tiago Leandro. Gestão democrática da Educação: uma discussão sobre planejamento educacional e participação coletiva em Alagoas (1999-2004). Editora ABEU, 2013. ● LUCK, Heloisa. Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional - Vol. II - Série Cadernos de Gestão. Petrópolis: Vozes. ● PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: uma introdução crítica. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 	

Componente Curricular: História da Educação		Carga horária semestral – 54 horas
2º sem.	Ementa: Análise histórica da Educação e da Pedagogia, segundo as idéias pedagógicas, com foco na história da educação brasileira e alagoana	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> ● CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999. 	

	<ul style="list-style-type: none"> ● STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil Séculos XVI- XVIII. Petrópolis: Vozes, 2005. Vol. I. ● STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil –Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2004. Vol. II.
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> ● STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil Século XX. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005. Vol. III. ● DUARTE, N. Individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1993. (Educação contemporânea). ● VERÇOSA, Élcio de Gusmão. Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias. 3ªed. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 2001. ● VERÇOSA, Élcio de Gusmão. História do Ensino Superior em Alagoas: verso & reverso. Maceió: Edufal, 1997.

Componente Curricular: Matemática Instrumental		Carga horária semestral – 72 horas
2º sem.	<p>Ementa: Discussão de alguns tópicos fundamentais da matemática elementar, indispensáveis para formação da cidadania. Aborda os conteúdos em seus aspectos conceituais, didáticos, históricos, sociais e culturais.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● SMOLE, K.; DINIZ, M. I. (Org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre. ● MOURA, M. O. Matemática na infância. In: MIGUEIS, M. R. e AZEVEDO, M. G. Educação Matemática na infância: abordagens e desafios. Serzedo – Vila Nova de Gaia: Gailivro, 2007. p. 39-64. ● CAZORLA, Irene... [et al.]. Estatística para os anos iniciais do ensino fundamental [livro eletrônico] / organizado, 1. ed. - Brasília: Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM, 2017.- (Biblioteca do Educador - ColeçãoSBEM; 9) 6,5 Mb; PDF. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental [livro eletrônico] : práticas de sala de aula e de formação de professores / organização Reginaldo Fernando ● Carneiro, Antonio Carlos de Souza, Luciane de Fatima Bertini. -- Brasília, DF :SBEM, 2018. -- (Coleção SBEM ; 11) 5 Mb ; PDF ● BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2017. MEC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>acessado em: 21 de janeiro de 2019. 	

Componente Curricular: Tecnologias digitais aplicadas à educação II		Carga horária semestral – 54 horas
2º sem.	<p>Ementa: Estudo do conhecimento e desenvolvimento tecnológico mundial, para compreensão e conexão aos objetos de conhecimento trabalhados na escola, além de fazer uso crítico de recursos e informações. Planejamento de ações de ensino para criar e gerir ambientes virtuais de aprendizagens e plataformas digitais.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● PIMENTEL, Fernando S. C.; FRANCISCO, Deise J.; FERREIRA, Adilson R. Jogos digitais, tecnologias e educação: reflexões e propostas no contexto da covid-19. Maceió:EDUFAL, 2021. 	

	<ul style="list-style-type: none"> • RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. Coletânea Profissão Docente na Educação Básica: profissão docente e ensino remoto emergencial. 1ª ed. Curitiba: Brasil Publishing, 2021. • SERRA, Ilka Márcia Ribeiro de Souza. Docência no ensino superior em tempos fluídos. São Luís: Uemanet, 2021.
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. • LAPA, Andrea Brandão. Formação de sujeitos em espaços sociais virtuais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. • SANTOS, Edméa (Org.). Mídias e Tecnologias na Educação Presencial e a Distância. São Paulo: LTC, 2016. • MOMESSO, Maria Regina et al. (Org.). Das práticas do ler e escrever: ao universo das linguagens, códigos e tecnologias. Porto Alegre: CirKula, 2014. • SCHLEMMER, Eliane. O habitar do ensinar e do aprender online: vivências na educação contemporânea. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021.

Componente Curricular: Avaliação Educacional		Carga horária semestral – 54 horas
2º sem.	Ementa: Estudo das teorias e práticas da avaliação educacional a partir dos paradigmas interacionistas da sociedade e da ação pedagógica, construindo novas abordagens e novos procedimentos do ato de avaliar.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> • BARLOW, Michel. Avaliação Escolar; mitos e realidades. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2006. • HOFFMAN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. • LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo, Cortez, 1996. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> • SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 1988 • HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2000 • HADJI, Charles. Avaliação Desmistificada. Trad. Patricia C. Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2001. 	

10.3.3 Ementário dos Componentes Curriculares do 3º semestre

3º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Currículo	Sim	03	37	17	54
Educação infantil e propostas pedagógicas - 0 a 5 anos	Sim	03	60	12	72
Leitura e produção de texto	Sim	03	37	17	54
Educação e relações étnico-raciais e direitos humanos	Sim	03	46	08	54
Estatística educacional	Sim	03	37	17	54

Tópicos de Educação Especial	Sim	03	47	07	54
PIEX 1	Sim	03	40	14	54
Total		21	281	97	396

Componente Curricular: Currículo		Carga horária semestral – 54 horas
3º sem.	<p>Ementa: Bases pedagógicas e epistemológicas do Currículo: Estudo histórico-crítico dos princípios e concepções do currículo, segundo suas dimensões normativas vigentes na Escola básica. O pensamento curricular e suas dimensões didático-pedagógica, política e cultural; Questões atuais emergentes da concepção crítica e pós-críticas: currículo e ideologia, cultura, identidade, disciplinaridade e interdisciplinaridade, novas tecnologias.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • HERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. A organização do Currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. 5ª edição. Porto Alegre, ARTMED: 1998 • SACRISTÁN. J. Gimeno. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. Tradução Ernani da F. Rosa. 3ª edição. Porto Alegre: ARTMED, 1998 • SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. • MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2007 (PDF- Publicação MEC) • MACEDO, Elizabeth, OLIVEIRA, Inês Barbosa de, MANHÃES, Luiz Carlos & ALVES, Nilda (org.). Criar currículo no cotidiano. São Paulo, Cortez, 2002. 	

Componente Curricular: Educação Infantil e propostas pedagógicas – 0 a 5 anos		Carga horária semestral – 54 horas
3º sem.	<p>Ementa: Estudo dos fundamentos pedagógicos, legais e normativos da educação infantil e da organização do currículo com base nos campos de experiências da BNCC. Compreensão da infância e criança como categorias históricas e sociais. Conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia que possam apoiar as práticas de Educação Infantil de 0 a 5 anos.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ARIÉS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. • OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO. T. M. Pedagogia (s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2006. • BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, seção I, p.18. • EDWARDS, C., GANDINI, L e FORMAN, G. As cem linguagens da criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. • HOHMANN, M.; WEIKART, D. Educar a criança. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. 	

Componente Curricular: Leitura e produção de texto		Carga horária semestral – 54 horas
3º sem.	Ementa: Prática de leitura e de produção de diversos gêneros textuais/discursivos, em português, fundamentadas no conceito de linguagem como atividade interlocutiva e no texto como unidade básica significativa na língua.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> FÁVERO, Leonor. Coesão e coerência textuais. 11. ed. São Paulo: Ática, 2009. KOCH, I. G. A Coerência textual. São Paulo: Contexto, 2009. MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.) Gêneros textuais e ensino. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2010. KOCH, I.G. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008. PERROTA, Claudia. Um texto para chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004. 	

Componente Curricular: Educação e Relações étnico-raciais e direitos humanos		Carga horária semestral – 54 horas
3º sem.	Ementa: Estudo da formação sociocultural da sociedade brasileira e, particularmente, da sociedade alagoana, perpassando a instituição escolar enquanto espaço de relações étnico-raciais em permanente socialização e a reconceitualização do currículo escolar, introduzindo culturas e histórias que estiveram à margem do processo escolar. Estudo sobre a história dos Direitos Humanos. A relação entre Direitos Humanos e Educação na consolidação do estado democrático e da cidadania. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Políticas e ações educacionais afirmativas.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras palavras. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 1993. FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Documento Final da I conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Brasília: SECAD, 2014. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. _____. Conhecimento Prudente para uma vida Decente: um discurso sobre as Ciências revisitado. São Paulo: Ed. Cortez, 2009. 	

Componente Curricular: Estatística educacional		Carga horária semestral – 54 horas
3º sem.	Ementa: Estudo da Importância e aplicação dos conceitos estatísticos descritivos e inferenciais básicos, na análise de situações e problemas da realidade educacional brasileira, compreendendo a estatística como instrumento de pesquisa educacional.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais. Florianópolis: UFSC, 1999. 284p 	

	<ul style="list-style-type: none"> • LEVIN, J. Estatística aplicada às ciências humanas. São Paulo: Harbra, 1987. • TRIOLA, M. F.. Introdução à estatística. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 410p.
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> • MARETTIN, Luiz Gonzaga O. Estatística Básica – 4ª ed. São Paulo: Atual, 1993,1994, 321 pp outra R.B. 1985. • FAZENDA, Ivani. Novos enfoques da Pesquisa Educacional. São Paulo: São Paulo:Cortez, 2000. • GONÇALVES, Fernando Antônio. Estatística Descritiva: uma introdução. Editora Atlas,1977. (pp 20-23) • NICK, E.; KELLNOR, S. R. O. Fundamentos de estatística para ciências docomportamento. Rio de Janeiro: Renes, 1971. 312p • SPIEGEL, M. R. Estatística. 3. ed. São Paulo: Makron Books. 1993. 643p

Componente Curricular: Tópicos de Educação Especial		Carga horária semestral – 54 horas
3º sem.	<p>Ementa: Estudo dos conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial. A política nacional e a fundamentação legal da Educação Especial e Inclusiva. Reconhecimento das diferentesdeficiências. Conhecimento dasespecificidades dos estudantes comdeficiência (física, visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla), com transtornos globais do desenvolvimento (Transtorno do Espectro Autista, psicose infantil) e com altas habilidades/superdotação. Reflexão sobre a prática inclusiva que garanta o acesso e permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Vol 2. Porto Alegre, Artes Médicas: 1995. • MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R. G. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 5 ed. São Paulo: Summus, 2006. p. 15-30. • MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R. G. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?São Paulo: Moderna, 2003. • CARVALHO, R. E. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 5 ed. PortoAlegre: Mediação, 2012. • CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e nafamília. Rio de janeiro: wak Ed, 2009. • MACHADO, A. M. et. al. Psicologia e direitos humanos: educação inclusiva, direitoshumanos na escola. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005. • STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre:Artmed, 1999. 	

Componente Curricular: PIEX 1 – Docência e a gestão da sala de aula (Curso e/ou oficina)		Carga horária semestral – 54 horas
3º sem.	<p>Ementa: Desenvolvimento de cursos e/ou oficinas formativas para profissionais da educação do alto sertão alagoano com o intuito de discutir os desafios da docência, envolvendo fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico e gestão da sala de aula, tendo em vista o aprimoramento profissional.</p> <p>Bibliografia básica:</p>	

	<ul style="list-style-type: none"> • CHARLOT, B. A escola e o trabalho dos alunos. Sísifo: Revista de Ciências da Educação, Lisboa, n. 10, p. 89-96, set./dez. 2009. • FUSARI, J. C. O Planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas. Revista Ideias, n. 8. 1990, p. 44-53. • GALLEGO, R. de C., SILVA, V. B. da. A gestão do tempo e do espaço na escola. Material produzido para a REDEFOR/SEE/SP, 2012.
	<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. Cadernos Cedes, Campinas, ano XIX, n. 47, p. 7-19, dez/1998 • FREIRE, P. Ensinar não é transferir conhecimento. In: FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. 51 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2015, p. 47-90. • NOBLIT, George W. Poder e desvelo na sala de aula. Revista da FEUSP, São Paulo, jul-dez/1995, v. 21, nº 2, p. 119-137. • RAYS, O. A. Acepção e função da aula no mundo contemporâneo. In: MARCON, T. Educação e universidade, práxis e emancipação. Passo Fundo: EDIUP, 1998, p. 265/278. • TARDIF, M. Saberes docentes: Formação profissional. São Paulo: Vozes, 2006.

10.3.4 Ementário dos Componentes Curriculares do 4º semestre

4º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Educação ambiental e sustentabilidade	Sim	03	47	07	54
Alfabetização e letramento	Sim	03	47	07	54
Fundamentos do empreendedorismo E inovações em educação	Sim	03	47	07	54
Eletiva I	Sim	03	20	34	54
Ensino fundamental e propostas pedagógicas (6 a 10 anos)	Sim	03	60	12	72
Libras	Sim	03	47	07	54
PIEX 2	Sim	03	40	14	54
Total		21	275	103	396

Componente Curricular: Educação Ambiental e Sustentabilidade		Carga horária semestral – 54 horas
4º sem.	<p>Ementa: Estudos sobre conceito, histórico e objetivos da Educação Ambiental e a relação homem-natureza-sociedade. Políticas públicas e Educação Ambiental e as relações entre Ciência-Tecnologia-Sociedade-Meio Ambiente. Estudos sobre sustentabilidade e impacto ambiental. Planejamento integrado e interdisciplinares em Educação Ambiental. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades práticas de ensino em Educação Ambiental.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • DIAS, G. F. Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental. São Paulo: Gaia, 2012. • REIGOTA, M.; HELIODORA, B.; PRADO, S. (Org.). Educação Ambiental: 	

	<p>utopia e práxis. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <ul style="list-style-type: none"> • TIRONI, S. P. Educação Ambiental: o caminho para a sustentabilidade. Maceió: IFAL, 2013.
	<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AULER, D.; BAZZO, W.A. Reflexões para a implementação do movimento CTS no contexto educacional brasileiro. Ciência & Educação, v.7, n.1, p.1-13, 2001. • DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2006. • BRANDÃO, G. K. L. et al. Educação Ambiental na Escola: o calor da panela de pressão na economia do gás de cozinha. Educação Ambiental em Ação, v. 18, n. 69, setembro/novembro, 2019. Disponível em: http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=3832. Acesso em: 12 dez 2019. • PHILIPPI-JR., A.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental em diferentes espaços. São Paulo: Signus, 2007. • ROSA, A. H.; FRACETO, L. F. Meio ambiente e sustentabilidade. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Componente Curricular: Alfabetização e Letramento		Carga horária semestral – 54 horas
4º sem.	<p>Ementa: Abordagem das recentes concepções de alfabetização e letramento, articulando ensino, desenvolvimento e aprendizagem, reconsiderando seus efeitos sobre as práticas discursivas em contextos familiares e em contextos escolares envolvendo crianças da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.</p>	
	<p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CAGLIARI, L. C. Alfabetização e lingüística. São Paulo: Scipione, 1989. • FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez/Editores Autores Associados. 1985. FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. • SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. São Paulo: Autêntica, 1998. 	
	<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • DEHAENE, Stanislas. Os neurônios da leitura - como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012. • GATE, Jean-Pierre. Educar para o sentido da escrita. São Paulo: EDUSC, 2001 • LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo: Ática, 1993. 	

Componente Curricular: Empreendedorismo, inovações e projetos investigativos em educação		Carga horária semestral – 54 horas
4º sem.	<p>Ementa: Aborda a emergência da inovação e da sua organização em conjunto ao empreendedorismo e a criatividade nas organizações; apresenta a criatividade como elemento-chave para a inovação na formação docente, potencializando o engajamento profissional; discorre sobre a cultura da inovação na educação, sobre sua gestão em ambientes de mudanças e sobre os tipos de inovação; apresenta o conceito de inovação aberta, seu gerenciamento e campos de aplicação; explora os conceitos e ferramentas do design thinking como subsídio para a materialização de novas propostas educacionais.</p>	
	<p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009. • CHESBROUGH, Henry; VANHAVERBEKE, Wim; WEST, Joel. Novas fronteiras em inovação aberta. São Paulo: Blucher, 2018. • SCHERER, Felipe Ost; CARLOMAGNO, Maximiliano Selistre. Gestão da 	

	<p>inovação na prática: como aplicar conceitos e ferramentas para alavancar a inovação. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <ul style="list-style-type: none"> • CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4.ed. Barueri: Manole, 2012. • SERTEK, Paulo. Empreendedorismo. Curitiba: Intersaberes, 2012.
	<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AMBROSE, Gavin; HARRIS, Paul. Design thinking. Porto Alegre: Bookman, 2011. • BRUNO-FARIA, Maria de Fátima; VARGAS, Eduardo Raupp de; MARTINEZ, Albertina Mitjáns. Criatividade e inovação nas organizações: desafios para a competitividade. São Paulo: Atlas, 2013. • MARIANO, Sandra R. H.; MAYER, Verônica F. Empreendedorismo: fundamentos e técnicas para criatividade. Rio de Janeiro: LTC, 2011. • PEARSON Education do Brasil. Criatividade e Inovação. Academia Pearson. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2011. • STICKDORN, Marc; SCHNEIDER, Jakob [et al.]. Isto é design thinking de serviços. PortoAlegre: Bookman, 2014.

Componente Curricular: Ensino fundamental e propostas pedagógicas (6 a 10 anos)		Carga horária semestral – 72 horas
4º sem.	<p>Ementa: Estudo dos fundamentos pedagógicos, legais e normativos do ensino fundamental da organização do currículo com base nas competências e habilidades da BNCC. Conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia que possam apoiar as práticas de Ensino Fundamental de 6 a 10 anos.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. • PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. • OYARZABAL, Graziela Macuglia. Fundamentos teóricos e metodológicos dos anos iniciais. Curitiba: InterSaberes, 2012. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • SOARES, Magda. Letramento: um tema em três Gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. • BESSANT, John; TIDD, Joe. Empreendedorismo e Inovação. 3.ed. Porto Alegre: Bookman: 2019. • DORNELAS, José. Empreendedorismo Corporativo - Como ser Empreendedor, Inovar e Diferenciar na sua Empresa. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. • 	

Componente Curricular: Libras		Carga horária semestral – 54 horas
4º sem.	<p>Ementa: Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da sua estrutura gramatical, de expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos: a aquisição de Linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. • SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática das línguas de sinais. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995. 	

	<ul style="list-style-type: none"> SACKS, O. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro, Imago, 1990.
--	---

10.3.5 Ementário dos Componentes Curriculares do 5º semestre

5º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Literatura infantil	Sim	03	47	07	54
Organização e gestão dos processos educativos	Sim	03	47	07	54
Empreendedorismo e projetos investigativos na educação	Sim	03	20	34	54
Eletiva II	Sim	03	37	17	54
Pesquisa educacional	Sim	03	37	17	54
Metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem aplicada a Educação Básica	Sim	03	37	17	54
PIEX 3	Sim	03	18	54	72
Educação do Campo	Sim	03	47	07	54
Total		21	258	120	450

Componente Curricular: Literatura infantil		Carga horária semestral – 54 horas
5º sem.	<p>Ementa: Leitura e análise de obras da literatura infanto-juvenil voltadas para a ação e papel do professor como leitor para/com seus alunos, visando o tratamento didático que considere o lúdico, a literatura de tradição oral e a formação do gosto literário, desde a Educação Infantil até os anos iniciais do Ensino Fundamental.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil. São Paulo: Scipione, 1997. BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política - Obras Escolhidas (7ª ed.). São Paulo: Brasiliense, 1994. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> Â FÁRIA, Maria Alice. Como usar a literatura infantil na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004 LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. Literatura infantil brasileira: histórias e histórias. 4 ed. São Paulo: Ática, 1988. LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: Danças, Piruetas e Mascaradas. BH: Autêntica, 2003. Â ZILBERMAN, Regina. Como e por que ler a literatura infantil brasileira. São Paulo: Ática, 2005. ABRAMOVICH, Fanny. Meu Professor Inesquecível: ensinamentos e aprendizados contados por alguns dos nossos melhores escritores. São Paulo: Gente, 1997. 	

Componente Curricular: Organização e gestão dos processos educativos		Carga horária semestral – 54 horas
5º sem.	<p>Ementa: Estudo dos fundamentos, princípios e mecanismos da gestão educacional em todos os níveis, das relações escola comunidade e sistemas de ensino e da organização dos processos educativos escolares e não escolares.</p>	

	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> • SAVIANI, DEMERVAL. Educação Brasileira: estrutura e sistema. 8.ed. AutoresAssociados, 1996. • CANÁRIO, RUI. A escola tem futuro? Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006. • VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002. • VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e Projeto PolíticoPedagógico. São Paulo: Libertad, 2001.
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> • GADOTTI, Moacir; PADILHA, P.R e CABEZUDO, Alicia. Cidade educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez, 2004. • LÜCK, HELOÍSA. Gestão educacional: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006. • PARO, Victor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2000.

Componente Curricular: Empreendedorismo e projetos investigativos na educação		Carga horária semestral – 54 horas
5º sem.	<p>Ementa: Aborda temas atuais relativos à emergência do empreendedorismo como alternativa às mudanças no mundo do trabalho escolar; tendências pautadas pela inovação; explora e demonstra, de forma experiencial, o perfil empreendedor em nível individual e como alternativa de carreira; características e habilidades empreendedoras. Criatividade. Empreendedorismo social. Cultura empreendedora. Protagonismo social. Busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BIAGIO, Luiz A. Empreendedorismo: construindo seu projeto de vida. Barueri: Manole, 2012. • SERTEK, Paulo. Empreendedorismo. Curitiba: Intersaberes, 2012. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BESSANT, John; TIDD, Joe. Empreendedorismo e Inovação. 3.ed. Porto Alegre: Bookman: 2019. • DORNELAS, José. Transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: LTC, 2017. • DORNELAS, José. Empreendedorismo para Visionários - Desenvolvendo Negócios Inovadores para um Mundo em Transformação. Rio de Janeiro: Empreende /LTC, 2014. 	

Componente Curricular: Pesquisa educacional		Carga horária semestral – 54 horas
5º sem.	<p>Ementa: Estudo das diferentes abordagens teórico- metodológicas da pesquisa em educação, compreendendo as fontes e etapas de produção do projeto de pesquisa educacional visando a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (projeto de pesquisa).</p> <p>Bibliografia básica:</p>	

	<ul style="list-style-type: none"> • ANDRÉ, Marli E. D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995 • GATTI, Bernadete. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano, 2002.
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> • MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013. • SANTOS-FILHO, José e GAMBOA, Silvio. (Orgs.) Pesquisa educacional: quantidade- qualidade. SP: Cortez, 1995.

Componente Curricular: Metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem aplicadas à educação básica		Carga horária semestral – 54 horas
5º sem.	<p>Ementa: Estudo da sala de aula criativa, dos modelos do ensino híbrido e participação de estudantes; Compreensão do processo de ensino e aprendizagem a partir do modelo de desenvolvimento integral e ativo dos estudantes e do uso de metodologias alternativas para ressignificação da aula.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CHRISTENSEN, Clayton M.; HORN, Michael B.; STAKER, Heather. Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva: Uma introdução à teoria dos híbridos. Mai 2013. Traduzido para o Português por Fundação Lemann e Instituto Península. Acesso em: 15 out 2019. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/porvir/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf • MARTINS, Lilian Cassia Bacich. Implicações da organização da atividade didática como uso de tecnologias digitais na formação de conceitos em uma proposta de ensino híbrido. Orientador: Maria Isabel da Silva Leme. 2016. Tese de Doutorado (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. f. 317. Acesso em: 2 out. 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-19092016-102157/publico/martins_do.pdf • BACICH, Lílían; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Melo. (Orgs.) Ensino Híbrido: Personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • LEVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. • MORAN, J. M. A EAD no Brasil: cenário atual e caminhos viáveis de mudança. 2014. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/cenario.pdf Acesso em: 15 abr. 2019. • VALENTE, José Armando. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 4/2014, p.79-97. Editora UFPR. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/er/nspe4/0101-4358-er-esp-04-00079.pdf Acesso em 25 set 2019. • VIRGEM, Lígia Alvares Mata. Aprendizagem: metodologia híbrida de ensino e aprendizagem baseada em problemas / projetos e escuta ativa para formação docente em educação profissional e tecnológica. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream. • Acesso em: 10 set 2019. 	

Componente Curricular: Educação do Campo	Carga horária semestral – 54 horas
---	---

5º sem.	Ementa: Estudo dos fundamentos da Educação do/no Campo: o espaço agrário brasileiro, as bases da educação e os movimentos sociais de luta pela terra. Educação do/no campo em diferentes modalidades: educação infantil, ensino fundamental e médio, ensino profissional, EJA, ensino superior. Políticas públicas e legislação da Educação do/no Campo.
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> • ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (org.). Por uma educação do campo. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. • CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000. • ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (org.). Educação e lutas de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> • PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire A. Terra e território: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. • SILVA, Ana Paula S. da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon da. Educação Infantil do Campo. São Paulo: Cortez, 2012. • GONÇALVES, L. R. D. História e memória dos movimentos sociais: em torno da preservação de seus registros. Santa Catarina: II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 2003. (mimeog.) • GONÇALVES, L. R. D & SILVA, M. V. A formação de professores e o multiculturalismo: desafio para uma pedagogia da equidade. Santa Catarina: II Seminário Internacional de Educação: Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 2003. (mimeog.) • GOHN, M^a da G. Identidades múltiplas, cultura e movimentos sociais. Santa Catarina.

10.3.6 Ementário dos Componentes Curriculares do 6º semestre

6º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Metodologias da educação infantil	Sim	03	60	12	72
Saberes e metodologias da língua portuguesa I	Sim	03	47	07	54
Saberes e metodologias do ensino da matemática I	Sim	03	47	07	54
Saberes e metodologias do ensino religioso	Sim	03	47	07	54
Saberes e metodologias do ensino de artes	Sim	03	47	07	54
Saberes e metodologias da educação física	sim	03	47	07	54
Estágio supervisionado I (gestão)	Sim	05	20	80	100
PIEX 4	Sim	03	28	44	72
Total		26	310	168	514

Componente Curricular: Metodologias da educação infantil		Carga horária semestral – 72 horas
6º sem.	Ementa: Estudo e organização dos saberes e fazeres na Educação Infantil com ênfase na construção da identidade e da autonomia da criança pequena, do conhecimento de si, do outro e do mundo com foco nos campos de experiências e os direitos de aprendizagens preconizados pela BNCC.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Domínio público. CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: ArtMed, 2001 CORSINO, P. (Org.). Educação infantil: cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> ARCE, A. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 167-184, julho/2001. BANDIOLI, A.; MANTOVANI, S. Manual BARBOSA, M. C. S. Por amor e por força: a rotina na educação infantil. Porto Alegre: ArtMed, 2006. ROSSETTI-FERREIRA et al. Os fazeres na educação infantil. São Paulo: Cortez, 1998. 	

Componente Curricular: Saberes e metodologias do ensino da língua portuguesa I		Carga horária semestral – 54 horas
6º sem.	Ementa: Concepções de língua(gem). Gêneros textuais. Ensino/aprendizagem da Leitura e da Escrita. Variação linguística, análise e produção de materiais pedagógicos para o ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução do russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1920-1924]. GERALDI, João Wanderley. Portos de Passagem. São Paulo: Martins Fontes, 2003. GERALDI, João Wanderley (org.). O texto na sala de aula: leitura e produção. Campinas-SP: ASSOESTE/UNICAMP, 1984. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> DIONISIO, Ângela Paiva & BEZERRA, Maria Auxiliadora (2001) O livro didático de português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2001. LEAL, T. F. A; MORAIS, A G. A argumentação em textos escritos: a criança e a escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles (1994) Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2003. ROJO, Roxane. H. R. & BATISTA, Augusto G. Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita. Campinas/SP: Mercado de Letras/EDUC, 2004. 	

Componente Curricular: Saberes e metodologias do ensino da matemática I		Carga horária semestral – 54 horas
6º sem.	Ementa: Estudo teórico-metodológico dos saberes matemáticos presentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando os conhecimentos dos campos conceitual, numérico e geométrico com estímulo à prática investigativa e à construção de situações	

	didáticas.
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> • HOWARD, Eves. Introdução à história da Matemática. Campinas: Ed Unicamp, 2004. (Trad. Hygino H. Domingues) • CHEVALLARD, Y. BOSCH, M. & GASCÓN, J. Estudar Matemáticas: o elo perdido entre o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed. 2001. • PAIS, L. C.. Didática da Matemática: uma análise da influência francesa – Belo Horizonte, Autêntica. 2001.
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> • PONTE, João Pedro. BROCARD, J; Oliveira, H. Investigações Matemáticas na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica. 2003. • LOPES, Aparecida Espasandin; NACARATO, Adair Mendes (org.). Escritas e leituras na educação matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. •

Componente Curricular: Saberes e metodologias do ensino religioso		Carga horária semestral – 54 horas
6º sem.	<p>Ementa: Estudo sobre o fenômeno religioso e sua compreensão no âmbito da formação humana; aborda o fenômeno religioso a partir de sua dimensão cultural buscando as ações pedagógicas necessárias ao seu processo de aprendizagem, no ensino religioso; apresenta o componente curricular no contexto da atualidade brasileira, suas concepções, aspectos históricos e legais; contempla a busca pelo entendimento sobre a identidade pedagógica do ensino religioso como área de conhecimento, suas matrizes culturais e religiosas, bem como sua organização curricular com base na BNCC, metodologia e contexto interdisciplinar; discute a identidade do professor de ensino religioso e os processos de avaliação.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. • CASTRO, Raimundo Márcio Mota de; BALDINO, José Maria. O Ensino Religioso no Brasil: a constituição de campo disputado. Revista de estudos da religião, v. 5, n. 2, p. 67- 79, 2015. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2019. REVISTA CAMINHOS. Goiânia, PUCGoiás, v. 17 (2019). ISSN 1983-778X. Disponível em: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/index. Acesso em: 25 jul. 2019. • , Edile Maria Fracaro; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; FILHO, Lourival José Martins. Perspectivas pedagógicas do ensino religioso: formação inicial para um profissional do ensino religioso. Florianópolis: Insular, 2015. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRAGA JÚNIOR, Amaro; REBLIN, Iuri. Religiosidades nas histórias em quadrinhos. Leopoldina: ASPAS, 2015. • JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; BRANDENBURG, Laude; KLEIN, Remi (orgs.). Compêndio de Ensino Religioso. São Leopoldo; Petrópolis: Sinodal; Vozes, 2017. • RUEDELL, Pedro. Educação religiosa: fundamentação antropológico-cultural da religião segundo Paul Tillich. São Paulo: Paulinas, 2007. • 	

Componente Curricular: Saberes e metodologias do ensino de artes		Carga horária semestral – 54 horas
6º	Ementa: Estuda as variações socioculturais e as linguagens artísticas do universo	

sem.	<p>subjetivo e da cultura pedagógica para a percepção, compreensão e formação da globalidade humana, bem como o desenvolvimento e aprendizagem das linguagens artísticas com base na BNCC: as representações gráficas; a expressão musical, teatral e a dança como práticas culturais e de sentido humano; pesquisa o movimento da arte-educação como elemento indissociável do fazer/saber próprio da cultura de cada povo, visto que a obra de arte se processa e se realiza no contato com as pessoas na vida social.</p>
	<p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. BARBOSA, Ana Mae (Org.) Arte-Educação Contemporânea. Consonâncias Internacionais. São Paulo: Cortez, 2005. KÁCIA, Carol de. A educação nas múltiplas linguagens das artes. Curitiba: Appris, 2016.
	<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> FERREIRA, Martins. Como usar a música na sala de aula. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2007. GONÇALVES, Tatiana F.; DIAS, Adriana R. (Org.). Entre linhas, formas e cores: arte na escola. Campinas, SP: Papirus, 2010. VERDERI, Erica. Dança na escola: uma proposta pedagógica. São Paulo: Phorte, 2009.

Componente Curricular: Saberes e metodologias da educação física		Carga horária semestral – 54 horas
6º sem.	<p>Ementa: Estuda as características da educação física como prática corporal e o desenvolvimento infantil, bem como os conteúdos da educação física para os anos iniciais presentes na BNCC. Compreende as teorias da aprendizagem com ênfase no planejamento e avaliação e desenvolve práticas de ensino.</p>	
	<p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. Compreendendo o Desenvolvimento Motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. São Paulo: Phorte Editora Ltda, 2003. MATTOS, Mauro; NEIRA, Marcos G. Educação Física Infantil - Construindo o Movimento na Escola. São Paulo: Phorte Editora, 2008. 	
	<p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 2009. FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides. Educação Como Prática Corporal. São Paulo: Scipione, 2003. Neira, M. G.; Nunes, M. L. F. Pedagogia da Cultura Corporal – Crítica e Alternativas. São Paulo: Phorte Editora, 2008. NEIRA, Marcos Garcia. Educação física: desenvolvendo competências. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2009. 	

Componente Curricular: Estágio supervisionado I em Gestão		Carga horária semestral – 100 horas
6º sem.	<p>Ementa: Observação e análise de instituições da educação escolar e não escolar – campo de estágio - na sua globalidade e da organização e gestão dos processos educativos nela vivenciados. Levantamento de prioridades, elaboração, aplicação e execução de plano de atuação no campo de estágio.</p>	

	Bibliografia básica: Toda a bibliografia apresentada da área de gestão da educação.
	Bibliografia Complementar: Toda a bibliografia apresentada da área de gestão da educação.

10.3.7 Ementário dos Componentes Curriculares do 7º semestre

7º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Saberes e metodologias do ensino da Língua Portuguesa II	Sim	03	-	54	54
Saberes e metodologias do ensino da matemática II	Sim	03	-	54	54
Saberes e metodologias do ensino de geografia I	Sim	03	47	07	54
Saberes e metodologias do ensino de ciências I	Sim	03	47	07	54
Saberes e metodologias do ensino de história I	Sim	03	47	07	54
Estágio supervisionado II em educação infantil	Sim	09	40	120	160
PIEX 5	Sim	03	30	24	54
Total		27	228	256	484

Componente Curricular: Saberes e metodologias do ensino da língua portuguesa II		Carga horária semestral – 54 horas
7º sem.	<p>Ementa: A questão do ensino-aprendizagem da gramática nos iniciais do ensino fundamental. Análise linguística e reestruturação de textos. Múltiplas linguagens e o ensino da Língua Portuguesa. A BNCC de Língua Portuguesa para os anos iniciais do ensino fundamental.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: ParábolaEditorial, 2003. • BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. • POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas, S. P: Mercado das Letras, 1996. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BECHARA, Evanildo. Ensino da gramática: opressão? liberdade? São Paulo, Ática, 1999. • MORAIS, Gomes Artur. O aprendizado da ortografia. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. • MORAIS, Artur Gomes. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 2006. • SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim e colaboradores. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004. 	

Componente Curricular: Saberes e metodologias do ensino da matemática II		Carga horária semestral – 54 horas
7º	Ementa: Estudo teórico-metodológico dos saberes matemáticos presentes nos anos iniciais	

sem.	do Ensino Fundamental, articulando os conhecimentos dos campos conceitual, numérico e geométrico com estímulo à prática investigativa e à construção de situações didáticas a partir dos conteúdos presentes na BNCC da Matemática para os Anos Iniciais.
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. CARAÇA, B. de J. Conceitos fundamentais da matemática. Lisboa, 6ª edição, Gradiva, 2002. GIARDINETTO, J. R. B. Matemática escolar e matemática da vida cotidiana. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. – (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 65) FERREIRA, Eduardo Sebastiani (org.). História da educação matemática. Cadernos, 1996.
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> POLYA, G.. A arte de resolver problemas. Princeton/EUA: Princeton University Press: 1973. MIGUEL, A.; MIORIM, M. A. História na Educação Matemática: propostas e desafios. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2004. (coleção tendências na Educação Matemática). SAIZ, Cecília & PARRA, Irma (org.). Didática da matemática: reflexões pedagógicas. Porto Alegre: Artes Médicas: 1996.

Componente Curricular: Saberes e metodologias do ensino da geografia I		Carga horária semestral – 54 horas
7º sem.	Ementa: Estudo dos fundamentos teórico- metodológicos do ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ressignificando o conhecimento e a construção do espaço geográfico. A leitura do mundo nos anos iniciais. A história da geografia na educação básica brasileira. Categorias/conceitos-chave da geografia: espaço, lugar, paisagem, região e territórios.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> CARVALHO, M. I. da S. de S. Fim de século: a escola e a geografia. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2004. LACOSTE, Y. A Geografia: Isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra. São Paulo: Papyrus, 1998. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Para onde vai o ensino de Geografia? São Paulo, Contexto, 1998. SANTOS, M.; ELIAS, D. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 	

Componente Curricular: Saberes e metodologias do ensino de ciências I		Carga horária semestral – 54 horas
7º sem.	Ementa: Estudo das bases teóricas que norteiam o ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental, relacionando-o à prática pedagógica e aos instrumentos legais – LDB, DCN, ECA no âmbito nacional, estadual e municipal.	
	Bibliografia básica:	

	<ul style="list-style-type: none"> • BIZZO, Nélío. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 1999. • CUNHA CAMPOS, M.; NIGRO, R. Didática de Ciências: o ensino aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 1999. • WEISSMANN, H. Didática das Ciências Naturais. Porto Alegre: ARTMED, 1998.
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> • CARVALHO, A. M.; GIL PÈRES, D. Formação de professores de Ciências: tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 1993. • HARLAN, J.D.; RIVKIN, M.S. Ciências na Educação Infantil: uma abordagem integrada. 7ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

Componente Curricular: Saberes e metodologias do ensino de história I		Carga horária semestral – 54 horas
7º sem.	Ementa: Estudo crítico-analítico dos saberes históricos necessários à formação e prática docente, perpassando o processo de construção do conhecimento científico e escolar e das propostas curriculares oficiais para o ensino da História.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> • PINSKY, Jaime (org.) O Ensino de história e a criação do fato. 6ª ed.. São Paulo: Contexto, 1994. • CHESNEAUX, J. Devemos fazer tabula rasa do passado? sobre a história e os historiadores. Trad. Marcos A. da Silva. São Paulo, Ática, 1995. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> • FONSECA, Selva G. Caminhos da História ensinada. 3ª ed. Campinas, Papirus, 1995. • NUNES, Silma do Carmo. Concepções de mundo no ensino de História. Campinas, Papirus, 1996. 	

Componente Curricular: Estágio Supervisionado II em Educação Infantil		Carga horária semestral – 160 horas
7º sem.	Ementa: Concepções, legislação e estrutura do Estágio Supervisionado. Observação dos espaços, tempos e materiais pedagógicos, das interações criança-criança, criança-adulto, da relação instituição-família-comunidade. Envolvimento e participação/colaboração nas atividades docentes. Registro, elaboração de relatório e socialização da experiência do Estágio Supervisionado.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. • ANJOS, C. I. dos. Estágio na licenciatura em Pedagogia: arte na educação infantil. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2012. • PIMENTA, S. G.; LIMA, M. Socorro L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> • DAMASCENO, Radiane. da S. Formação de professores e estágio supervisionado em educação infantil: algumas reflexões. 2015. TCC (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, AL, 2015. • LIMA, A. milka Laísa P. da. Menina pode brincar com menino? discutindo relações de gênero na educação infantil. 2015. TCC (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, AL, 2015. • MELO, Mércia. M. G. de. Docência na educação infantil: concepções sobre ser professor/a de criança pequena. 2014. TCC (Graduação em Pedagogia) – 	

	<p>Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, AL, 2014.</p> <ul style="list-style-type: none"> • DEHEINZELIN, M. A fome com a vontade de comer: uma proposta curricular de educação infantil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
--	--

10.3.8 Ementário dos Componentes Curriculares do 8º semestre

8º Semestre					
Componente curricular	Obrigatória	Aulas Semanais	Carga Horária		
			Teórica	Prática	Total
Saberes e metodologias do ensino de ciências II	Sim	03	-	54	54
Saberes e metodologias do ensino de geografia II	Sim	03	-	54	54
Saberes e metodologias do ensino de história II	Sim	03	-	54	54
Estágio supervisionado III em ensino fundamental (anos iniciais)	Sim	08	40	100	140
Fundamentos da EJA	Sim	03	30	24	54
PIEX 6	Sim	03	18	54	72
Total		23	86	324	428

Componente Curricular: Saberes e metodologias do ensino de ciências II		Carga horária semestral – 54 horas
8º sem.	<p>Ementa: Estudo do ensino de Ciências Naturais nos anos iniciais do Ensino Fundamental e desenvolvimento de práticas a partir das recomendações da BNCC, com orientações didático-metodológicas relacionando-os ao exercício consciente da cidadania.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. • CURRIE, K. Meio Ambiente. Interdisciplinaridade na prática. Campinas: Papirus, 1998. • GERALDO, C. H. Didática de Ciências Naturais na perspectiva histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (Coleção Formação de Professores) • DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. Metodologia do Ensino de Ciências. São Paulo: Cortez, 1990. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CACHAPUZ, A. et al. (orgs). A necessária renovação do ensino das ciências. São Paulo: Cortez, 2005. • DÍAZ, A. P. Educação Ambiental como Projeto (Trad. Fátima Murad), 2ª. Edição. Porto Alegre: Artmed, 2002. • FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 	

Componente Curricular: Saberes e metodologias do ensino de geografia II		Carga horária semestral – 54 horas
8º sem.	<p>Ementa: Estudo de procedimentos e recursos específicos para o ensino de geografia. Desenvolvimento de práticas de ensino de geografia para os anos iniciais do nível fundamental, orientadas pela BNCC. Geografias das Infâncias. Alfabetização geográfica e</p>	

	alfabetização cartográfica: recursos didáticos; técnicas de ensino e fundamentos da leitura espacial a partir de mapas, cartogramas, planisférios, maquetes etc.
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> ● ALMEIDA, Rosângela D.; PASSINI, Elza Y. O Espaço Geográfico: ensino e representação. São Paulo, Contexto, 1994. ● ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2004. ● BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> ● ALMEIDA, Rosângela Doin de (org.). Cartografia escolar. São Paulo: Contexto, 2007. ● ALMEIDA, Rosângela. Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011. ● DAMIANI, Amélia Luisa; PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2. ed. Contexto, 2002. ● FERREIRA, Graça Maria Lemos. Atlas geográfico: espaço mundial. 2. ed. Moderna, 2003. ● JOLY, Fernand. A cartografia. 14.ed. São Paulo, SP: Papirus, 2011.

Componente Curricular: Saberes e metodologias do ensino de história II		Carga horária semestral – 54 horas
8º sem.	Ementa: Estudo dos conceitos fundamentais e dos procedimentos didático-metodológicos do ensino de História com o uso de diferentes linguagens, fontes e recursos didáticos perpassando a reflexão sobre a produção didática existentes com enfoque na produção do livro didático de História no Brasil. Desenvolvimento de práticas de ensino de história para os anos iniciais a partir das orientações da BNCC.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> ● BITTENCOURT, Circe (org.). O Saber Histórico na sala de aula. São Paulo, Contexto, 1997. ● BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. ● CARRETERO, Mario. Construir e Ensinar. As Ciências Sociais e a História. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> ● FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Cortez, São Paulo, 2003. ● PENTEADO, Heloísa Dumas. Metodologia do Ensino de História e Geografia. São Paulo, Cortez, 1992. (Col. Magistério. 2º Grau. Série Formação do Professor.) ● MENDONÇA, Nadir Rodrigues. O uso de conceitos: uma questão de interdisciplinaridade. Petrópolis, Vozes, 1994. 	

Componente Curricular: Estágio Supervisionado III em Ensino Fundamental (Anos Iniciais)		Carga horária semestral – 140 horas
8º sem.	Ementa: Observação e análise crítica da prática docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na escola – campo de estágio. Elaboração de projeto/ planejamento da intervenção, aplicação e execução do projeto/plano elaborado para atuação na docência nessa etapa de ensino.	
	Bibliografia básica: Toda a bibliografia apresentada dos saberes e metodologias das áreas.	
	Bibliografia Complementar: Toda a bibliografia apresentada dos saberes e metodologias das áreas.	

Componente Curricular: Fundamentos da EJA		Carga horária semestral – 54 horas
8º sem.	Ementa: Estudo da evolução histórica da educação de jovens e adultos e seus movimentos no contexto social, econômico, político e cultural brasileiro, analisando políticas e programas de atendimento escolar ao adultos e jovens.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> ● FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. ● MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática Pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL/INEP, 1999. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> ● PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Loyola 1998. ● CUNHA, Alda Maria Borges; RODRIGUES, Maria Emília de C.; MACHADO, Maria Margarida. Alfabetização de jovens e adultos: política pública e movimento popular. Cadernos CEDES, Campinas, SP, v. 27, n. 71, p.19-38, jan. 2007. 	

11 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS ELETIVAS

As disciplinas eletivas têm a finalidade de ampliar e enriquecer os conhecimentos do aluno, a partir de seu interesse em estudar conteúdos específicos de outros cursos, mas que têm afinidades com o campo da educação e constitui-se em elemento integrador do currículo, sendo realizadas por meio da matrícula extraordinária.

Disciplinas eletivas	Carga horária			
	Aulas Semanais	Teórica	Prática	Total
Corporeidade e movimento	03	47	07	54
Educação a Distância, mídias e didática online	03	47	07	54
Educação em Espaços não-formais	03	47	07	54
Educação gênero e sexualidade	03	47	07	54
Jogos Recreação e Brincadeiras	03	47	07	54
Introdução a Escrita Acadêmica	03	47	07	54

Disciplina eletiva: Corporeidade e movimento		Carga horária semestral – 54 horas
	Ementa: Estudo teórico-prático do fenômeno da corporeidade e a experiência fenomenológica do corpo em movimento a partir da experiência vivida compreendendo o corpo como modo de ser no mundo.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> ● ASSMANN, H. - Paradigmas educacionais e corporeidade, Piracicaba: Unimep, 1995. ● GONÇALVES, M.A.S. - Sentir, pensar, agir. Campinas: Papyrus, 1994. ● MATURANA, H.; VARELA, F. A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano. Campinas, SP: editorial Psy II, 1995. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> ● KRAMER, Sonia. O papel social da educação infantil. Revista Textos do Brasil. Brasília, ed. Nº 7, 1999. Disponível em http://livros01.livrosgratis.com.br/mre000082.pdf Acesso em 16 de fevereiro de 	

	2018. ● MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção , São Paulo: Martins Fontes, 1994. ● MONTAGU, A. - Tocar o significado humano da pele . São Paulo: Summus, 1989. ● OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO. T. M. Pedagogia (s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro . Porto Alegre: Artmed, 2006. ● WEIL, Pierre, e TOMPAKOU, Roland. O corpo fala - a linguagem silenciosa da comunicação . Petrópolis, Vozes, 1990.
--	---

Disciplina eletiva: Educação a Distância, mídias e didática online		Carga horária semestral – 54 horas
	Ementa: Estudo da legislação, importância, perspectivas, dificuldades desafios na prática educativa, na modalidade à distância. Interatividade na aprendizagem e na formação de professores nos diferentes ambientes virtuais.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> ● VEEN, Wim & VRAKING, Ben. Homo zappiens: educando na era digital. (Tradução Vinicius Figueira). Porto Alegre: Artmed, 2009. ● O DILEMA das redes. Direção de Jeff Orlowski. Estados Unidos, Netflix, 2020. Documentário 89 min). ● ESCRITORES da liberdade. Direção de Richard LaGravenese. Estados Unidos, Netflix, 2007. (Filme 122 min.) ● BEHAR, Patricia Alejandra (org). Modelos pedagógicos em educação a distância. Porto Alegre: Artmed, 2009. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> ● BEHAR, Patricia Alejandra et alii. Competências em educação a distância. Porto Alegre: Penso, 2013. ● SOBRAL, Maria Neide et alii. Didática on-line: teorias e práticas. Vol. 1. Maceió: EDUFAL, 2017. 	

Disciplina eletiva: Educação em espaços não-formais		Carga horária semestral – 54 horas
	Ementa: Estudo do conceito de educação não-formal, das ações desenvolvidas em espaços não escolares e seu planejamento, gestão e avaliação. Contribuições históricas, políticas, sociais e culturais da Educação não formal, características pedagógicas e contribuição social.	
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> ● BENDRATH, Eduard Angelo. A Educação Não-Formal a partir dos relatórios da UNESCO. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2014 ● PARREIRA, Lúcia A; JOSÉ FILHO, Mário. A educação não formal: desafios de uma prática pedagógica. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 19, n. 1, p. 241-268, 2010. ● GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. 	
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> ● VERCELLI, Lúcia A.:(org) Educação Não Formal. Pao Editioal, 2ª Edição, 2003. ● MOLL; Jaqueline. Caminhos da Educação Integral no Brasil. Direito a outros tempos e espaços educativos. Editora Penso, 2012. GADOTTI; Moacir. A Educação Formal, Não-formal e a Informal. Martins Fontes, 2005. 	

Disciplina eletiva: Educação, gênero e sexualidade		Carga horária semestral – 54 horas
--	--	------------------------------------

	<p>Ementa: Estudo das relações entre gênero e educação e do processo de feminização do magistério, suas consequências sobre a organização do trabalho escolar e a identidade coletiva e individual docente.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. • LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.) Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. (3ª. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. • FURLANI, J. (2005) O bicho vai pegar! - um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. Tese do doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • GESSER, M.; CORD, D.; OLTRAMARI, L. C.; NUERNBERG, A. H. Psicologia Escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, 2012. • HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp139-156. • SOUZA, Érica Renata. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. in Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 379 -387. • VIANA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. Cadernos PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero. São Paulo, UNICAMP: 2002. Pp 81-103.
--	---

Disciplina eletiva: Jogos, Recreação e Brincadeiras	Carga horária semestral – 54 horas
	<p>Ementa: O jogo e as brincadeiras do ponto de vista da antropologia e da psicologia como conhecimento e procedimento de cuidar, educar e ensinar, considerando-se os princípios sócio-educativos do jogar e brincar.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BROUGÈRE, G. Brinquedo e cultura. São Paulo: Cortez, 1997. • FREIRE, J. B. Jogo: entre o riso e o choro. Campinas/SP: Autores Associados, 2002. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PIAGET, J. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Pioneira, 1979. • PASSOS, N. C. et alii. Os jogos e o lúdico na aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2003. • ROSAMILHA, N. Psicologia do jogo e aprendizagem infantil. São Paulo: Pioneira, 1979. • KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.). Jogo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 2006.

Disciplina eletiva: Introdução à escrita acadêmica	Carga horária semestral – 54 horas
	<p>Ementa: Estudos gerais sobre escrita científica, suas características e especificidades, abrangendo técnicas de redação e estruturação textual. Introdução aos aspectos éticos na escrita acadêmica científica. Conhecimento das normas, exigências e condições que perpassam a produção do conhecimento científico, com o intuito de subsidiar o desenvolvimento do trabalho final de curso e demais trabalhos acadêmicos,</p>

	fundamentando-se em diferentes abordagens teórico- metodológicas.
	Bibliografia básica: <ul style="list-style-type: none"> • FARACO, C. A. e TEZZA, C. Prática de texto: língua portuguesa para estudantes universitários. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. • MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da metodologia científica. 5ª ed. São Paulo; Atlas, 2003 • MEDEIROS, J. B. Redação Científica. São Paulo, Atlas, 1997. • SIMÕES, D. Trabalho Acadêmico. O que é? Como se faz?. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2004. Disponível em: http://www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_tfc_lingua/trabalhoacademico2004.pdf
	Bibliografia Complementar: <ul style="list-style-type: none"> • FREIRE, P. A importância do ato de ler. 33 ed. São Paulo: Cortez (coleção questões da nossa época, v. 13), 1997. • OLIVEIRA-JR, O. N. A técnica da escrita científica. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 37, n. 2, 2201, 2015. • PERROTA, C. Um texto para chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

12 SOBRE AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmico Científico Culturais (AACC) são regidas na Ufal pela Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, que institui a carga horária mínima dos cursos de graduação, é obrigatório o cumprimento de 200 (duzentas) horas para algumas atividades extracurriculares ditas AACC. E também com base na Resolução nº 114/2023-Consuni/Ufal, de 5 de dezembro de 2023, as Atividades Complementares são regulamentadas como componentes curriculares complementares, também denominadas no sistema SIGAA como Atividades Autônomas. Essas atividades visam enriquecer o processo de formação acadêmica dos(as) discentes, estimulando o protagonismo estudantil e promovendo sua interação com diferentes dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da vida universitária.

As Atividades Complementares se configuram como atividades acadêmicas desempenhadas por interesse individual dos(as) discentes, desde que sejam relevantes para sua formação e estejam previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ou aprovadas pelo colegiado. Elas não são ofertadas como disciplinas formais com turmas e aulas regulares, diferindo dos demais componentes curriculares por não utilizarem as aulas como instrumento principal do processo ensino-aprendizagem.

Essas atividades são classificadas em quatro categorias: atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de representação estudantil. Cabe ao(à) discente realizar a solicitação de análise das atividades complementares por meio do SIGAA ao longo do curso, apresentando certificados ou declarações que comprovem a carga horária cumprida e, se for o caso, outros

documentos exigidos pelo PPC. A validação dessas atividades é de responsabilidade do(a) coordenador(a) do curso, que também poderá cadastrar, no sistema, novos tipos de atividades autônomas de acordo com as diretrizes do PPC ou com as deliberações do colegiado.

As atividades complementares não possuem carga horária docente associada, exceto nos casos em que haja participação ou orientação docente, os quais devem ser registrados por outros meios no SIGAA. A carga horária validada para essas atividades é computada para fins de integralização curricular, conforme os critérios e limites estabelecidos na estrutura do curso. Assim, as Atividades Complementares cumprem uma função essencial na formação integral dos(as) estudantes, ao articular os saberes acadêmicos às experiências práticas, éticas, culturais e sociais.

Por isso, elas contemplam atividades que enriquecem o processo ensino-aprendizagem na medida em que complementam a formação social, humana e cultura da/do pedagoga/o em formação profissional, possibilitando o desenvolvimento dos princípios e competências constantes na Resolução nº 02/2019.

A produção científica em apresentação de trabalhos científicos, participação em eventos locais, nacionais e internacionais, em programas e projetos; a participação em atividades extensionistas a partir de colaboração e participação em projetos, a capacidade e habilidade de produzir processos de ensino e aprendizagem através de cursos, minicursos, oficinas, de produzir materiais didáticos, são algumas das atividades incentivadas pelo curso para o desenvolvimento das competências necessárias à formação da/do discente.

As atividades complementares do Curso de Pedagogia/Pril do Campus do Sertão serão incentivadas através de: (i) Grupos de Pesquisa e Estudos; (ii) Núcleos de Pesquisa e Estudos; (iii) Programas de Extensão e seus respectivos projetos de extensão; (iv) Programas de Monitoria; (v) Programas de Formação Docente, a exemplo do Pibid; (vi) Programas de Iniciação Científica - PIBIC; (vii) Eventos científicos organizados no Campus; (viii) Estágios não-obrigatórios; (ix) Produção de artigos científicos a partir de experiências e estudos de pesquisa, (x) ensino e extensão; (xi) Participação em projetos artísticos e culturais.

As AACCs são regidas na UFAL pela Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, que institui a carga horária mínima dos cursos de graduação, é obrigatório o cumprimento de 200 (duzentas) horas para algumas atividades extracurriculares ditas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais–AACC.

O curso de Pedagogia - Licenciatura utilizará como regulamentação para as AACC a Resolução nº 02/14. Essa Resolução, em conformidade com as Diretrizes Curriculares

Nacionais, impõe 200h de atividades extracurriculares, definindo-as como aquelas que contribuem com a formação da/do discente a partir de experiências pedagógicas.

Essas experiências são organizadas a partir do Ensino, Pesquisa e Extensão, privilegiando a diversidade de modalidades e ações que contribuem para o desenvolvimento dos objetivos propostos no perfil do estudante em sua formação inicial. Por isso, elas contemplam atividades que enriquecem o processo ensino-aprendizagem na medida em que complementam a formação social, humana e cultura da/do pedagoga/o em formação profissional, possibilitando o desenvolvimento dos princípios e competências constantes na Resolução nº 02/2019.

A produção científica em apresentação de trabalhos científicos, participação em eventos locais, nacionais e internacionais, em programas e projetos; a participação em atividades extensionistas a partir de colaboração e participação em projetos, a capacidade e habilidade de produzir processos de ensino e aprendizagem através de cursos, minicursos, oficinas, de produzir materiais didáticos, são algumas das atividades incentivadas pelo curso para o desenvolvimento das competências necessárias à formação da/do discente.

As AACCs do Curso de Pedagogia do Campus do Sertão serão incentivadas através de:

- ✓ Grupos de Pesquisa e Estudos;
- ✓ Núcleos de Pesquisa e Estudos;
- ✓ Programas de Extensão e seus respectivos projetos de extensão;
- ✓ Programas de Monitoria;
- ✓ Programas de Formação Docente, a exemplo do Pibid;
- ✓ Programas de Iniciação Científica;
- ✓ Eventos científicos organizados no Campus;
- ✓ Estágios não-obrigatórios;
- ✓ Produção de artigos científicos a partir de experiências e estudos de pesquisa, ensino e extensão;
- ✓ Participação em projetos artísticos e culturais.

13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

De acordo com o artigo 53 da Resolução Consuni/Ufal nº 114/2023, o TCC constitui uma produção acadêmica que sintetiza os conhecimentos e habilidades desenvolvidas ao longo do curso de graduação. O TCC é um trabalho monográfico individual e/ou em grupo que deve ser feito pela/o graduanda/o a partir do 5º período por ocasião da disciplina Pesquisa

Educacional – que tem na sua ementa indicação explícita de colaboração direta para a escrita do TCC.

O mesmo deve ser concluído dentro do 8º período e, com o cumprimento deste componente curricular, representa carga horária de 40h para a integralização do curso. Destacamos que o TCC poderá ser decorrente/associado a outras experiências vividas pela/o estudante ao longo do curso, como projetos de extensão, pesquisa, monitoria, iniciação à docência, estágios, etc. Outro gênero textual que poderá ser utilizado para o TCC é artigo científico para fins de publicação em livros, revistas e afins. Isso abre possibilidades de a escrita do TCC ser uma ferramenta de integração entre diferentes componentes curriculares da carga horária geral da graduação. Na Instrução Normativa Conjunta nº 01/2024/Prograd/Campus do Sertão, e na Resolução 114/2023-Consuni/Ufal, encontram-se as atribuições do orientador para contribuir junto ao aluno com o TCC.

O discente deverá preparar uma apresentação oral do trabalho e a carga horária de TCC será contabilizada mediante aprovação do mesmo por uma banca examinadora sugerida pelo seu orientador. A banca examinadora deverá ter pelo menos três docentes de qualquer instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, pública ou privada, com titulação mínima de mestre, e tendo pelo menos um docente que leciona no curso. No caso de o vínculo do membro da banca examinadora ser com instituição privada, o orientador deverá solicitar autorização do Colegiado, mediante comprovação de vínculo do docente com a IES. Em casos especiais, desde que tenha sido aprovada a solicitação pelo colegiado, o discente poderá ser dispensado da apresentação oral.

Ao colegiado cabe a escolha de um coordenador ou de uma comissão de TCC que se responsabilizará pelo acompanhamento desta atividade no âmbito do curso. Os TCC deverão satisfazer os critérios e as normas estabelecidas na Instrução Normativa nº 02 de 27 de setembro de 2013 da Prograd/Ufal. De acordo com a Instrução Normativa Prograd/Ufal Nº 02, de 27 de setembro de 2013, o orientador de TCC tem as seguintes atribuições:

- I – Organizar e supervisionar todas as atividades do TCC;
- II – Criar mecanismos operacionais que facilitem a condução, com segurança e aproveitamento, do TCC desenvolvido pelo aluno/grupo;
- III – Orientar o aluno/grupo no desempenho de suas atividades;
- IV – Fazer cumprir os cronogramas e os prazos das atividades do TCC;
- V – Submeter o projeto do TCC ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL, quando necessário.

Ao colegiado cabe a escolha de um coordenador ou de uma comissão de TCC que se responsabilizará pelo acompanhamento desta atividade no âmbito do curso. Os TCC deverão satisfazer os critérios e as normas estabelecidas na Instrução Normativa nº 02 de 27 de setembro de 2013 da Prograd/Ufal e, da Instrução Normativa de TCC dos cursos do PRIL. É importante ressaltar que: os TCC deverão satisfazer também os critérios e as normas estabelecidas pelo comitê gestor do Programa Pril na forma da Instrução Normativa Conjunta Nº.01/2024 Prograd/Campus do Sertão/Ufal, de 03 de maio de 2024. Dispõe Sobre a elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos(as) discentes dos cursos do Pril/Ufal e adota outras providências.

Logo, os Colegiados dos Cursos de Letras-Português, Pedagogia, Ciências: Biologia, Física e Química, do PRIL/UFAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, regulamentam os procedimentos para elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos/as discentes dos cursos acima mencionados, atendendo à Instrução Normativa No 02/Prograd/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013 e Resolução Nº. 02/2017 – Consuni/Ufal, Instrução Normativa Conjunta Nº 01/2023/Prograd/Campus do Sertão/Ufal.

A disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios são acessíveis pela internet no portal do Sistema de Bibliotecas da Universidade (SIBI):

□ <https://sibi.ufal.br/portal/>
□ <https://www.repositorio.ufal.br/>
□ E-mail: ri@sibi.ufal.br
□ Fone: 3214-1660 Horário: 8h às 17h

O TCC é um trabalho monográfico individual que deve ser feito pela/o graduanda/o a partir do 5º período por ocasião da disciplina Pesquisa Educacional, que tem na sua ementa indicação explícita de colaboração direta para a escrita do TCC. O mesmo deve ser concluído dentro do 8º período e, com o cumprimento deste componente curricular, representa carga horária de 40h para a integralização do curso.

Destacamos que o TCC poderá ser decorrente/associado a outras experiências vividas pela/o estudante ao longo do curso, como projetos de extensão, pesquisa, monitoria, iniciação à docência, estágios, etc. Outro gênero textual que poderá ser utilizado para o TCC é artigo científico para fins de publicação em livros, revistas e afins. Isso abre possibilidades de a escrita do TCC ser uma ferramenta de integração entre diferentes componentes curriculares da carga horária geral da graduação.

14 APOIO AO DISCENTE

Em 2013 tornou-se oficial a criação do Núcleo de acessibilidade da Ufal – NAC, que visa o apoio estudantil e a inclusão da pessoa com deficiência. O Núcleo oferece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes, o qual identifica, organiza e elabora recursos pedagógicos e de acessibilidade com a finalidade de eliminar as barreiras para a plena participação dos discentes, considerando as suas necessidades específicas. Esse atendimento tanto pode ser feito através de acompanhamento nas salas de aulas que os discentes frequentam, quanto em atividades na sala do NAC em horário oposto ao das aulas, para assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos. Pode-se também fazer adaptação de materiais didáticos, além de capacitar para o uso de tecnologias assistivas, como por exemplo, recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas.

Com relação ao atendimento de discentes com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, incluso no instrumento de avaliação dos cursos de graduação do Inep de junho de 2015, a Universidade Federal de Alagoas, nesse momento fomenta estudos e debates no intuito de constituir uma política institucional que explicita ações neste âmbito e que fundamente os cursos de graduação desta instituição em metodologias e ações atitudinais que visem a inclusão de pessoas com este transtorno.

Os discentes com transtorno do espectro autista também são atendidos pelo NAC. Ressaltamos que os casos, nos quais haja a impossibilidade de atendimento dentro do próprio curso, seja por questões físicas, seja por questões de vulnerabilidades existentes, são encaminhados para o Núcleo de Acessibilidade da UFAL. A universidade e o programa Pril também têm oferecido bolsas e auxílios, restaurante universitário e acolhimento psicológico. Os discentes do Curso de Pedagogia, Licenciatura - Pril - têm participado de ações, projetos e atividades referentes aos programas, como Programa de Monitoria, Programa de Tutoria, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Residência Docente (RD).

Esta participação é tanto como bolsistas, colaboradores e voluntários, bem como também usufruir das ações desenvolvidas nesses programas. Em casos de reprovação o programa oferece nova oportunidade na qual os discentes podem refazer a disciplina no formato de tutoria. Novas turmas são ofertadas para os discentes que entraram em editais posteriores ao início das aulas e chamamos de Cursos de Integração. O Programa - Pril possui convênio para que as prefeituras assegurem transporte gratuito para todos e os discentes de municípios não conveniados recebem auxílio transporte.

15 GESTÃO DO CURSO E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

Conforme o disposto na Lei nº 10.861/2004 (Lei do Sinaes), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - (2019-2023) descreve que o curso de Pedagogia contará com avaliações propostas e definidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Campus. Esta Comissão, regulamentada também pelo Estatuto e Regimento da Ufal (artigos 107 a 109), é autônoma em relação à gestão acadêmica local. Além de ser comprometida com as informações coletadas sobre a instituição de modo a preservar seus sentidos e formas.

Soma-se a esses princípios, a valorização dos órgãos e sujeitos que compõem a Ufal, respeitando sua expressão livre e crítica, comprometendo-se com a melhoria da qualidade da educação para fins de uma sociedade igualitária e solidária e difusão éticos e democráticos. As atividades da CPA consistem na coordenação dos procedimentos de construção, sistematização, implantação e implementação da auto avaliação no âmbito da Ufal, além da preservação e promoção de uma cultura avaliativa no âmbito da Ufal que estimule a melhoria da qualidade educativa pela otimização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A avaliação permanente do PPC é importante para aferir a adequação do novo currículo, como também para certificar-se da necessidade de alterações futuras que possam contribuir para a otimização do mesmo, considerando-se tanto a sua dinamicidade geral, como a dinamicidade histórica, exterior a ele. Esta avaliação é feita pelo colegiado do curso e pelo NDE, tomando como instrumento base os relatórios da CAA – Comissão de Autoavaliação e os relatórios acadêmicos relativos à evasão, retenção e aproveitamento escolar dos discentes.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir tanto uma avaliação institucional como uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam garantir uma discussão ampla do projeto, mediante um conjunto de questionamentos organicamente ordenados que facilitem a identificação de possíveis deficiências e/ou de mudanças históricas que atuem dinamicamente sobre a estrutura curricular, forçando a sua adequação.

O Curso será avaliado também pela sociedade, através da ação/intervenção docente/discente expressa na produção e nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária, em parceria com instituições e estabelecimentos locais, assim como através dos estágios curriculares não obrigatórios, a partir do momento em que suas ações e procedimentos

serão divulgados por mecanismos de comunicação digital, disponibilizados pelo Campus e/ou pela instituição.

O roteiro proposto pelo Inep/MEC para a avaliação das condições de ensino, em atendimento ao artigo 9, inciso IX, da lei n 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), servirá de instrumento para avaliação, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

- I. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;
 - II. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho acadêmico e profissional;
 - III. Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos
- O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) instituiu a criação de Comissões Internas de Autoavaliação. Respeitando essas orientações, o Consuni/Ufal afere, através da Resolução nº/2013, a criação das CAAs. O instrumento elaborado pela comissão do curso terá formato digital, ancorado na plataforma *Google Forms*. São elaborados formulários específicos para docentes, técnicos e discentes. Esses formulários são anônimos, mas são configurados para não receber respostas múltiplas. Desse modo, o formulário solicita que o respondente esteja logado na plataforma.

O formulário para docentes é construído para a avaliação e autoavaliação das atividades exercidas e infraestrutura do curso. Os docentes avaliam as atividades, estímulos e promoção de atividades de cunho didático-pedagógico realizadas. Além disso, avaliam o atendimento na secretaria, coordenação de curso e disponibilidade dos colegiados. A infraestrutura, o acesso à informação e a segurança também são avaliados. O docente autoavalia sua dedicação às atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, o cumprimento de prazos, sua pontualidade e assiduidade, bem como satisfação em fazer parte do Campus e do curso.

No formulário específico para técnicos há perguntas que pautam se existem orientações por parte da chefia e se as atividades desenvolvidas são de competência de seu cargo. Esses servidores avaliam se há estrutura e equipamentos para o desenvolvimento de suas atividades e se os canais de comunicação são eficientes. Os técnicos também autoavaliam seu atendimento, dedicação e iniciativa para realização de suas atividades, bem como o cumprimento de prazos e satisfação em relação às funções que vêm desempenhando.

O formulário para discentes é composto da seleção de disciplinas cursadas. A partir dessa seleção, o discente responde a um formulário específico para cada disciplina. Esse

formulário consiste em apontar a disponibilização da ementa da disciplina e a coerência do plano de curso. Em seguida, os discentes avaliam o curso em relação ao cumprimento das atividades propostas, didática empregada, utilização e disponibilização de recursos de T&I, assiduidade e pontualidade do docente. O discente também realiza a autoavaliação de seu desempenho em cada disciplina cursada, pontuando seu empenho e dedicação às atividades propostas. Após a avaliação de cada disciplina cursada no semestre, o discente avalia o Campus onde funciona o curso, sua infraestrutura, canais de comunicação e atendimento nas coordenações de curso e secretarias. O discente também autoavalia sua utilização da infraestrutura disponível e engajamento em atividades extracurriculares de pesquisa e extensão, por exemplo.

Os formulários são disponibilizados ao final de cada semestre, nos laboratórios do Campus, com horários pré-determinados para cada período, participando ativamente discentes e docentes. Há ainda a divulgação do formulário na página do Campus e dos cursos e através das coordenações de curso por meio de e-mail enviado para todos os discentes, solicitando sua participação na autoavaliação. Os docentes e técnicos também recebem um e-mail reforçando o convite à participação.

O plano de atividades da CAA está centrado em melhorar a adesão e, portanto, conseguir produzir uma avaliação válida, com ações adequadas para sanar as fragilidades desveladas. Os cursos do Programa Pril são avaliados anualmente por especialista da SEB/MEC, visando o acompanhamento do projeto em observância a diversas questões como boas práticas, metodologias ativas, entre outros.

16 ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei do Estágio, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”.

Na Ufal, os estágios curriculares supervisionados são regulamentados a partir da Lei do Estágio em conjunto com a Resolução nº 71/2006-Consuni/Ufal, de 18 de dezembro de 2006, ficando definido como componente curricular, presente nos cursos de graduação, sendo dividido em estágios curriculares supervisionados, obrigatório e não obrigatório, desde que previstos nos projetos pedagógicos dos cursos.

O estágio curricular supervisionado obrigatório para o curso de Pedagogia está previsto

e orientado a partir do Inc. IV, do Art. 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso Superior de Graduação em Pedagogia, sendo esse supervisionado periodicamente por um/a professor/a do curso com formação ou experiência na área de atuação das atividades do estágio.

Essas atividades deverão ser orientadas e programadas a partir de um plano de atividades, com a obrigatoriedade de avaliações periódicas previstas nas normativas institucionais e dos cursos da UFAL. Além disso, enfatizamos que a carga horária mínima do estágio curricular deverá atingir, no mínimo, 400 horas para o curso.

O Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Pedagogia, da Unidade Campus do Sertão, possuirá 400 (quatrocentas) horas mínimas de atividades, sendo realizado a partir do 6º período do curso. Seu principal objetivo é proporcionar as/aos estudantes a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, possibilitando-lhe, assim, o exercício de atitudes em situações vivenciadas e a aquisição de uma visão crítica de sua área de atuação profissional futura, nas dimensões da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e nos cursos de ensino médio, na modalidade normal e em cursos de educação profissional, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, conforme as DCN para o curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº1/2006).

16.1 Organização e Estruturação Curricular dos Estágios Supervisionados

O PPC enfatiza que a formação docente deve articular permanentemente teoria e prática, especialmente por meio dos estágios supervisionados. Os estágios são considerados espaços privilegiados de síntese da formação, nos quais os conhecimentos teóricos construídos ao longo do curso são postos em diálogo com as realidades das instituições escolares.

Nessa perspectiva, o estágio é entendido não apenas como aplicação de técnicas, mas como um momento de investigação, análise crítica e reconstrução do conhecimento pedagógico a partir das experiências vividas nas escolas.

O Estágio Supervisionado do curso de Pedagogia/Pril, licenciatura, é distribuído em: Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III, iniciando-se a partir do 6º período do curso. A carga horária para as atividades do estágio curricular obrigatório do Curso de Pedagogia será de 400 horas de acordo com a Resolução 02/2019.

O estágio está definido da seguinte forma:

a) Estágio Supervisionado I (Gestão e Coordenação Pedagógica) – carga horária total de 100 horas, sendo 40 horas de orientação e 60 horas de atividades de campo;

b) Estágio Supervisionado II (Docência na Educação Infantil) – carga horária total de 160 horas, sendo 40 horas de orientação e 120 horas de atividades de campo;

c) Estágio Supervisionado III (Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) – carga horária total de 140 horas, sendo 40 horas de orientação e 100 horas de atividade de campo.

16.1.1 Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar (100 horas)

Neste primeiro estágio, o foco é observar e analisar instituições da educação escolar e não escolar – campo de estágio - na sua globalidade e a organização e gestão dos processos educativos nela vivenciados. É importante que as/os licenciandas/os busquem levantar prioridades da escola-campo para subsidiarem a elaboração, aplicação e execução de plano de atuação no campo de estágio.

16.1.2 Estágio Supervisionado II – Educação Infantil (160 horas)

Neste segundo estágio, o foco é observar os espaços, tempos e materiais pedagógicos, as interações criança-criança, criança-adulto, a relação instituição-família-comunidade. Além disso, é importante que as/os licenciandas/os se envolvam/participem/colaborem nas atividades docentes. A partir disso, farão registros de observações e elaboração/execução de projetos que visam atender às necessidades das crianças da escola.

16.1.3 Estágio Supervisionado III – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (140 horas)

Neste terceiro e último estágio, o foco é observar e analisar criticamente a prática docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na escola – campo de estágio. A partir dessa observação, é fundamental que elaborem o projeto/planejamento da intervenção buscando atender às reais necessidades da escola para posteriormente ser aplicado/executado com alunas/os que correspondam a essa etapa de ensino.

Embora o foco de cada estágio seja diferente, eles apresentam em comum alguns princípios orientadores: I - Oportunizar a reflexão-ação-reflexão das condições sócio- históricas em que acontece a prática pedagógica brasileira; II - Possibilitar a fomentação do saber fazer como reflexo dos conhecimentos teóricos adquiridos, dotando-os de competências e habilidades para atuar de forma qualificada e comprometida com a transformação da realidade;

III - Fomentar e conscientizar a compreensão de que as/os profissionais da educação caminham para a consecução de sua finalidade histórica e de sua especificidade; IV - Possibilitar a reflexão sobre o cotidiano escolar, assumindo uma postura crítica aliada à competência e compromisso político do seu papel na sociedade; V - Vivenciar nas práticas de estágio supervisionado a aquisição de habilidades e competências para socializar de saberes teórico-metodológicos, na elaboração, organização e avaliação de projetos pedagógicos alternativos.

Ressalta-se que as atividades de estágio serão desenvolvidas de forma teórico/prática, estabelecendo de maneira articulada parcerias com a rede de escolas básicas da região sertaneja que atendam estudantes da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e/ou que atendam jovens e adultos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Eja), anos iniciais. É importante ainda ressaltar que os Estágios Supervisionados do Curso de Pedagogia sejam realizados em instituições preferencialmente públicas e/ou aquelas que desenvolvam atividades propícias ao aprendizado da/do graduanda/o.

O estágio é acompanhado e avaliado pela/o professora/or da escola recebedora das/dos estagiárias/os e pela/o professor/a orientador/a e responsável pela disciplina de estágio da Ufal. A estruturação do estágio formaliza-se através de atividades compreendendo, obrigatoriamente, as seguintes etapas:

Apresentação de termo de compromisso: o estágio só será válido a partir do preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), celebrado entre a/o estudante, a/o docente coordenador de estágio e a instituição concedente de estágio. Esse termo é um documento institucional, contendo os dados gerais do estágio em questão, o número da apólice de seguros que a/o discente tem direito, disponibilizado, anualmente, pela Gerência de Estágio (GEST)

Elaboração do plano de trabalho: o estágio deve estar no contexto da formação acadêmica e ser apresentado para registro pelo Colegiado e devidamente aprovado e acompanhado por um/uma docente orientador/a.

Desenvolvimento das ações programadas: o estágio deve ressaltar o lado da qualidade formal, no aprimoramento das condições instrumentais do exercício profissional.

A avaliação final do estágio: deverá ser apresentado um relatório completo das atividades ao/a Coordenador/a de Estágio e ao Colegiado do Curso, avaliado e assinado pelo/pela orientador/a e pelo/a supervisor/a do estágio.

Essas atividades deverão estar compreendidas dentro das diferentes áreas de atuação do

curso. As demais providências e orientações estão previstas, no manual e nas normatizações internas de estágios do curso, inseridas no Apêndice.

16.1.4 Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica

O PPC de Pedagogia do Pril/Sertão 2022, aborda a relação entre o Estágio Curricular Supervisionado e a rede de escolas da educação básica de forma clara. De acordo com o PPC, os estágios curriculares supervisionados são realizados em escolas da rede pública de educação básica, em distintas etapas e modalidades, como parte da formação prática dos estudantes.

Será de responsabilidade do(a) Professor(a) Orientador(a) do Estágio, conforme determina a legislação, regida pela Lei nº 11.788 de 25/09/2008, acompanhar e encaminhar efetivamente as atividades desenvolvidas pelos/as estudantes estagiários(as). No entanto, as instituições de ensino para quais estes/estas serão encaminhados/as deverão estar localizadas nos municípios que estão conveniados com a Ufal, possibilitando, assim, o acompanhamento efetivo dos/as estagiários/as pelo/a Professor/a Orientador/a, a este(a) último(a) compete o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos(as) estagiários(as), destacando:

- a) De visitas periódicas às escolas;
- b) Do recebimento das fichas de frequência, preenchidas pelo/a Professor/a Supervisor/a e assinadas por esse/essa e pela Direção da instituição de ensino ou Coordenadores de Área, a serem entregues, pelo/a estagiário/a ao/a Professor/a Orientador/a, ao final de cada mês;
- c) Do recebimento dos Plano de aula ou Relatos de vivência a serem entregues durante ou ao final de cada período, conforme previamente definido pelo/a Professor/a Orientador/a;
- c) Dos Relatórios de Conclusão de estágio I, II, III e IV, a serem entregues pelos/as estagiário/as ao/a Professor/a Orientador/a ao final do semestre, como parte da avaliação das atividades dos/as estagiários/as.
- d) Casos excepcionais serão tratados pelo colegiado de curso e sua respectiva coordenação.

O PPC estabelece uma relação direta com a realidade escolar, ao permitir que os/as estudantes observem, participem e atuem em contextos reais de ensino-aprendizagem. O curso busca promover a integração entre a universidade e a rede de ensino, sendo os espaços escolares considerados campos de formação, investigação e intervenção pedagógica.

Há uma preocupação com a articulação entre teoria e prática, e com a contribuição dos estágios para a melhoria da qualidade da educação básica. O PPC também enfatiza que o estágio

supervisionado deve estar vinculado a ações reflexivas, investigativas e críticas, colaborando para o desenvolvimento profissional dos futuros professores e para o fortalecimento das instituições escolares parceiras .

Para validar a avaliação dos(as) estagiários(as), será realizada uma parceria entre o Professor(a) Orientador(a) da instituição de ensino e o(a) Professor(a) Supervisor(a) da instituição concedente, seguindo as devidas orientações:

- Visitas periódicas às escolas, devendo o/a Professor/a Supervisor/a dos Estágios, acompanhar as atividades realizadas pelos/as estagiários/as, relatando a eles, em encontros posteriores, os pontos positivos e os que necessitam melhorar devendo também subsidiá- los na busca de soluções para eventuais dificuldades quanto a realização de tais atividades;
- Das fichas de avaliação a serem preenchidas pelo/a Professor/a Orientador/a da instituição de ensino em parceria com o/a Supervisor/a da parte concedente;
- Dos Relatórios de Finais de Estágio (Relatórios de Atividades), que deverão ser entregues no final de cada etapa do Estágio Supervisionado, como condição para aprovação, e após o processo de correção e avaliação dos mesmos, em data estipulada pelo/a Professor/a Orientador/a, deverão ser entregues na Coordenação do Curso.
- Logo, o Relatório de Estágio é um documento individual, que visa registrar todas as atividades desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado por parte dos/as estudantes.

16.1.5 Estágio Curricular Não Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório é uma atividade opcional integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares. A carga horária será de no máximo 30 horas semanais, desde que não haja prejuízo nas atividades acadêmicas obrigatórias. Nos períodos de férias escolares poderão ocorrer atividades de estágios não obrigatórios, sendo a jornada de trabalho estabelecida entre a estagiária e a parte concedente, com interveniência da Ufal, através da Coordenação de Estágios Curriculares do curso.

O Estágio Não Obrigatório poderá, respeitada a Resolução nº 71/2006- Consuni/Ufal, de 18 de dezembro de 2006, ser transformado em Estágio Obrigatório, mediante parecer favorável do Colegiado de Curso, a depender da análise e apreciação da coordenação do curso, aprovado no Colegiado do respectivo curso.

17 RESIDÊNCIA DOCENTE

De acordo com o Edital 66-2021 MEC/SEB, o curso de Pedagogia - Licenciatura se compromete quanto a construir uma articulação com redes de ensino visando ao desenvolvimento de atuação prática (estágio e disciplinas práticas) dos licenciandos, viabilizando a residência docente na rede pública de ensino.

18 ATIVIDADES DE EXTENSÃO:

Da Política de Extensão da Ufal e suas aplicações a partir do curso de Pedagogia (Pril)

O presente Curso segue o Edital Nº 66/2021-Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, de 30 de setembro de 2021. Trata-se da proposta da criação de um novo curso, em atendimento ao Edital MEC/SEB Nº 66/2021, do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares, doravante Pril, que tem por objetivo selecionar propostas de Instituições de Ensino Superior (IES), voltadas para formação inicial de professores, visando à oferta de vagas em cursos de Pedagogia e Licenciaturas.

No Campus do Sertão, o curso de Pedagogia - Licenciatura, presencial, com oferta regular, tem duas grandes áreas de estudo: a constituição da profissão docente, identificando aspectos teóricos e metodológicos na prática docente no alto sertão alagoano e o Estudo e aplicação de perspectivas curriculares e avaliativas inclusivas. Nos últimos 05 anos, o curso desenvolveu atividades nessa perspectiva, desta forma, o curso de Pedagogia – Pril, dialogará com o curso já existente.

Um dos princípios de formação de profissionais do magistério da educação Básica é a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A extensão universitária tem como base a relação entre universidade e sociedade e quando se trata de formação de professores é impossível deixar de pensar sobre esse princípio que norteia as atividades extensionistas.

O curso de Pedagogia considera que a extensão é, em suma, uma troca constante de saberes e de experiências e imprescindível para que isso aconteça. A socialização dos estágios curriculares, por exemplo, é o momento de reflexão sobre a prática pedagógica a partir da relação entre o teórico e o prático, relação presente e exequível na extensão universitária a partir

das diretrizes “Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade”, estabelecidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), entidade responsável por articular e definir políticas acadêmicas e diretrizes sobre a extensão, com comprometimento com a transformação social, cidadania e democracia.

Dadas as pontuações acima, considerando as normativas internas da Ufal, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, licenciatura, Pril, desenvolverá as atividades curriculares de extensão (ACE) contemplando o mínimo de 10% da carga horária total do curso, obedecendo o que determina a Resolução 7/2018-MEC, de 18 de dezembro de 2018 e a Resolução 04/2018-Consuni/Ufal, de 19 de fevereiro de 2018. A extensão desenvolvida no curso de Pedagogia, também busca ter um caráter interdisciplinar e o potencial Inter profissional. Ou seja, o curso busca atender as diretrizes para ações de extensão universitária, a saber: interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante; impacto e transformação social.

As ações de extensão são ofertadas ao longo da graduação, a partir das cargas horárias reservadas constantes na Matriz Curricular. Em atendimento aos ditames da Resolução 04/2018/Consuni/Ufal e a Instrução Normativa nº 01/2021/Proex/Ufal descrevemos adiante o Programa Integralizador de Extensão (Piex), a partir do qual serão ofertadas as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), ao longo da oferta dos componentes curriculares desta graduação.

Essas ações, de natureza curricular, deverão ser previamente planejadas pelo docente responsável tendo como ponto de partida, principalmente, linhas temáticas indicadas no quadro nº 9. Tais ações deverão ser validadas, antecipadamente, pelo colegiado do curso, conjuntamente com a Coordenação de Extensão da Unidade/Campus para que assim possam ser cadastradas no SIGAA e executadas, a posteriori. Cabe ressaltar que as atividades deverão ser registradas na Proex/Ufal pelo Coordenador da ação, com a concordância da Unidade Acadêmica/ Campus Fora de Sede, a partir do Sistema de gestão acadêmica da Universidade.

Por fim, as ACEs no Curso de Pedagogia, Licenciatura, Pril, Ufal/Campus do Sertão serão contempladas, junto às ações de ensino e de pesquisa, podendo ser desenvolvidas, dentre outras: projetos de extensão, cursos, eventos, prestação de serviços. No que tange a projetos, estes deverão ser desenvolvidos em duas semestralidades. Dentro estes, poderão ser ofertadas outras ações extensionistas como cursos e eventos (seminários, semanas científicas, oficinas, rodas de conversa, dentre outros) nas suas execuções. É a partir das ACEs que o Curso garantirá aos/às estudantes o cumprimento de, pelo menos, 10% da carga horária da graduação em

práticas de Extensão. Nesse Curso, deverão creditar, portanto, 378 horas.

Do Programa de Extensão

Unidades Acadêmicas Envolvidas: Curso de Pedagogia, Licenciatura, Presencial, diurno, Campus do Sertão.

Justificativa:

O Plano Nacional de Educação (2014-2024), a partir da sua meta nº. 12 e submeta nº. 12.7 busca assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

Em atendimento aos ditames da Resolução 04/2018/Consuni/Ufal e a Instrução Normativa nº 01/2021/Proex/Ufal, cada graduação da Ufal deve desenvolver atividade de Extensão, na forma de componente curricular obrigatório. O curso de Pedagogia, através do Programa Integralizador de Extensão, doravante Piex, ofertará as ACEs em atendimento e consonância aos ditames normatizadores que direcionam não somente a meta do PNE como também, por consequência aos normativos internos da UFAL.

O Piex tem, portanto, como objetivo acadêmico e pedagógico ser uma ação extensionista central para ofertar e desenvolver outras atividades curriculares de extensão aos moldes da Resolução nº 04/2018/Consuni/Ufal. A seguir, apresentamos o programa em comento.

Quadro 9: Áreas Temáticas e Linhas de Extensão do Programa

ÁREA TEMÁTICA	LINHAS DE EXTENSÃO
Educação	Alfabetização, leitura e escrita. Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem
Meio Ambiente	Educação ambiental.
Direitos Humanos e Justiça.	Educação e cidadania.
Tecnologia.	Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas. Tecnologia aplicada a educação.

Ementa: Execução de projetos de extensão (com duração mínima de 02 semestres de execução,

cada) e outras ações extensionistas que vinculem ações de ensino, pesquisa e extensão. Desenvolvimento de Metodologias e estratégias didático-pedagógicas inovadoras pertinentes para formação de professores. Alfabetização, leitura e escrita. Desenvolvimento de projetos de caráter formativo para profissionais da educação do alto sertão alagoano e comunidade local voltados para a discussão teórico-prática sobre planejamento curricular nas escolas; Ações de formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área educacional; Desenvolvimento de projeto de caráter formativo para profissionais da educação do alto sertão alagoano, estudantes da educação básica e comunidade geral para discussões sobre práticas de alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos.

Objetivos:

- Estimular o desenvolvimento de ações articuladas de pesquisa e de extensão voltadas para demandas dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Desenvolver projetos pedagógicos de pesquisa e extensão como princípios na formação dos educadores.

Metodologia:

A metodologia que permeia no processo de execução de atividades curriculares de extensão é pautada, dentre outras, na premissa da interdisciplinaridade. Por meio das atividades desenvolvidas, estudantes demonstram e aplicam suas competências, ou seja, vivenciam situações do cotidiano, agregando o conhecimento de diversas disciplinas desenvolvidas. A partir disso, é possível uma formação interdisciplinar dos professores da Educação Básica.

A interdisciplinaridade se apresenta como instrumento essencial para a promoção de uma formação integrada e em harmonia com a realidade atual. As mudanças sociais, cada vez mais, exigem uma formação cidadã crítica, reflexiva e integrativa, na medida do possível. Nesse sentido, o aspecto interdisciplinar, pressupõe a desfragmentação dos saberes, a refutação das áreas isoladas de produção do conhecimento e, acima de tudo, a desalienação intelectual no campo da pesquisa científica e do ensino, não diferente em práticas de extensão.

O programa de Extensão desta graduação será desenvolvido na forma modular, para ajustes meramente formais da matriz curricular. Será descrito da seguinte forma: assim: PIEx 1, 2, 3, 4, 5 e 6 e será iniciado a partir do 3º semestre, conforme distribuído na matriz curricular da graduação. (Ver quadro 11).

No decorrer do desenvolvimento do PIEx, serão ofertados, no mínimo, 02 (dois) projetos

de extensão, tendo a duração de duas semestralidades, cada, além de outras duas ACEs que terão por objeto, outras ações, podendo não ser projetos (eventos, cursos, oficinas, outros). As atividades de extensão serão organizadas, planejadas e executadas pelos/as estudantes do curso de Pedagogia, sob a orientação de, pelo menos um/a docente do Curso de Pedagogia.

Tanto os projetos como eventos a serem desenvolvidos terão sua execução dentro de cada período acadêmico da Ufal, a partir da oferta de cada modalidade do Piex, ao longo da matriz curricular desta graduação. De acordo com a Resolução nº 4/2018 – Consuni/Ufal, os projetos ofertados deverão ter duração de um ano; por conta disto, sua oferta foi pensada em períodos subsequentes.

Público-alvo: Discentes do curso de Pedagogia e demais licenciaturas da Ufal, discentes, docentes e coordenadores pedagógicos de escolas da Educação Básica.

Avaliação: A avaliação da Atividade Curricular de Extensão é inerente ao processo ensino-aprendizagem e insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos/as professores/as e dos/as estudantes, com foco no processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do Curso. Ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a Ufal. Também será avaliado o envolvimento do discente com as atividades propostas e seus resultados. Para as dinâmicas e técnicas de avaliação das Atividades de Extensão deverão ter em perspectiva o alcance de indicadores de Extensão adotados pela Universidade Federal de Alagoas, constantes no seu PDI vigente.

Referências do Programa:

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.

Acesso em 10 jan 2022.

CHARLOT, B. A escola e o trabalho dos alunos. Sísifo: **Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 10, p. 89-96, set./dez. 2009.

FUSARI, J. C. O Planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas. **Revista Ideias**, n. 8. 1990, p. 44-53.
 GALLEGO, R. de C., SILVA, V. B. da. **A gestão do tempo e do espaço na escola**. Material produzido para a REDEFOR/SEE/SP, 2012.

Quadro 10: Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no Curso de Licenciatura em Pedagogia

Piex/ Módulos	Atividade de Extensão / Modalidades	Linha(s) de Extensão	Descrições Norteadoras
Piex 01 e 02	Projeto 01	Formação de professores Metodologias e estratégias de ensino / aprendizagem	Desenvolvimento de um projeto formativo para profissionais da educação do alto sertão alagoano com o intuito de discutir processos de formação na docência, envolvendo fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico e gestão da sala de aula, tendo em vista o aprimoramento profissional. Desenvolvimento de cursos, projetos e/ou oficinas formativas para profissionais da educação do alto sertão alagoano, a partir de projetos de extensão, visando a construção de saberes e práticas focadas em metodologias e estratégias didático-pedagógicas inovadoras a partir dos usos das tecnologias digitais, da noção de ensino híbrido e metodologias ativas, como subsídio para produção de materiais didáticos específicos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais).
Piex 03 e 04	Projeto 02	Formação de professores Alfabetização, leitura e escrita	Desenvolvimento de projeto de caráter formativo e interdisciplinar para profissionais da educação do alto sertão alagoano e comunidade local voltados para a discussão teórico-prática sobre temáticas relativas a planejamento curricular nas escolas; orientações para a escrita dos projetos políticos pedagógicos; avaliação dos projetos políticos pedagógicos; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área, dentre outros relacionados e que possam ser oriundos de práxis educativas. Desenvolvimento de projeto de caráter formativo para profissionais da educação do alto sertão alagoano, estudantes da educação básica e comunidade geral que possibilitem discussões sobre práticas de alfabetização e letramento de crianças, de jovens e adultos; sobre formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da

			leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas, dentre outros que relacionados a prática de letramentos diversos, principalmente de leitura e escrita.
Piex 05 e 06	Eventos	Divulgação científica e tecnologia e técnicas em Educação	<p>Essa ação será conduzida de forma interdisciplinar, envolvendo docentes de áreas científicas-acadêmicas de graduações como Pedagogia e Letras no desenvolvimento da atividade de extensão do Curso.</p> <p>Realização de eventos voltados para a comunidade acadêmica em geral e demais setores da sociedade vinculados à área de educação, com o intuito de divulgar as atividades extensionistas desenvolvidas ao longo do curso bem como prática e vivências pedagógicas a partir de atividades de Estágio obrigatório e/ou extracurricular.</p> <p>Essa ação deverá ser desenvolvida com apoio interinstitucional com as universidades-parceiras vinculadas ao Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores e Diretores Escolares submetidas ao edital 66/2021 conjuntamente com a Ufal.</p>

Quadro 11. Quadro demonstrativo da distribuição da carga horária do Piex na matriz curricular

COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO ACADÊMICO	AULAS SEMANAIS	CARGA HORÁRIA		
			TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
PIEX/MÓDULO/01	3	03	40	14	54
PIEX/MÓDULO02	4	03	40	14	54
PIEX/MÓDULO03	5	03	18	54	72
PIEX/MÓDULO04	6	03	28	44	72
PIEX/MÓDULO05	7	03	30	24	54
PIEX/MÓDULO06	8	03	18	54	72
Total			174	204	378

18.1 Integração entre ensino, pesquisa e extensão

Conforme a Resolução Consuni Nº 04/2018, o curso entende a necessária indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e por isso, possibilita essa articulação através das disciplinas como apresentado acima, mas também a partir de:

- ✓ Cursos de extensão de curta duração – voltados também a docentes dos municípios do entorno.
- ✓ Projeto de Aprendizagem voltado às Salas de Progressão em uma escola municipal do município de Delmiro Gouveia;
- ✓ Jornada Acadêmica;
- ✓ Colóquios para circulação de atividades e pesquisas;
- ✓ Evento voltado para a divulgação das atividades de estágio;
- ✓ Projetos de Extensão em escolas e grupos sociais;
- ✓ Projetos em Pibid e Pibic.
- ✓ Estas atividades fazem parte das pesquisas de docentes e se articulam aos saberes e conteúdos desenvolvidos em sala.

O curso também prever tutoria, monitoria de ensino, obedecendo os editais da Universidade. O/a monitor/a e instrutor/a exercerá atividades voltadas ao seu desenvolvimento como pesquisador da área, contribuição na elaboração de aulas, acompanhamento aos discentes no contra-turno, avaliação do andamento das aulas com o docente orientador, elaboração de artigos científicos com vistas à apresentação em eventos e publicação em revistas científicas diversas.

Algumas atividades de pesquisa e extensão também fazem parte da vida acadêmica do curso e acontece a partir da criação de Grupos de Estudos e de Pesquisa, os quais atuam a partir de ações científicas. Estas atividades articulam-se aos componentes curriculares, ao mesmo tempo em que constituem possibilidades concretas de articulação entre teoria e prática e aprofundamentos dos objetivos metodológicos defendidos. A Ufal – Campus do Sertão já possui laboratórios e grupos de pesquisas, os quais poderão ser tidos como espaços de estudos e investigações científicas:

BRINQUEDOTECA	É um laboratório de aprendizagens voltadas para o desenvolvimento de práticas educativas lúdicas direcionadas para o público da educação infantil.
GEFAFE	Grupo de Estudos sobre Abordagem Freireana em Ambientes Escolares
GEDOFH	Grupo de Estudos e Extensão em Educação, Docência e Formação Humana;

GEEIQ	Grupo de Estudos em Educação Escolar Indígena e Quilombola
GLEI	Grupo de Leitura em Estudos da Infância;
NEPILS	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Interiorização da Língua De Sinais;
NEPIS	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância no Semiárido
NUDES	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade de Gênero e Sexual; o NUDES possui o Observatório da Diversidade Étnico-racial, Gênero e Sexualidades.
NUPEAH	Núcleo de Pesquisa de Arqueologia e História, o qual tem direcionado ao curso estudos na área da Educação Patrimonial;

19 SOBRE A BRINQUEDOTECA

De forma geral, a brinquedoteca representa um espaço da universidade aberto à comunidade, onde recebemos crianças deste município e das cidades vizinhas para usufruir do espaço. Segundo Sommerhalder e Alves (2011, p. 68) a brinquedoteca:

É um espaço cuidadosamente planejado e organizado para a concretização do brincar. Brinquedos variados, coloridos, novos, de madeira, plástico, metal, pano etc. que permitem a realização de desejos, proporcionando à criança a oportunidade de brincar conforme sua vontade. Entretanto, a brinquedoteca não é apenas um lugar de brincar. Os objetos inertes nas estantes, quando chegam às mãos da criança, adquirem vida.

A brinquedoteca é um espaço de desenvolvimento infantil e tem os seguintes objetivos:

- a) oferecer atividades lúdicas para as crianças da educação infantil e do ensino fundamental;
- b) estimular o desenvolvimento motor, intelectual, emocional e social por meio do brincar e
- c) desenvolver a criatividade, a concentração e sociabilidade das crianças através da brincadeira. Encontra-se localizada no anexo 2 do campus (anexo Mandacaru), a sala está dividida em cantos temáticos: cantinho da fantasia; dos jogos; da pintura e da casinha. Possui um espaço aberto que pode ser utilizado para leitura e/ou para brincadeira livre. Wanderlind e Martins (2006) salientam que é justamente por meio da organização da brinquedoteca, que se torna possível disponibilizar de um âmbito com inúmeras maneiras de relações grupais, favorecendo diversas formas de aprendizagens.

Com relação à brinquedoteca do campus é importante frisar que esta se mantém por meio de rubricas da universidade, doações de docentes, funcionários e principalmente discentes das licenciaturas.

A presença de uma brinquedoteca no campus contribui para a formação das/os

futuras/os professoras/es, pois é preciso considerar a criança nesse espaço como sujeito, pensando a brinquedoteca como lócus privilegiado, levando as/os discentes a perceberem na prática, ainda na graduação, os conhecimentos teóricos estudados em sala. Ou seja, favorece para que as/os estudantes unam teoria e prática, e reflitam sobre uma nova práxis pedagógica, bem como sejam capazes de desenvolver pesquisas por meio da observação desse âmbito, vasto em possibilidades de produção de conhecimento.

20 ARTICULANDO O CURSO COM A PÓS-GRADUAÇÃO

Conforme artigo 6º da Resolução CNE/CP 02/2019 é necessário que os cursos de licenciaturas promovam a articulação entre a formação inicial e a formação continuada, entendendo esta última como componente essencial para a profissionalização docente. Sendo assim, levando em consideração a área de formação em Pedagogia, Licenciatura, as/os alunos poderão contar com alguns programas de pós-graduação (*lato e strictu sensu*) já existentes na Ufal relacionados a área de Educação e Ensino, nos quais o aluno tanto poderão continuar à sua carreira acadêmica como também participar de outras atividades como cursos de extensão, eventos, estágios, monitorias. Dentre esses programas, pode-se citar:

- a) Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE);
- b) Programa de Pós-graduação em Ensino e Formação de Professores (PPGEFOP);
- c) Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM);
- d) Curso de Doutorado em Ensino – RENOEN (Rede Nordeste)
- e) Curso de Especialização em Ensino, Tecnologias e Formação Humana
- f) Curso de Especialização em Culturas, Patrimônio e identidades indígenas
- g) Curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura

21 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As aulas também contam com a diversidade de objetivos e formas de relação com a realidade local, uma vez que se prima pela relação dos/as discentes com a realidade escolar, problematizando temas relacionados à educação formal e informal e articulando-os nos componentes curriculares já no primeiro período, por isso, as metodologias buscam atrelar-se ao disposto do art. 5º da Resolução nº 02/2019. Como metodologias, o curso de Pedagogia prioriza aulas com:

- a. Círculos de debates e seminários com o intuito de desenvolver habilidades como

trabalho em equipe, desenvolvimento da linguagem e comunicação, da articulação entre teoria e prática de modo a incentivar a análise da realidade dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possíveis soluções práticas nos debates e apresentações. Esta metodologia contribui com o normatizado na Resolução nº 02/2019, art 8º, a qual prima pela integração e interdisciplinaridade, pela práxis como expressão da articulação teoria-prática; visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas e conflitos a partir de processos investigativos e criativos e do exercício do trabalho coletivo (inciso II). Trabalhos em equipe, nos mais diversos formatos, executados ao longo de todas as disciplinas do curso contribuem como exercícios de produção em grupo – o que se demonstra fundamental para as/os egressas/os que atuarão em equipe num futuro profissional;

- b. Uso de metodologias ativas e de outras dinâmicas inovadoras que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas coerentes com ensino híbrido;
- c. Exposições teóricas e conceituais em aulas expositivas, e socializações individuais e grupais – para a identificação dos problemas socioculturais e educacional em sua complexidade. As aulas também contam com a diversidade de objetivos e formas de relação com a realidade local, uma vez que se prima pela relação dos discentes com a realidade escolar problematizando temas relacionados à educação formal e informal e articulando-os nos componentes curriculares já no primeiro período;
- d. Elaboração, uso e aplicação de entrevistas, questionários, observações e diagnósticos articulados às aulas de modo que as/os discentes articulem teoria e prática, analisando a realidade dos profissionais da educação, da situação das escolas e seus sentidos na região; também, como preparo à pesquisa científica;
- e. Realização de estudos científicos, executados como atividades das disciplinas, como atividades de projetos/grupos de pesquisa, entre outras formas, de modo a desenvolver a linguagem acadêmica e a capacidade de apreensão e abstração do real através de processo teórico-reflexivos. A participação das/os graduandas/os em atividades/grupos/núcleo/projetos de pesquisa permitirá aos/as mesmos/as construir as capacidades mínimas para executarem, no exercício do magistério, investigação dos problemas educacionais na realidade local de trabalho;
- f. Exibição de filmes e documentários – com o propósito de usar estes recursos como mediadores de reflexões e análises, além de apropriação da arte visual como possibilidade de formação docente;
- g. Elaboração de materiais didáticos – esse momento é compreendido como imprescindível para o desenvolvimento de habilidades pedagógicas dentro de uma proposta lúdica e diversificada, de modo a levar a/o aluna/o a adaptação dos materiais à sua realidade enquanto profissional e vice-versa;
- h. Microaulas – momento em que as/os discentes são levados a desenvolver a sistematização pedagógica e a competência em termos de planejamento didático e metodológico. Microaulas executadas pelos/as estudantes na graduação, bem

como o estágio curricular e o engajamento em projetos podem oferecer subsídios para as/os graduandas/os exercerem a regência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental quando egressas/os; Incentivo ao uso das tecnologias da informação e da comunicação estarão integradas ao processo de ensino e aprendizagem, através do acesso a laboratórios e da elaboração de aulas com tecnologias diversificadas.

22 DA APRENDIZAGEM E ACOMPANHAMENTO DOS DISCENTES

Importa observar, em primeiro lugar, que a questão central da prática da avaliação na escola não está nos instrumentos, mas sim na postura pedagógica e consequentemente na prática da avaliação. Por exemplo, é impossível praticar avaliação dentro de um projeto pedagógico tradicional, que espera que o educando “esteja sempre pronto”, daí as provas serem pontuais (...). Um projeto pedagógico que sustente uma prática de avaliação tem na sua base a crença de que o ser humano é um ser em desenvolvimento, um ser em construção permanente. A avaliação é um ato subsidiário da obtenção de resultados os mais satisfatórios possíveis, portanto subsidiária de um processo, de um movimento construtivo. Portanto, é um instrumento de busca de construção, por isso funciona articulado com um projeto pedagógico que se assume, que se crê e se efetua construtivamente. (Material obtido pelo *website* de Cipriano Carlos Luckesi, 2014).

A avaliação da aprendizagem, compreendida como um processo formativo e processual, corrobora com uma reflexão crítica sobre a prática a fim de que a/o discente e a/o docente tenham como ponto de partida a possibilidade de novas estratégias de planejamento. Portanto, é um processo contínuo e democrático, incorporando o cuidado com o alcance de objetivos claros e definidos, conforme os princípios da formação docente e da garantia de padrão de qualidade, articulação teoria-prática, com vistas ao domínio de conhecimentos científicos e didáticos, formação com sólida base teórica e interdisciplinar, a formação da capacidade de autonomia e responsabilidade pelo próprio processo de aprendizagem da/do educanda/o. Logo, a avaliação se baseia nas ideias de Vasconcelos (2003), Luckesi (2010), para quem a avaliação é um processo formador e não punitivo e desumanizante.

Diante dessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem das/os discentes se dá através de instrumentos avaliativos diversos, quais sejam, estudos individuais e coletivos, para tanto, as/os alunas/os contam com o acervo da biblioteca do Campus, acesso a textos em pdf, *e-books*, revistas científicas digitais e impressas - estudos dirigidos, debates de conteúdos, prova escrita individual, relatórios, resumos, textos dissertativos, artigos científicos, relatos de experiência, resenhas críticas de filmes e livros, os quais intentam aferir e verificar o nível de interpretação, análise, abstração teórica e conceitual, levantamento de hipóteses e problemas; além de elementos posturais como: acompanhamento das aulas, participação, frequência às aulas,

envolvimento e aptidão no trabalho em equipe.

Quanto à forma de acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, o curso se orienta a partir do Regimento da Universidade Federal de Alagoas, o qual normatiza, nos artigos 41 a 48 que a avaliação deve ser bimestral compreendendo AB, em número de 02 (duas), por semestre letivo, com Prova Final (PF), quando for o caso e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O curso, priora, fundamentado nesse Regimento, a não realização de qualquer atividade de avaliação, inclusive prova final, antes de decorridas, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas da divulgação das notas, e garante a/ao discente, caso seja reprovado que, decorridas quarenta e oito horas após a divulgação da nota, que a mesma seja revisada por uma grupo de docentes especializados, designado pelo Colegiado do Curso, caso haja necessidade.

Também define que a Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas obtidas nas 02 (duas) Avaliações Bimestrais, considerando aprovado, livre de prova final, o discente que alcançar nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete). A reprovação da/do discente é automática quando ela/ele apresentar avaliação de nota final das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco). Quanto à forma de Avaliação Bimestral (AB), esta deve ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e resultante de mais de um instrumento de avaliação. Ainda segundo o Regimento, a/o discente que alcançar nota inferior a 7,00 (sete), em uma das duas Avaliações Bimestrais (AB), terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve a menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior nota. E a/o discente que obtiver a Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

É importante destacar que o curso de Pedagogia prioriza o que é determinado no Calendário Acadêmico da Ufal de cada período letivo quanto aos períodos de realização de reavaliações e provas finais. Quanto à esta última, a/o discente será aprovado quando alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos), sendo que este cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis) e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro). O curso também assegura que a/o discente impedida/o a comparecer à Prova Final por motivo comprovado legalmente, tenha direito à realiza-la em até 05 (cinco dias) da realização da primeira chamada, sob a condição de requerer sua realização, formalmente, ao Colegiado do Curso em até 48h da realização da mesma.

Também configura avaliação o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL. A avaliação do TCC deverá acontecer através de 01 (uma) única nota, dada após a entrega do trabalho definitivo, sendo considerada a nota mínima 7,0 (sete). O Regimento orienta que além das médias finais das disciplinas, o histórico da/do discente conterá o Coeficiente de Rendimento Escolar Recente e o Coeficiente de Rendimento Escolar Total.

O Coeficiente de Rendimento Escolar Recente é a média ponderada das médias finais obtidas nas disciplinas cursadas, no último período letivo, com pesos iguais às respectivas cargas horárias. E o Coeficiente de Rendimento Escolar Total é a média ponderada das médias finais obtidas nas disciplinas cursadas até o último período letivo frequentado, com pesos iguais às respectivas cargas horárias. O curso também assegura que aquelas/es discentes com necessidades específicas, a saber, em licença maternidade, licença por problemas de saúde e portadores de necessidades especiais ou transtornos de aprendizagem, tenham acesso e direito às formas de avaliação diferenciadas, conforme as possibilidades das/dos discentes.

23 USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo formativo para a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) é propagado por domínios relacionados a diversos aspectos que complementam a metodologia pedagógica, aprendizagem, construção do conhecimento e práticas diferentes e diversas. Dessa forma, quando se utiliza as TDIC em sala de aula após um processo formativo percebe-se o potencial das mesmas em promover transformações nos sujeitos, nos processos pedagógicos, no currículo e até na maneira de avaliar.

O conhecimento é desenvolvido pela capacidade interpretativa dos assuntos abordados em sala, essa capacidade só é possível pelo processo de comunicação, particularmente a multimodal e a compartilhada. É explícito que docentes e discentes já compreendem que o processo de ensino e aprendizagem não mais se constitui pela transmissão passiva dos dados, porém, com informações movimentadas, compartilhadas, coletivas e associadas ao entorno que se pertence.

Importa salientar que mesmo compreendendo o processo de transmissão, as/os docentes estabelecem em grande maioria práticas inovadoras superficiais com as TDIC, sobretudo, em atividades e estratégias pedagógicas diferentes, emergindo as mais convencionais. Um processo formativo deve se atentar em atender as seguintes necessidades tecnológicas:

1. Contextualizar as TDIC a partir da conjunção docente e discente;
2. Avaliar o potencial das TDIC pedagogicamente antes de utilizá-la;
3. Conhecer as suas peculiaridades para entender em que perspectiva direcionar;
4. Como alcançar a/o discente e galgar resultados significativos;
5. Definir o tipo de abordagem pedagógica e tecnológica, além de buscar integrar interesse e funções no contexto da sala de aula.

O cenário pandêmico admite que o acesso crescente às TDIC oportunizou possibilidades expressivas, assim como, apresentou desafios simples e complexos. Estas evidenciam um meio de alcançar públicos que transcendem o contexto tradicional, logo, é necessário ampliar e igualar o acesso, não às TDIC somente, mas às competências e habilidades indispensáveis para integrá-las e utilizá-las criativamente, significativamente e efetivamente no panorama educativo, principalmente quando utilizadas as metodologias ativas num cenário híbrido. Segundo Silva (2015) é necessário compreender que o potencial tecnológico a ser utilizado em sala de aula, cursos, programas e nos processos formativos devem se relacionar primeiramente com os espaços e práticas pedagógicas existentes, logo, essa relação também se caracteriza pelas culturas as quais se pertencem, os conteúdos ensinados e apreendidos.

24 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem, compreendida como um processo formativo e processual, corrobora com uma reflexão crítica sobre a prática a fim de que a/o discente e a/o docente tenham como ponto de partida a possibilidade de novas estratégias de planejamento. Portanto, é um processo contínuo e democrático, incorporando o cuidado com o alcance de objetivos claros e definidos, conforme os princípios da formação docente da garantia de padrão de qualidade, articulação teoria prática, com vistas ao domínio de conhecimentos científicos e didáticos, formação com sólida base teórica e interdisciplinar, a formação da capacidade de autonomia e responsabilidade pelo próprio processo de aprendizagem da/do educanda/o.

Logo, a avaliação se baseia nas ideias de Vasconcelos (2003), Luckesi (2010), para quem a avaliação é um processo formador e não punitivo e desumanizante. Diante dessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem das/os discentes se dá através de instrumentos avaliativos diversos, quais sejam, estudos individuais e coletivos, para tanto, as/os alunas/os contam com o acervo da biblioteca do Campus, acesso a textos em pdf, e-books, revistas científicas digitais e impressas - estudos dirigidos, debates de conteúdos, prova escrita

individual, relatórios, resumos, textos dissertativos, artigos científicos, relatos de experiência, resenhas críticas de filmes e livros, os quais intentam aferir e verificar o nível de interpretação, análise, abstração teórica e conceitual, levantamento de hipóteses e problemas; além de elementos posturais como: acompanhamento das aulas, participação, frequência às aulas, envolvimento e aptidão no trabalho em equipe.

A avaliação da aprendizagem no curso de Licenciatura em Pedagogia/Pril segue as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 114/2023-Consuni/Ufal, que regula o regime acadêmico dos cursos de graduação da instituição. A avaliação é compreendida como um processo formativo, contínuo e sistemático, que envolve diagnóstico, acompanhamento e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes.

De acordo com a normativa, cada componente curricular é estruturado em duas Verificações de Aprendizagem (1ª V.A. e 2ª V.A.), compostas por no mínimo dois instrumentos de avaliação cada, definidos no plano de curso. Caso o/a discente obtenha nota inferior a 7,0 (sete) em qualquer uma das duas verificações, terá direito à realização da 3ª Verificação de Aprendizagem (3ª V.A.), com caráter de substituição e reposição, sendo considerada para o cálculo da média a maior nota entre a original e a da 3ª V.A.

A média parcial do componente curricular será calculada a partir da média aritmética das duas maiores notas entre as três verificações. O/a discente será considerado/a aprovado/a quando atingir média parcial igual ou superior a 7,0 (sete). Caso a média parcial seja igual ou superior a 5,0 (cinco) e inferior a 7,0 (sete), o/a discente terá direito à realização da Prova Final (PF).

Para os casos de Prova Final, a média final será calculada como uma média ponderada, sendo atribuídos peso 6 (seis) para a média parcial e peso 4 (quatro) para a nota da prova final. O/a discente será considerado/a aprovado/a se a média final for igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

O curso respeita o intervalo mínimo de 48 horas entre a divulgação de uma nota e a aplicação de nova avaliação, conforme determina o Art. 73 da resolução. Também garante ao(à) discente o direito à revisão de nota, desde que solicitada por meio de processo eletrônico no prazo de dois dias úteis após a publicação da nota no SIGAA. A revisão será realizada por uma banca composta por dois docentes, designados pelo Colegiado do Curso, e o resultado corresponderá à média das notas atribuídas pelos avaliadores.

Nos casos de impedimento legalmente comprovado, o(a) discente poderá solicitar segunda chamada da Prova Final, no prazo de até dois dias úteis após a realização da primeira, mediante requerimento ao Colegiado do Curso.

Além das avaliações regulares, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui componente curricular obrigatório, conforme o Projeto Pedagógico do Curso. O TCC é desenvolvido sob orientação individualizada, sendo avaliado por uma única nota, atribuída após a entrega da versão final do trabalho, sendo exigida nota mínima de 7,0 (sete) para aprovação.

Por fim, a avaliação institucional do rendimento acadêmico inclui o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA), calculado a partir da média ponderada de todas as médias finais obtidas ao longo do curso, considerando as respectivas cargas horárias.

O curso de Pedagogia/Pril também assegura condições diferenciadas de avaliação para estudantes com necessidades específicas como em caso de licença maternidade, problemas de saúde ou transtornos de aprendizagem, em consonância com os princípios do Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) e as orientações do Núcleo de Acessibilidade (NAC/Ufal).

25 OUTRAS AVALIAÇÕES

Conforme o disposto na Lei nº 10.861/2004 (Lei do Sinaes), O PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)), o curso de Pedagogia contará com avaliações propostas e definidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Campus. Esta Comissão, regulamentada também pelo Estatuto e Regimento da UFAL (artigos 107 a 109), é autônoma em relação à gestão acadêmica local. Além de ser comprometida com a informações coletadas sobre a instituição de modo a preservar seus sentidos e formas. Soma-se a esses princípios, a valorização dos órgãos e sujeitos que compõem a UFAL, respeitando sua expressão livre e crítica, comprometendo-se com a melhoria da qualidade da educação para fins de uma sociedade igualitária e solidária e difusão éticos e democráticos.

As atividades da CPA consistem na coordenação dos procedimentos de construção, sistematização, implantação e implementação da auto avaliação no âmbito da UFAL, além da preservação e promoção de uma cultura avaliativa no âmbito da UFAL que estimule a melhoria da qualidade educativa pela otimização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O curso já iniciou uma rede de contatos que futuramente ainda não dispõe de uma política de avaliação das/dos egressos, nem do desenvolvimento das disciplinas. O

acompanhamento das/dos egressas/os tem se dado através das redes sociais em página administrada por professoras/es da Pedagogia¹³- Toda Pedagogia Ufal/Sertão, e nos editais de concursos e seleções no qual identificamos a aprovação de nossas/os egressas/os.

26 DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O curso de Pedagogia utilizará, como ambiente virtual de aprendizagem, o *Moodle* ("Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment"), um software livre, de apoio e gestão da aprendizagem, executado num ambiente virtual, acessível através da Internet ou de rede local. O programa permite a criação de cursos on-line, páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem. O sistema está dividido em quatro diferentes tipos de usuário: administrador, professor, tutor e estudante. Cada usuário acessa o sistema de forma independente, e tem acesso às formas de comunicação (fóruns, diálogos, referendos, questionários, testes, *wikis*) e aos conteúdos (textos, *links*, imagens, sons, glossários, trabalhos, lições, apresentações) segundo a configuração de sua conta de acesso.

27 MATERIAL DIDÁTICO

O material impresso será selecionado e/ou preparado pelo docente e observará as seguintes regras: O material didático será disponibilizado, para visualização e download, no ambiente virtual de aprendizagem;

- Fontes primárias da área de Pedagogia, como obras livros, coletâneas, dissertações, teses, ensaios e artigos científicos, quando de domínio público, serão diretamente disponibilizadas, para visualização e download, no ambiente virtual de aprendizagem;
- Fontes primárias da área de Pedagogia sobre as quais pesam direitos de reprodução serão disponibilizadas nas bibliotecas da sede e dos polos, para retirada, observando-se as regras de empréstimo e devolução praticadas pela Biblioteca da UFAL.

Em caso de produção interna de material, serão observadas as seguintes etapas:

- 1) Elaboração das orientações gerais, observado o projeto político-pedagógico do Curso e a proposta da componente disciplinar;
- 2) Formação dos autores;
- 3) Produção do texto pelos autores;

- 4) Adaptação à metodologia do EaD (se for o caso);
- 5) Elaboração e aplicação do projeto gráfico, incluída a diagramação;
- 6) Aprovação pelo professor responsável pela disciplina;
- 7) Aprovação pela comissão editorial;
- 8) Impressão

28 DAS FERRAMENTAS DE INTERAÇÃO

Esta proposta prevê a utilização das seguintes ferramentas de interação a distância:

- Entre alunos e monitores: *e-mail*, *chats*, *help desk*;
- Entre alunos e professores: *e-mail* e *chats* (nos plantões de atendimento)
- Entre alunos e a coordenação do curso: *e-mail* e *chats* (nos plantões de atendimento)
- Entre tutores e professores: *e-mail*, *chats* e fóruns de discussão
- Entre tutores: *e-mail*, *chats* e fóruns de discussão
- Entre professores: *e-mail*, *chats* e fóruns de discussão
- Entre alunos: *chats* e fóruns de discussão

A interação também será feita presencialmente, no campus do Sertão, diretamente com os monitores e com os professores e a coordenação.

29 MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DO DISCENTE

Acadêmico: o apoio oferecido pelo curso de Pedagogia, licenciatura, e pela Ufal em geral a/ao estudante no que diz respeito ao seu desenvolvimento acadêmico, ou seja, à sua formação no nível da graduação. Inclui-se aqui as ações/projetos/atividades institucionais que já são, no momento de criação do presente documento, ativas e oficiais dentro da instituição, mas ressalta-se também a possibilidade de novas ações/projetos vindouros contemplarem também o apoio acadêmico de formas não previstas no momento.

Entre as ações/projetos/atividades institucionais vigentes, dispomos do: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Programa de Monitoria/Instrutores, Programa Residência Pedagógica. Cada um a sua maneira, com a oferta de bolsas ou não, incrementa a formação acadêmica e provê apoio pedagógico à atividade acadêmica extra-sala em execução.

O Pibid permite que graduandas/os sejam inseridas/os e permaneçam na rede pública de ensino inserindo-se na experiência docente. O apoio acadêmico é oferecido pela/o docente da UFAL que coordena o programa, dentro da metodologia adotada no momento, e também pela professora da própria escola ligada as/aos graduandas/os, que está formalmente vinculada ao

programa. O Programa de Monitoria/Instrutores é ofertado pela Ufal, oferecendo a experiência de a/o licenciada/o ser monitor/instrutor de uma das disciplinas do próprio curso, na Ufal Campus do Sertão. O apoio acadêmico é ofertado pelas/os docentes da Ufal que ministram formalmente cada disciplina no semestre letivo em questão. Já o Programa Residência Pedagógica antecipa os estágios das/dos licenciandas/os em Pedagogia e permite uma circulação grande dos mesmos pelos vários ciclos/etapas de ensino na escola pública.

O apoio acadêmico é ofertado pelo docente da Ufal que coordena o programa, dentro da metodologia adotada no momento. Outras formas de apoio acadêmico são ofertadas de maneira mais pontual, por meio de tarefas conduzidas pela coordenação do curso, principalmente a partir da demanda dos próprios/os estudantes, quando a mesma ocorre. É o caso, por exemplo de intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios (remunerados ou não); os quais a coordenação pode estudar a viabilidade de inclusão no currículo do estudante como AACC, por exemplo (caso atenda aos critérios das normas em vigor relativas às AACCs).

Outro exemplo são os casos de intercâmbios nacionais e internacionais, feito por graduadas/os, onde a coordenação tem todo o interesse de prover o maior aproveitamento possível das disciplinas cursadas fora da Ufal pela/o estudante.

A escolha das disciplinas na nova instituição, por exemplo, e o acompanhamento quando do retorno do intercâmbio são exemplos de tarefas que podem apoiar a/o graduanda/o neste tipo de experiência acadêmica. Especificamente em relação as/aos estudantes com algum tipo de deficiência ou com necessidades educacionais especiais, o apoio acadêmico objetiva promover acessibilidade adequada para garantir o ensino.

Neste sentido, apoio do tipo metodológico e/ou instrumental podem ser requeridos da UFAL aos setores de acessibilidade, NAC e NAE, por exemplo, em articulação com a coordenação do curso. Há ainda a possibilidade de atendimento educacional especializado, conforme determina o Decreto 7611/2011, com objetivo de ofertar diferentes formas de apoio a alunos com necessidades específicas (exemplo: criação de critérios de avaliação específicos e adequados; preparação e confecção de material didático; adequação das linguagens das aulas).

Assistência Estudantil: A oferta de bolsas pela UFAL – destacando alguns programas existentes, como Programa Bolsas de Permanência (PBP) – consta, devido à realidade atual do sertão alagoano, como ação fundamental para a permanência das/dos graduandas/os, especialmente para aquelas/es que não tem qualquer vínculo empregatício e se dedicam

integralmente à graduação. A permanência, porém, não depende apenas de suporte financeiro. Suporte institucional também é oferecido no sentido de promover uma melhora na experiência de ser e estar na universidade. Como se trata de uma experiência complexa, que afeta os envolvidos de variadas formas, o apoio estudantil se estende neste sentido às ações de acolhimento promovidas pela coordenação e colegiado do curso a cada novo ano letivo, por exemplo. Além disso, a Ufal em geral oferta por meio do NAE serviço de apoio psicológico que pode ser acessado pelo corpo discente com intuito de obter acompanhamento permanente da sua estada na universidade e dos desdobramentos pessoais subjetivos relativo à esta experiência.

30 CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE

A Ufal possui uma política própria de qualificação de seu corpo docente, constantemente apoiando-o financeira, estrutural e logisticamente, com base na legislação vigente. A Instituição adota um Programa de Capacitação de Recursos Humanos que é desenvolvida de acordo com suas prioridades educacionais, técnicas e financeiras. Desta forma, propicia ao corpo docente, uma continuidade de estudos, buscando aperfeiçoamento acadêmico e didático-pedagógico, através de treinamentos com especialistas de todos os setores de ensino, visando, ainda, o aprimoramento das metodologias usadas, além de trazer para o debate as técnicas de ensino e aprendizagem.

O programa prevê um conjunto de ações e instrumentos que vão desde bolsas de estudo totais ou parciais, auxílios financeiros para realização de cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) institucionais ou interinstitucionais, incentivos à participação em Congressos e Encontros Científicos, além de auxílio para divulgação de trabalho através de publicações em revistas e livros especializados.

A Ufal tem trabalhado com uma política de qualificação do seu corpo docente, através do Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (Proford), acompanhando a inovação e as tendências do mercado de forma que adota um amplo programa de adaptação dos seus docentes para atuar na modalidade da presencial e com ensino híbrido. Além disso, semestralmente, o curso promoverá encontros pedagógicos de capacitação de professores que irão ministrar disciplinas e os monitores/instrutores que os auxiliarão.

31 ATIVIDADES DE TUTORIA/MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

Para o desenvolvimento das atividades remotas, o curso contará com instrutores. São atribuições gerais deste: a) Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os alunos;

b) Atender os alunos em horários preestabelecidos, observando a sua carga horária de 20 h semanais; c) Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronogramado curso, de acordo com os Planos de Ensino dos Professores da Disciplina, além de tirar dúvidas sobre o planejamento de atividades elaborado pelos professores das disciplinas e Coordenação do Curso, observando a carga horária de 20h semanais; d) Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes; e) Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar às atividades discentes, interagindo semanalmente com os alunos, outros instrutores, Coordenação do curso, com vistas a troca de experiências e melhor acompanhamento ao alunado, através de plataforma virtual, de e-mail e/ou durante os encontros presenciais; f) Colaborar com a Coordenação do Curso na avaliação dos estudantes; g) Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pelo curso; h) Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos, mantendo informada a Coordenação do Curso; i) Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável, além de orientar os alunos do curso quanto ao uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Ava/Ufal), no desenvolvimento das atividades pedagógicas. j) Fomentar o hábito da leitura e pesquisa, a realização de atividades culturais, interdisciplinares, grupos de discussão, pesquisa de campo e visitas técnicas; além do acompanhamento das atividades realizadas pelo curso e avaliações estabelecidas no calendário acadêmico; k) Participar de encontros, capacitações, seminários, avaliações, reuniões com os professores e Coordenação do Curso.

31.1 Atividades de Tutoria: Conhecimentos e Habilidades

Para o pleno exercício de suas funções, o(a) tutor(a) necessita, inicialmente, de uma sólida base teórica, habilidades no uso de tecnologias educacionais e uma postura proativa. Além disso, é fundamental que tenha conhecimento das rotinas institucionais e compreenda com clareza os procedimentos que orientam o processo de tutoria. A seguir, destacam-se as principais habilidades e atitudes requeridas para o desempenho qualificado dessa função:

- Domínio dos conteúdos científicos e pedagógicos pertinentes ao curso de Pedagogia/Prilei;
- Familiaridade com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e suas diretrizes;
- Competência no uso das tecnologias digitais e das plataformas educacionais adotadas pelo curso;
- Capacidade de mediar processos de ensino e aprendizagem nos formatos

presencial e a distância;

- Comunicação clara, empática e pautada na escuta ativa e na orientação individualizada;
- Organização e gestão eficiente do tempo, de modo a acompanhar e apoiar o progresso acadêmico dos discentes;
- Flexibilidade e abertura para mudanças, inovações tecnológicas e metodológicas;
- Proatividade e compromisso com o êxito acadêmico dos estudantes;
- Postura ética, respeitosa, inclusiva e sensível às diversidades;
- Incentivo à autonomia intelectual e ao pensamento crítico dos discentes.

As ações desenvolvidas pela equipe de tutoria são orientadas pelas diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia/Pril e buscam promover práticas educativas que contribuam para a formação integral dos/as futuros/as licenciados. Essa equipe atua em articulação com as demandas acadêmicas e comunicacionais, adotando estratégias acessíveis e personalizadas que visam atender às necessidades específicas dos estudantes.

A tutoria também faz uso de tecnologias educacionais contemporâneas, que favorecem a interação, o engajamento e a continuidade do processo de aprendizagem, por meio de plataformas digitais e outras ferramentas pedagógicas. A atuação dos(as) tutores(as) é acompanhada de forma contínua por meio de relatórios periódicos. Com base nesses dados, a coordenação do curso, em conjunto com os(as) docentes, realiza a reorientação do trabalho tutorial, esclarecendo dúvidas, ouvindo as dificuldades apresentadas e buscando soluções para os desafios identificados.

31.2 Capacitação de Instrutores(as)

O curso promoverá, bimestral e/ou semestralmente, encontros pedagógicos de capacitação de instrutores com a presença de todos os docentes que irão ministrar disciplinas, sendo discutidos os planos de disciplina, seus conteúdos e sua operacionalização. Os instrutores também serão constantemente capacitados para uso do ambiente virtual de aprendizagem, as rotinas acadêmicas e o projeto pedagógico do curso. Além disso, serão promovidos cursos de capacitação específicos para Estágio Supervisionado Obrigatório, para TCC, para o laboratório de informática e cursos de atualização profissional.

32 CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

O pessoal de apoio técnico é importante para dar suporte às atividades administrativas e acadêmicas. O curso contará com auxiliares para a Secretaria (apoio logístico, acadêmico e de rede), para executar os serviços gerais de secretaria. Outra figura que se faz necessária será a do profissional que fará o acompanhamento psicopedagógico dos alunos, por meio do Núcleo de Atendimento Pedagógico (NAP) e Núcleo de Acessibilidade (NAC) presentes na Ufal/Sertão.

33 INFRAESTRUTURA

Como infraestrutura, o curso conta com 08 salas de aula, um laboratório de informática, o Laboratório de Interativo de Aprendizagem Interdisciplinar (Liapi), que atenderá as/os discentes do curso, auxiliando nas atividades de ensino e em projetos de extensão e pesquisas ligados ao curso, a Brinquedoteca situada no anexo Mandacaru, uma sala para a Coordenação do Curso, uma sala para docentes, a biblioteca central do campus, além das salas de atendimento administrativo: Secretaria de Cursos, DRCA, Direção Acadêmica e Direção Geral. Os Núcleos (acima citados) possuem salas específicas com equipamentos adequados ao desenvolvimento de atividades como estudos, orientações e reuniões. O Campus possui rampas e banheiros com acessibilidade, pois compreende a necessidade de resguardar o direito das pessoas portadoras de necessidades especiais.

34 REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Lei nº 6.757**, de agosto de 2006. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o período de 2006 a 2015. Alagoas, Maceió, agosto de 2006.

ALAGOAS. Lei nº 7.795, de 22 de janeiro de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE). **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. Alagoas, Maceió, 25 de janeiro de 2016a.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico. **Perfil Municipal**: Delmiro Gouveia. Alagoas, Maceió, 2014.

ANDRADE, J. A. V. et. al. As influências das transferências de renda no Estado de Alagoas: um link entre os principais programas socioeconômicos vigentes. In: 13º CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2010.

BRASIL, **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Decreto Nº. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº. 10.436,

de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 21 ago 2021.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov 2021.

BRASIL. **Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 6 de junho de 2015.

BRASIL. **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 dez 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de estudantes. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm#:~:text=%C2%A7%201o%20O%20est%C3%A1gio,Art. Acesso em: 07 jan 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, abril, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. 2017. MEC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 22 de out. de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018** - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, 15 de maio de 2006**: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020..

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012**: Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jul 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. de 2020.

BRASIL. **Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 23 de out de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**, a qual estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em 10 jan 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 12 de dez. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 30 nov 2021.

BRASIL. **Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares – Edital 66/2021 – MEC/SEB**, de 30 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-66/2021-348817602>. Acesso em: 03 jan 2022.

CARVALHO, C. P. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: para quê?** São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, H. e CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Delmiro Gouveia e a Educação na Pedra**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.

PAVEZI, M. **Políticas de Educação Especial no Estado de Alagoas**. 2018. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

SILVA, Robson Santos da. **Ambientes virtuais e multiplataformas online na EAD: didática design tecnológico de cursos digitais**. São Paulo: Novatec, 2015.

SOMMERHALDER, Aline; ALVES, Fernando Donizete. **Jogo e a Educação da Infância: Muito prazer em aprender**. Curitiba: CRV, 2011.

UFAL. **Resolução nº 32/2009 CONSUNI/UFAL, de 21 de maio de 2009**. Disponível em www.ufal.br. Acesso em 10 nov 2021.

UFAL. **Resolução nº 65/2014 – CONSUNI/UFAL de 3 de novembro de 2014**. Estabelece a atualização das Diretrizes Gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. www.ufal.br. Acesso em 10 nov 2021.

UFAL. **Resolução nº. 04/2018 – CONSUNI/UFAL, de 19 de fevereiro de 2018**. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL. Disponível em www.ufal.br. Acesso em 10 nov 2021.

UFAL. **Instrução normativa PROEX nº 01/2021/PROEX/UFAL**. Dispõe sobre os procedimentos para implantação da extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL. Disponível em www.ufal.br. Acesso em 10 nov 2021.

UFAL. **Resolução nº 95/2019-CONSUNI/UFAL**, de 10 de dezembro de 2019, que disciplina os estágios curriculares supervisionados dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação da UFAL. Disponível em www.ufal.br. Acesso em 10 nov 2021.

UFAL. **Instrução Normativa PROGRAD nº 5, de 16 de dezembro de 2019**, que disciplina e orienta os processos de aproveitamento de atividades laborais, para fins de dispensa parcial da carga horária dos estágios obrigatórios nos cursos de Pedagogia e licenciaturas. Disponível em www.ufal.br. Acesso em 10 nov 2021.

UFAL. **Resolução nº 52/2012-CONSUNI/UFAL**, de 05 de novembro de 2012, que institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de graduação da UFAL. Disponível em www.ufal.br. Acesso em 10 nov 2021.

UFAL. **RESOLUÇÃO Nº 114/2023-CONSUNI/UFAL**, de 05 de dezembro de 2023, regulamenta o regime acadêmico dos cursos de graduação da ufal. Disponível em <https://ufal.br/estudante/graduacao/coordenacoes/resolucoes-1/rco-n-114-de-05-12-2023.pdf/view>. Acesso em 01 nov 2024.

UFAL. **Resolução nº 06/2018-CONSUNI/UFAL**, de 19 de fevereiro de 2018, que define os componentes curriculares comuns aos cursos de graduação de formação de professores para a educação básica, no âmbito da UFAL. Disponível em www.ufal.br. Acesso em 10 nov 2021.

VASCONCELOS. Celso dos S. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Ensino Superior: projeto- político-**

pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: História, Histórias.** 3.ed. Maceió: AL Educação, 2006.

WANDERLIND, Fernanda; MARTINS, Gabriela Dal Forno et al. Diferenças de Gênero no Brincar de Crianças Pré-Escolares e escolares na brinquedoteca. **Paidéia.** v.16, n. 34, 2006, p.263-273. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n34/v16n34a14.pdf>> Acesso em: 17 set 2021.

PROGRAMA CURRICULAR DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO

(PROGRAMA INTEGRALIZADO DE EXTENSÃO – PIEX)

Programa Curricular de Extensão em Educação elaborado de acordo com a Resolução N°. 04/2018-CONSUNI/UFAL e I.N. N°. 01/2021-PROEX/UFAL para o Programa institucional de fomento e indução da inovação da formação inicial continuada de professores e diretores escolares, Edital n° 66/2021 SEB/MEC.

PROGRAMA INTEGRALIZADO DE EXTENSÃO – PIEX		
1	Título do Programa	Programa Integralizado de Extensão em Educação
2	Unidades Acadêmicas/Cursos Envolvidos	<div> Campus do Sertão </div> <div> <ul style="list-style-type: none"> - Eixo de Tecnologia - Letras - Pedagogia - Outras graduações da UFAL. </div>
4	Abrangências do Programa de Extensão	<p>O programa abrangerá municípios da região do Sertão Alagoano. Um convênio será assinado com os seguintes municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Delmiro Gouveia - Água Branca - Pariconha - Piranhas - Inhapi - Olho d'água do casado - entre outras
5	Áreas Temáticas e Linhas de Extensão do Programa:	<ul style="list-style-type: none"> - Educação - Meio ambiente - Direitos Humanos; - Trabalho <p>Formação de professores e demais profissionais. Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem Alfabetização, leitura e escrita</p>
6	Objetivo do Programa	<p>Desenvolver no licenciando a capacidade de organização e planejamento de eventos científicos voltados para a população em geral;</p> <p>Saber re-trabalhar os conteúdos estudados nas componentes curriculares teóricas de uma forma mais acessível;</p> <p>Promover uma maior proximidade do Curso de Pedagogia e do Campus do Sertão/ UFAL com a comunidade em geral, a partir da execução de projetos de extensão em locais, estrategicamente, de pertinência temática e de relevância social</p>
7	Ementa do Programa:	<p>Desenvolvimento de projetos de caráter formativo para profissionais da educação do alto sertão alagoano e comunidade local voltados para a discussão teórico-prática sobre planejamento curricular nas escolas;</p>

		<p>Formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área educacional;</p> <p>Desenvolvimento de projeto de caráter formativo paraprofissionais da educação do alto sertão alagoano, estudantes da educação básica e comunidade geral para discussões sobre práticas de alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos;</p> <p>Realização de evento científico voltado para a comunidade acadêmica em geral e demais setores da sociedade vinculados à área de educação.</p>
8	Público – Alvo:	Profissionais da Educação (públicas e privadas) e comunidade universitária do entorno dos municípios do Sertão Alagoano.
9	Metodologia do Programa:	<p>Por este programa, serão ofertadas, 06 (seis) Ação Curricular de Extensão (ACE). Serão desenvolvidos e executados projetos de extensão ao longo da graduação, que favoreçam, também, a realização de cursos e eventos voltados para a difusão, compartilhamento de temas relativos a processos educativos.</p> <p>Os projetos de extensão visarão integralizar saberes que contribuam para a importância da prática docente e formação cidadã dos licenciandos em Pedagogia através de técnicas de interprofissionalidade e interdisciplinaridade.</p> <p>Os eventos e cursos priorizarão serem espaços para demonstração de habilidades e das competências que os/as estudantes da graduação desenvolveram ao longo da Licenciatura.</p> <p>Conforme ditames da política da Extensão da UFAL, este programa obedecerá, teórico, metodológica e estruturalmente a composição organizacional apresentada pela Instrução Normativa nº 01/2021/PROEX/UFAL. Serão ofertados, minimamente, <u>dois projetos de Extensão, com duração de duas semestralidades</u>, cada, a partir deste Programa <u>e outras modalidades de atividades extensionistas como eventos e cursos</u>. A oferta destas atividades serão dadas dentro dos módulos do Programa Integralizado de Extensão/PIEX da Graduação, de acordo com a distribuição na Matriz Curricular, ao longo do Curso. Poderão ser desenvolvidas, dentre diversas atividades, a partir das ACE, dentro dos módulos do PIEX, ações como cursos de capacitação, formações pedagógicas, práticas de letramento, oficinas para análises de projeto políticos pedagógicos (PPP) escolares, na forma de ações mediatas ao alcance de gerais e específicos de determinados projetos de extensão. Ademais, dentro das ACE, planejar, desenvolver e executar eventos de divulgação científica.</p>
10	Formas de Acompanhamento, Indicadores e Avaliação das ACE ofertadas no PIEX.	Como critério de avaliação, a coordenação da ação de extensão será guiada pelo alcance de indicadores de Extensão da Universidade. avaliar a qualidade final dos projetos e demais modalidades, a partir do PDI vigente.
11	Referências legais.	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Resolução Nº 04/2018 de 19 de fevereiro de 2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL. Maceió, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR	PERIODO ACADEMICO	AULAS SEMANAI S	CARGA HORÁRIA		
			TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
PIEX/MÓDULO/01	3	03	40	14	54
PIEX/MÓDULO02	4	03	40	14	54
PIEX/MÓDULO03	5	03	18	54	72
PIEX/MÓDULO04	6	03	28	44	72
PIEX/MÓDULO05	7	03	30	24	54
PIEX/MÓDULO06	8	03	40	32	72
	Total		196	182	378